



QUANDO AS ANCESTRAIS NARRAM A EXPANSÃO DA CIDADE:

O CASO DO BAIRRO BENEDITO BENTES EM MACEIÓ/AL SOB UMA PERSPECTIVA GENDERIZADA E RACIALIZADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

AMANDA BORGES CASTELO BRANCO DE MAGALHÃES

QUANDO AS ANCESTRAIS NARRAM A EXPANSÃO DA CIDADE:
O CASO DO BAIRRO BENEDITO BENTES EM MACEIÓ-AL SOB UMA PERSPECTIVA
GENDERIZADA E RACIALIZADA

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Maceió, Alagoas
Junho de 2022.

AMANDA BORGES CASTELO BRANCO DE MAGALHÃES

QUANDO AS ANCESTRAIS NARRAM A EXPANSÃO DA CIDADE:
O CASO DO BAIRRO BENEDITO BENTES EM MACEIÓ-AL SOB UMA PERSPECTIVA
GENDERIZADA E RACIALIZADA

Trabalho Final de Graduação (TFG) apresentado à
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, no campus
A.C Simões, da Universidade Federal de Alagoas.

Orientação: Prof.^a Dr^a Flavia de Sousa Araújo

Maceió, Alagoas
Junho de 2022.

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

M189q Magalhães, Amanda Borges Castelo Branco de.
Quando as ancestrais narram a expansão da cidade : o caso do bairro Benedito Bentes em Maceió-AL sob uma perspectiva genderizada e racializada / Amanda Borges Castelo Branco de Magalhães. - 2022.
89 f. : il.

Orientadora: Flavia de Sousa Araújo.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2022.
Apêndices com várias paginações.

Bibliografia: f. 86-89.

1. Planejamento urbano - Maceió (AL). 2. Interseccionalidade. 3. Feminismo negro. I. Título

CDU: 711.4:396(=414)(813.5)

Menina, o mundo, a vida, tudo está aí! Nossa gente não tem conseguido quase nada. Todos aqueles que morreram sem se realizar, todos os negros escravizados de ontem, os supostamente livres de hoje, se libertaram na vida de cada um de nós, que consegue viver, que consegue se realizar. A sua vida, menina, não pode ser só sua. Muitos vão se realizar por meio de você. Os gemidos estão sempre presentes. É preciso ter os ouvidos, os olhos e o coração abertos (EVARISTO, 2020).

Em memória de meu pai Renilton e de minha vó Estela.

AGRADECIMENTOS

À Deus, força maior desse e de outros planos. Aos meus guias espirituais, por nunca me desampararem. À minha mãe Rose, meu exemplo de força e paixão pela vida, pelos cuidados e pelas contribuições com este trabalho. Ao meu pai Renilton (em memória), por me ensinar tanto sobre liberdade e resiliência. À minha avó Estela (em memória), por todos os sacrifícios que me fizeram chegar até aqui. Tudo o que somos - suas filhas e filhos, netas e netos, devemos aos seus esforços. Aos meus irmãos Thiago e Miguel, por acreditarem e torcerem pelas minhas conquistas. Ao meu amor e companheiro Hugo, pelo colo, revisões de texto e por ser meu grande incentivador. À minha Tia Rosa, pelo exemplo de ética e pelas gentis contribuições com este trabalho. Ao meu padrinho Gerson, pelo acolhimento e generosidade comigo e com a minha família. Às minhas amigas Dimitria, Thati e Líris, pelas longas conversas a fim da compreensão acerca da nossa existência feminina e negra. Aos amigos e amigas de infância Steffane, Roberta, Debinha, Afrânio, Henrique, Jon e Dandara, todos(as) vocês me ensinam muito. À minha querida orientadora Flavia, pela liberdade criativa, confiança e acolhimento durante minha trajetória na graduação, Pibic e TCC. Às queridas Professoras Gigi e Hidaka, por marcarem minha experiência no PET Arquitetura e por serem, sobretudo, educadoras. Aos petianos(as) e amigos(as) Alê, Mayara, Hedhy, Alvinho, Maya, Day, Rodrigo,

Laís, Adrielly, Euclides, Rudá, Vanessa, Mirella, Ítalo, João, Alexia, Mariana e Dudinha, obrigada por fazerem do PET Arq um lugar de acolhimento. Às minhas duplas de projeto e de graduação, Leo e Mariane, sem vocês seria tudo mais difícil - e já não foi fácil. Aos amigos e amigas de turma, Felipe, Gabi, Laís, Sander, Jamile e Mari C., as maratonas de projeto e noites pré entrega são inesquecíveis. Às queridas Nete, Dilma, Noemia e Édi, sem vocês a FAU não existe. À FAU/UFAL, às minhas professoras e professores, à educação pública, gratuita e de qualidade, às políticas públicas e ações afirmativas que me permitiram estar aqui redigindo este texto hoje. Por fim, agradeço às minhas ancestrais, às que vieram antes de mim e a todas as mulheres negras que eu já li, ouvi ou assisti. A todas e a todos que inspiraram este trabalho: meus profundos e sinceros agradecimentos.

RESUMO

A partir da compreensão de que o machismo e o racismo estrutural regem a sociedade capitalista ainda hoje, assim como pela perspectiva interseccional, entendemos que as narrativas de mulheres negras que acompanham o desenho urbano da cidade de Maceió, e que vivenciam no cotidiano o direito e o não-direito à cidade, podem nos indicar como se dão as políticas de exclusão que agravam as desigualdades socioterritoriais e incidem majoritariamente sobre mulheres negras e periféricas. Nesse sentido, partindo do pressuposto que o sujeito pesquisador historicamente parte de uma lógica hegemônica - isto é, branca, masculina, heterossexual - este trabalho busca subverter lógicas colonialistas, partindo de uma metodologia central que visa fazer uso das narrativas de mulheres negras para compreender as políticas de expansão urbana e as configurações do espaço público do bairro Benedito Bentes na cidade de Maceió/AL. O bairro, que é o maior do Estado - tanto em números populacionais quanto em dimensões territoriais -, se originou em meados dos anos de 1980 a partir da construção do Conjunto Habitacional Benedito Bentes 1 e é composto majoritariamente por mulheres negras.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento urbano; Interseccionalidade; Feminismo Negro.

ABSTRACT

From the understanding that structural sexism and racism still govern capitalist society, as well as from the intersectional perspective, we understand that the narratives of black women who experienced the urban design policies of Maceió city, and the right and the non-right to the city, can show us how exclusion policies socio-territorial inequalities affect mostly black and peripheral women. Thereby, based on the assumption that the research subject historically starts from a hegemonic logic - that is, white, male and heterosexual - this article aims to subvert colonialist logics, starting from a central methodology that aims to make use of the narratives of black women to understand the urban expansion policies and public space configurations in the Benedito Bentes district in Maceió/AL city. The district is the largest in the state - both in population numbers and in territorial dimensions, originated in the mid-1980s with Benedito Bentes 1 Housing Complex construction and is composed mostly of black women.

KEY-WORDS: Urban planning, Intersectional; Black feminism.

Lista de Figuras

Figura 1: Brasil, Alagoas, Maceió e Benedito Bentes	12
Figura 2: Cidade de Maceió com destaque ao bairro Benedito Bentes	16
Figura 3: Distribuição da População Negra em Maceió (%).....	27
Figura 4: Rendimento Familiar em Maceió (salários mínimos)	27
Figura 5: Proposta de Macrozonas para a Cidade de Maceió	35
Figura 6: Mapa esquemático em manchas da expansão da malha urbana de Maceió	43
Figura 7: Vista aérea do Conjunto Benedito Bentes em seus anos iniciais	47
Figura 8: Vista aérea do Conjunto Benedito Bentes I	48
Figura 9: Mapa de Setorização do Conjunto Benedito Bentes I	48
Figura 10: Mapa Comparativo de Setorização do Conjunto Benedito Bentes I	49
Figura 11: Mapeamento das grotas da cidade de Maceió	55
Figura 12: As duas UDH do bairro Benedito Bentes	56
Figura 13: Escala de desenvolvimento humano	56
Figura 14: Praça Acauã - menina andando de patins sob supervisão de uma adulta e meninos em grupo jogando futebol sem supervisão ao fundo	62
Figura 15: Tipologias Habitacionais do Conjunto Benedito Bentes I	68
Figura 16: Fotografia de um dos postes da Avenida Garça Torta, no Conjunto B. Bentes I ...	69
Figura 17: Esquema de desmembramento de lotes do Conjunto Benedito Bentes I	70

Lista de Colagens

Colagem 1: O início	10
Colagem 2: Imagem aérea dos Conjuntos Habitacionais Populares do Bairro Jatiúca	38
Colagem 3: Avenida Fernandes Lima na década de 1970	41
Colagem 4: Avenida Rota do Mar em 2022	42
Colagem 5: Feira e comércio	51
Colagem 6: Área livre. Campos de futebol improvisado	52
Colagem 7: Estação de Tratamento de Esgoto ou Bostão nos anos de 2010	53
Colagem 8: Vó Estela e toda água que Oxum puder oferecer	60
Colagem 9: Linha do Tempo, a evolução do lote	71
Colagem 10: Beija-Flor, minha escola, minha vida, meu amor	82
Colagem 11: Tia Rosa, Mãe (Rose) e Vó Estela	83

Lista de Quadros

Quadro 1: Síntese dos procedimentos metodológicos	19
Quadro 2: População total, por gênero e probabilidade de envelhecimento	57
Quadro 3: Índices de educação	58
Quadro 4: Índices de empregabilidade	59

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Taxa líquida de escolarização, por gênero, cor/raça e nível de ensino	25
Gráfico 2: Rendimento domiciliar per capita médio, por gênero, cor/raça (1995 - 2009).....	25
Gráfico 3: Proporção da população de 10 anos ou mais de idade vítima de agressão, segundo gênero, cor/raça e faixa etária	25
Gráfico 4: População de Maceió por raça	26
Gráfico 5: População total de Maceió por gênero/raça.....	26
Gráfico 6: Relação do número de funcionários por gênero nas Secretarias de Governo	28
Gráfico 7: Composição por cargo mais citados das Secretarias	28
Gráfico 8: Ranking de equidade de gênero.....	29
Gráfico 9: Dados inerentes a assédio	29
Gráfico 10: Raça e assédio	29
Gráfico 11: Rendimento médio	30
Gráfico 12: Dificuldade no trabalho	30
Gráfico 13: Raça (CAU/AL)	30
Gráfico 14: Segurança (CAU/AL)	30
Gráfico 15: Discriminação por gênero (CAU/AL)	30
Gráfico 16: Assédio (CAU/AL)	30
Gráfico 17: Vivências (CAU/AL)	30
Gráfico 18: Mercado de trabalho (CAU/AL)	30
Gráfico 19: Desemprego e gênero - mulheres (CAU/AL)	31
Gráfico 20: Desemprego e gênero - homens (CAU/AL)	31
Gráfico 21: Evolução da população brasileira total (urbana e rural)	44
Gráfico 22: Déficit habitacional em número absoluto	45
Gráfico 23: Domicílios vagos x Déficit habitacional	46

SUMÁRIO

01	Introdução	10
	1.1 Objetivos	15
	1.2 Metodologia	15
02	Interseccionalidade, identidade e território: a escala da cidade	17
	2.1 Classe, gênero, raça e brasilidades	17
	2.2 A sociedade brasileira e os atravessamentos do colorismo	19
	2.3 Mulheres Negras: vulnerabilidade, representatividade e estatísticas	22
	2.4. Impactos da migração	29
	2.5 Maceió e a expansão	33
03	Conjunto Habitacional e Bairro Benedito Bentes: das políticas públicas à escala local	42
	3.1 Políticas habitacionais	42
	3.2 Planejamento e o Conjunto Benedito Bentes	45
	3.3 O Bairro Benedito Bentes	52
	3.3.1 As dinâmicas do bairro: observações in loco	59
04	Apropriação do espaço privado: a escala do lote	66
	4.1 Linha do Tempo	69
05	Considerações Finais	79
06	Referências	83

Colagem 1 - O início

Fonte - TICIANELI (2017), IBGE (2021),
Acervo Pessoal (2022). Elaboração autoral.



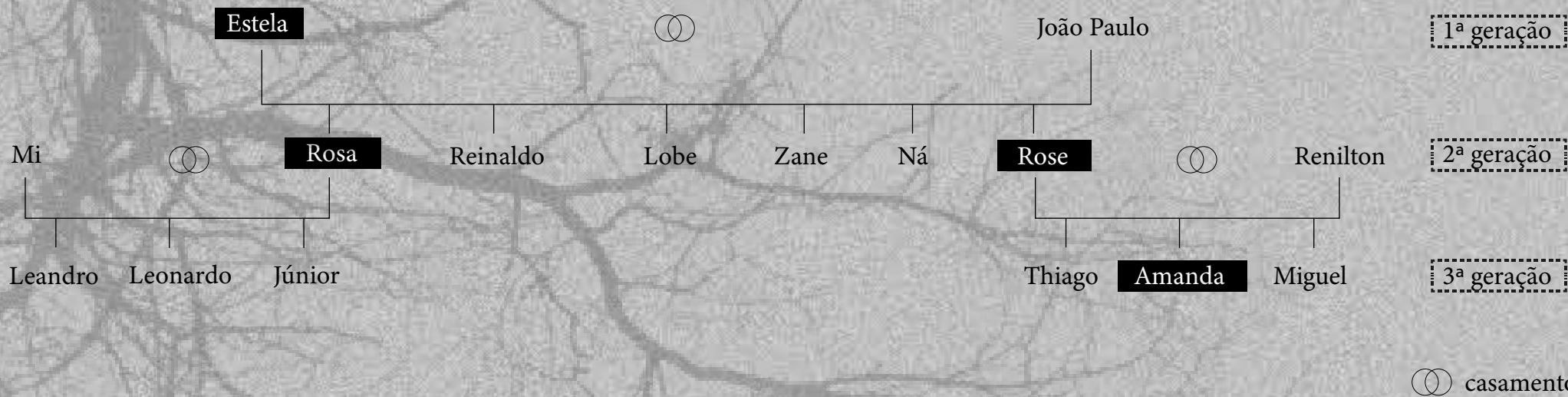
Conj. Benedito Bentes, Maceió - AL. 1983.



Nova Iguaçu - RJ. Anos 1980.

Da esquerda para direita:
Rose (mãe), Tia Rosa, eu e
Vó Estela em 2015.

Acervo pessoal (2022).



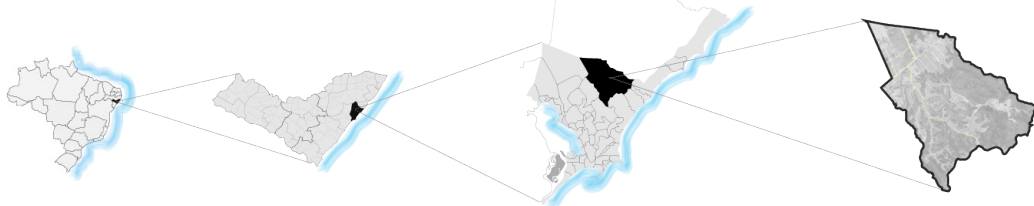
“[...] Naquela época... Maceió a gente não sabia nem do que se tratava. Não tínhamos referência. Era uma página em branco...”

Rose M. em conversa cotidiana com a autora (2020).

1. INTRODUÇÃO

As aspirações para desenvolver este trabalho partem de inquietudes pessoais e de diversas narrativas de histórias de vida de mulheres que me instigaram a refletir sobre a cidade e sua relação direta com seus e suas habitantes. A frase: “[...] naquela época, Maceió a gente não sabia nem do que se tratava. Não tínhamos referência. Era uma página em branco” é de Rose Magalhães - mulher, negra e minha mãe, em uma conversa cotidiana, cujo tema tratava-se do seu processo migratório no ano de 1983 da cidade de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro para a cidade de Maceió em Alagoas, aos quatorze anos. Em 1986 sua mãe - minha avó, Estela, é contemplada com uma das unidades habitacionais do então novo Conjunto habitacional Benedito Bentes 1, em Maceió/AL - recorte territorial deste trabalho (Fig.1), onde minha mãe vive, desde então, e onde nasci e também vivo até os dias de hoje.

Figura 1 - Brasil, Alagoas, Maceió e Benedito Bentes.



Fonte - Maps, 2020. Adaptado pela autora, 2022.

Ao me apropriar da frase de minha mãe, entendo que a sua narrativa acerca da cidade de Maceió é construída a partir de uma série de contextos em que ela se insere como mulher, negra e brasileira. Nesse sentido, a forma como ela narra a cidade parte de referências que construiu ao longo da vida e de como o seu corpo, diante dos marcadores sociais, afeta e é afetado pelas ações e relações que constroem o território.

Conceição Evaristo (2020) cunha o termo “escrivência” para narrar seu método de criação literária que parte de experiências pessoais e coletivas, assinalada pela sua existência negra e feminina e, sobretudo, para marcar o enfrentamento às críticas literárias que invalidam esse método de escrita ao passo que legitimam obras que usam como temática culturas africanas ou afro diaspóricas a partir da ótica de autores do alto de suas branquitudes¹ - tal qual Jorge Amado, em toda sua literatura ou João Ubaldo Ribeiro em obras como Viva o povo brasileiro. “[...] Quando nós mesmos usamos nossas experiências e culturas [...] é uma passagem mais difícil. É contraditório, como se o negro não tivesse o direito de criar as suas próprias histórias” (EVARISTO, 2020, [s.p]). O discurso a partir da “escrivência” da autora nas suas obras vem, segundo ela, para “preencher o vazio que a História enquanto ciência nos deixa”. Assim, entendo que construir nossas próprias narrativas e produzir uma ciência não hegemônica² dentro da academia a partir das nossas vivências é, sobretudo, afirmar a minha identidade afro diaspórica e reivindicar que nós falemos por nós.

Desse modo, este trabalho se propõe a contribuir para o debate da expansão e construção da cidade de Maceió, a partir do caso do bairro

1 Para Cida Bento do Instituto Ibirapitanga (2020) “Tratar de branquitude é focalizar a violência racial incrustada nas instituições [...]”. O termo, que só faz sentido dentro do prisma antirracista, serve para demarcar a parcela populacional que na história global - e aqui falamos especialmente da história do Brasil, deteve poderes institucionais e sociais, potencializando desigualdades raciais em decorrência de suas políticas excludentes.

2 Entende-se por hegemonia a supremacia exercida por um povo ou grupo.

ro Benedito Bentes, utilizando-se das narrativas de histórias de vida de mulheres negras como ferramenta metodológica central. Assim, diante das narrativas colhidas objetiva-se enfatizar não só a minha vivência, como a de um grupo, a partir da visão das mulheres negras sobre o território, culminando no entrelace entre o individual - experiências vividas por cada interlocutora, e o coletivo: o que podemos chamar de experiência social (CURSO HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES, 2020). É caro a este trabalho, portanto, apropriar-se de uma escuta ética e política. Não se tratando de “dar voz” às interlocutoras, mas sim de comunicar os processos de construção, expansão e apropriação da cidade a partir de discursos e narrativas de uma população que é maioria na cidade de Maceió³, mas que é minoria nos espaços de poder e decisão sobre a cidade.

Sandercock (2005) nos ajuda a compreender que as sutilezas das histórias podem ser catalisadoras tanto para entendimento da urbe quanto para fins práticos de planejamento. Assim, a autora chama atenção para como essa metodologia, que foge do discurso hegemônico, é geralmente invalidada especialmente quando parte de uma perspectiva feminista: “[...] como desprezíveis, como a maneira de conhecer da mulher, como medíocres, inexatas” (SANDERCOCK, 2005, p. 5). Existe aqui um agravante quando falamos de mulheres negras, uma vez que historicamente temos sido infantilizadas. Lélia Gonzalez (2018, [s.p]) destaca a etimologia da palavra “infância” - do latim: “in” = negativo; “fanto” = fala, para ratificar que a nós, mulheres negras, tem sido negado não apenas o poder de decisão sobre os nossos territórios e nossas cidades, mas direitos até mais simplórios como o da fala e o da escuta. Grada Kilomba em Memórias da Plantação (2020) narra um pouco sobre as críticas que recebe acerca do seu trabalho. Na obra referida a autora discorre sobre episódios de racismo cotidiano a partir de diversas narrativas de pessoas ne-

gras. Alegações como “não é muito científico” ou “demasiadamente subjetiva e pessoal” são comuns pairarem sobre sua obra.

Tais comentários funcionam como uma máscara que silencia nossas vozes assim que falamos. Eles permitem que o sujeito branco posicione nossos discursos de volta nas margens, como conhecimento desviante, enquanto seus discursos se conservam no centro, como norma. Quando elas/eles falam é científico, quando nós falamos é acientífico. Universal/específico; objetivo/subjetivo; neutro/pessoal; racional/emocional; imparcial/parcial; elas/eles têm fatos/nós temos opiniões; elas/eles têm conhecimento/nós temos experiências. Essas não são simples categorizações semânticas; elas possuem uma dimensão de poder que mantém posições hierárquicas e preservam a supremacia branca. Não estamos lidando aqui com a “coexistência pacífica de palavras” [...] mas sim com uma hierarquia violenta que determina quem pode falar (KILOMBA, 2020, p. 52).

Kilomba aponta que repensar práticas metodológicas também é um enfrentamento a supremacia branca que nos introduz violentamente as suas formas de construir pensamentos como a única possível e autorizada, corroborando com o que Audre Lorde (1979, [s.p]) nos ensina quando diz que “[...] as ferramentas do mestre não irão dismantelar a casa do mestre. Elas podem nos permitir temporariamente a ganhar dele em seu jogo, mas elas nunca vão nos possibilitar a causar mudança genuína”. Assim, trazendo para o campo do planejamento, Sandercock (2005) discorre que mesmo diante da marginalização do uso das histórias no campo das ciências sociais, a prática dessa ferramenta pode contribuir para o planejamento em amplitude e, didaticamente, exemplifica:

³ A população total de Maceió, segundo o Censo de 2010 do IBGE, é de 932.748 habitantes, dos quais 301.684 são mulheres negras, 194.572 são mulheres não negras, 274.981 são homens negros e 161.511 são homens não negros (IBGE, 2010).

[...] A história do jovem que sai de casa para fugir do provincianismo sufocante. Isso pode evoluir para a história urbana do jovem gay que procura a cidade grande para encontrar uma comunidade de pessoas iguais a ele, bem como para sentir a liberdade do anonimato. Ou pode transformar-se na história de um assentamento de ocupantes ilegais nas colinas próximas à cidade ou às margens de um rio, ou de um acampamento de sem-teto na área decadente perto do centro da cidade. Cada uma delas é uma história em que planejadores se envolvem em algum momento (SANDERCOCK, 2005, p. 5).

Você é escravo intelectual de qual corrente? Se a academia é a casa grande moderna, precisamos de revolução epistêmica na tese, monografia ou dissertação de mestrado. Como ajudaremos homens negros que tomaram chumbinho nessa madrugada; mulheres que falam sozinhas pelas ruas sem saber onde comprar cytotec pra tirar o filho; perderam a casa nas chuvas desde a semana passada? Porque quando a polícia chega de pontapé no barraco, a mãe de família pergunta ao filho que está na faculdade, como Sócrates, Durkheim ou Margaret Mead podem ajudá-la nesta situação? (AKOTIRENE, Carla 2021, [s.p.]).

Ainda no discurso diretamente vinculado às cidades, Gabriela Pereira et. al (2019) discorrem sobre como a supremacia branca desponta para o branqueamento histórico do território ao pontuar o que chama de naturalização em torno das contribuições eurocêntricas na academia “[...] sem que a elas seja atribuída quaisquer conotações raciais. A produção arquitetônica e urbanística nacional tem a pele branca, e despercebe as estruturas raciais” (PEREIRA, Gabriela et. al, 2019). Isto é, é importante nos conscientizarmos que nenhum discurso é neutro e que hegemonia não é neutralidade.

Com isso, no **Capítulo 2: Interseccionalidade, identidade e território: a escala da cidade**, daremos luz ao contexto interseccional que conduz esse trabalho, evidenciando como os marcadores de gênero, raça, classe e território se comunicam no contexto brasileiro. Para tanto, entendo como indispensável me apropriar das contribuições epistêmicas do feminismo negro, ancorado no conceito de Interseccionalidade para compreensão dessas relações. A intelectual Carla Akotirene (2018, p. 15) trata desse conceito como um “sistema de opressão interligado”. Isto é, como uma encruzilhada de “avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e do capitalismo” que conduzem para um conjunto de opressões comunicantes inerentes a determinados grupos e instiga:

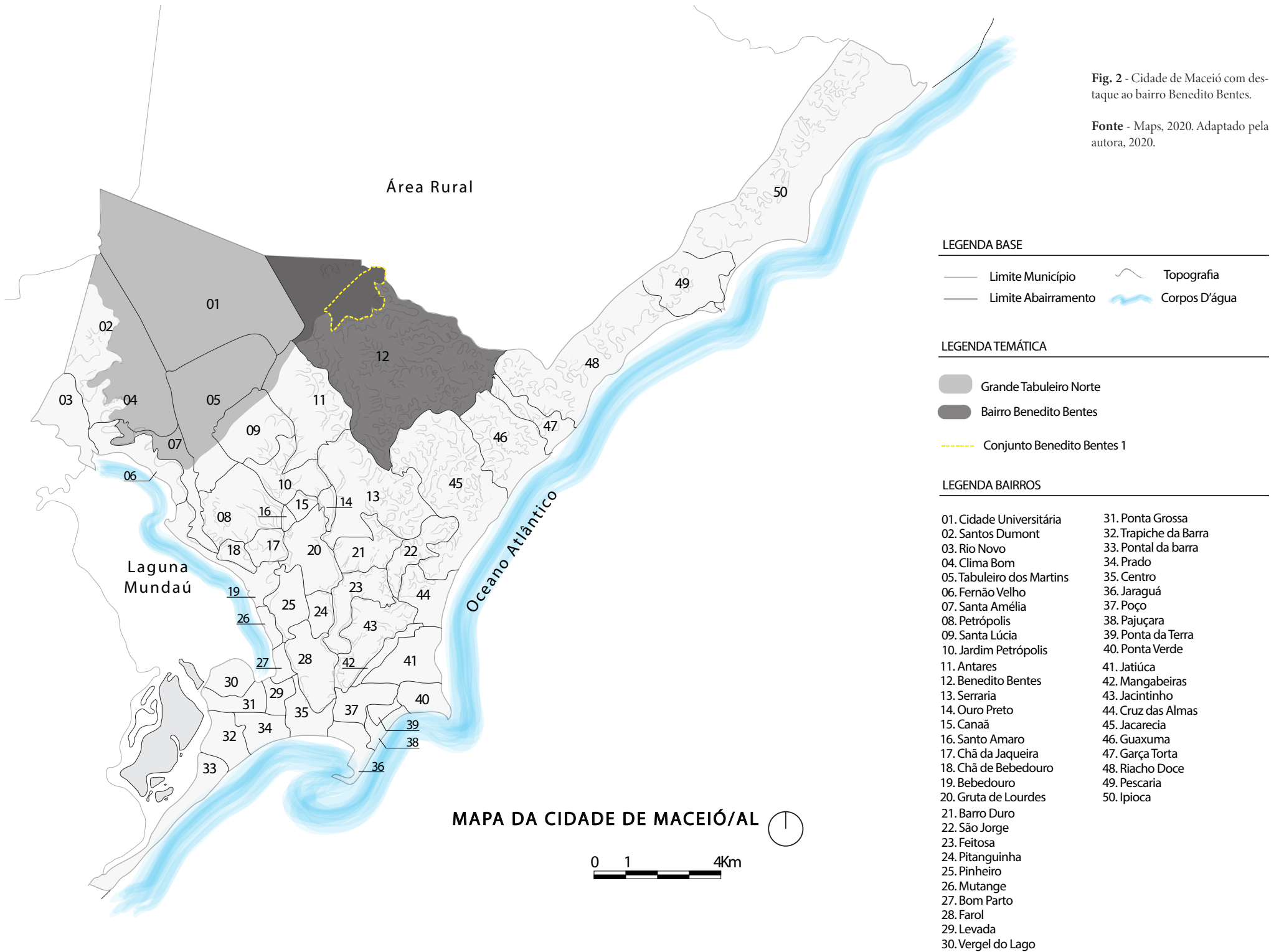
Portanto, a construção do referencial bibliográfico deste trabalho prezou por basear-se em importantes intelectuais negras, desde as clássicas até as contemporâneas e corrobora para o fortalecimento dos diversos pensamentos pautados pelo princípio da interseccionalidade que, por sua vez, instaura um viés que subverte a lógica de construção do pensamento científico europeu, masculino e hegemônico. Assim, quando a pensadora e militante Angela Davis (S.d) diz “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” ela reafirma a ideia de que esse sujeito é historicamente a base da pirâmide social - especialmente no contexto brasileiro. Assim, para que se racionalize as lógicas construtivas das nossas cidades sob uma ótica democrática, é importante que se considere as vivências e demandas pessoalizadas de quem compõe a urbe. Isso quer dizer que, utilizar-se da figura da mulher negra como parâmetro para o planejamento urbano pode ser uma fonte de potencialidade e justiça social para as nossas cidades. Desse modo, o cenário de expansão urbana, aqui deve ser tratado por meio de colagens, depoimentos de usuários de redes sociais, mapeamentos e apanhado histórico, mas sobretudo é a partir deste capítulo que apresento os primeiros fragmentos das narrativas de minhas interlocutoras - que deverão estar presentes nos capítulos seguintes, transcrevendo os áudios originais com possíveis variedades linguísticas, a fim de

manter fielmente o que foi dito na ocasião. Esses fragmentos estarão expressos neste trabalho em tipografia Minion Pro na cor branca sobre fundo preto e alinhamento de 60mm a esquerda e poderão ter interferências de percepções minhas, descritas conforme a transcrição. Essas deverão estar expressas na mesma tipografia, na cor preta sobre fundo branco e em itálico. As narrativas nesse capítulo nos ajudam a pensar acerca dos impactos dos seus processos migratórios e como isso está refletido em uma escala macro: a da cidade.

Com isso, é no **Capítulo 3: O caso do Conjunto Habitacional e Bairro Benedito Bentes: a escala local** que adentramos nas intenções projetuais de implantação do Conjunto até às políticas habitacionais brasileiras. Caracterizando o bairro, que está localizado na porção denominada Grande Tabuleiro Norte (Fig.2) da cidade de Maceió, faz limite com a zona rural do município alagoano e se configura como um grande vetor de expansão da cidade desde meados dos anos de 1980.

Fig. 2 - Cidade de Maceió com destaque ao bairro Benedito Bentes.

Fonte - Maps, 2020. Adaptado pela autora, 2020.



Então, discorreremos sobre dados estatísticos atuais do bairro, que é constituído em sua maioria por uma população de mulheres negras e marcado por índices de desigualdade dentro do próprio território, realidade típica de diversas cidades brasileiras. Ainda neste capítulo trataremos sobre as dinâmicas do bairro, sobretudo as formas de ocupação e de mobilidade, visitadas e revisitadas in loco a partir de memórias e visitas recentes.

É, então, no **Capítulo 4: Apropriação do espaço privado: a escala do lote** que a dialética entre o Lote e a Casa, bem como padrões de autoconstrução são evidenciados. Aqui, fragmentos das narrativas de uma das interlocutoras são expressos em colagens que configuram uma linha do tempo junto com resgate fotográfico e demonstrações de desenhos técnicos que vão nos ajudar a expressar o processo de apropriação e mudanças tipológicas do lote e da casa narradas pela interlocutora.

Assim, ao longo deste trabalho farei uso de recursos visuais como colagens, fotografias, artes digitais e até mesmo letras de músicas para complementar e corroborar com as temáticas trazidas nas narrativas que, por sua vez, estarão permeando este texto desde a escala da cidade até a escala do lote. Portanto, se “escrever é uma maneira de sangrar” (EVARISTO, 2014, p. 68) confiro a este trabalho o tom de escrevivência e escrevo aqui sangrando ao expurgar dores e dissabores que transcendem a minha própria existência e que, sobretudo, marcam a minha ancestralidade.

1. 1 OBJETIVOS

Este trabalho tem, portanto, como objetivo geral e objetivos específicos, respectivamente:

i. Narrar sob uma perspectiva interseccional o processo da expansão urbana de Maceió a partir do caso Conjunto Benedito Bentes 1, loca-

lizado no Grande Tabuleiro Norte da cidade de Maceió;

ii. a) Consolidar o aporte teórico do feminismo negro acerca da interseccionalidade no contexto das relações humanas veiculadas ao território; b) Destacar o contexto de como se deu o acesso à moradia pelas mulheres negras em uma área de expansão (Bairro Benedito Bentes); c) Avaliar o direito e o não direito à cidade no que concerne ao acesso à infraestrutura e serviços básicos; d) Explicitar as condições interseccionais do recorte a partir da análise da vivência nos espaços públicos;

1. 2 METODOLOGIA

i. Conversas com as interlocutoras:

As trajetórias de vida das interlocutoras, estão fundamentadas nesse trabalho pelo compromisso de trazer as narrativas de mulheres negras como método central de se pensar a cidade. Nesse sentido, os depoimentos aqui apresentados são provenientes das minhas pesquisas anteriores, desenvolvidas na iniciação científica, junto ao Grupo de Pesquisa Morfologia dos Espaços Públicos - MEP no Ciclo Pibic¹ 2020 - 2021, sob orientação da Professora Dra Flavia Araújo. Nessa ocasião, as interlocutoras foram selecionadas a partir de dois filtros principais: a) a premissa de serem mulheres residentes no Benedito Bentes desde a fundação do bairro e; b) serem autodeclaradas pretas ou pardas, conforme as especificações do Censo IBGE (2010). Além disso, uma vez que assumo desde o início das minhas pesquisas o desejo de me conectar com minha própria ancestralidade, foi oportuno ter minha mãe e minha tia como principais interlocutoras, evidenciando os laços familiares e territoriais em meus textos e reflexões.

Então, as conversas foram realizadas no período entre 2020 e 2021, mediante agendamento prévio - seguindo todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), e registradas por meio de gravação de áudio.

Nesta fase da pesquisa, os depoimentos foram conduzidos sem roteiro prévio e guiados, unicamente por tópicos relevantes identificados previamente e citados por mim durante as conversas, sem uso de anotações, canetas

ou papéis e evitando termos como “entrevista”, a fim de deixá-las o mais confortável possível. Nesse sentido, fazendo uso desse material coletado durante o Ciclo Pibic 2020-2021, para o presente Trabalho Final de Graduação as transcrições dessas narrativas são apresentadas na íntegra, a fim de explicitar e aprofundar as análises do material coletado, além de desenvolver as possíveis articulações entre narrativas das interlocutoras e discursos hegemônicos em pauta.

ii. Leitura e fichamentos dos principais referenciais teóricos do feminismo negro:

Para relacionar a perspectiva do feminismo negro e suas implicações na arquitetura e urbanismo, faço uso de referencial teórico utilizado desde minhas primeiras pesquisas junto ao MEP, no qual iniciei as pesquisas sobre gênero em 2018-2019, ainda sem incluir variáveis como raça e classe, incorporadas nos ciclos seguintes, quando minhas investigações passam a priorizar a perspectiva interseccional. Fica, então, evidente o aumento da complexidade e amadurecimento ao tratar dessas temáticas ao longo dos ciclos de iniciação científica. Aproveitando esse referencial teórico consolidado, bem como as produções e publicações² do Grupo de Pesquisa, inicialmente foi re-

alizado levantamento das principais obras sobre feminismo e feminismo negro nas mais diversas áreas do conhecimento que trabalhei nas pesquisas anteriores e, depois, outras que entendi como essencial para compor a presente bibliografia. Vale destacar que a produção que relaciona o feminismo negro e a arquitetura e o urbanismo vem ganhando força nos últimos anos, de modo que o que se encontra disponível hoje é fruto da iniciativa de jovens arquitetas que têm trabalhado a temática em seus trabalhos de conclusão de curso e dissertações. Assim, leituras e fichamentos das principais obras clássicas e contemporâneas acerca das temáticas discutidas foram incorporadas a este trabalho.

iii. Análise qualitativa dos espaços públicos:

A partir da seleção dos principais espaços públicos que emergem das narrativas coletadas e das minhas próprias vivências no bairro Benedito Bentes, alguns desses espaços, por ordem de relevância e expressividade para a região, deverão ser escolhidos para esta análise. Assim, serão realizadas visitas in loco, levantamento fotográfico e diários de bordo com as impressões e observações da pesquisadora.

iv. Consulta a dados quantitativos oficiais:

Por meio de pesquisas digitais foram consultados os principais bancos de dados disponíveis, como IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano e PNUD. Bem como a literatura oficial referente ao discurso hegemônico sobre o tema.

² De 2018 a 2021 tive a alegria de integrar o primeiro grupo de pesquisa a tratar de Gênero e Espaço Público da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL. Lotadas no Núcleo de Estudos Morfologia dos Espaços Públicos - MEP, publicamos trabalhos em anais de congressos e encontros.

Quadro 1 - Síntese dos procedimentos metodológicos.

LEGENDA OBJETIVOS	ATIVIDADES	DETALHAMENTO
A	Leitura e fichamentos dos principais referenciais teóricos do feminismo negro.	i. Revisita e leitura dos referenciais teóricos escolhidos; ii. Fichamentos desses.
B C D	Coleta de histórias de vida.	i. Coleta das gravações inerente a depoimentos de interlocutoras realizados em pesquisas anteriores; ii. Transcrição desses áudios coletados; iii. Análises e articulações entre narrativas das interlocutoras e discursos hegemônicos; iv. Elaboração de colagens inspiradas nos fragmentos dos discursos.
C D	Análise dos espaços/serviços ou equipamentos públicos.	i. Seleção dos principais espaços/serviços ou equipamentos públicos a partir das narrativas; ii. Articulações com narrativas e vivências pessoais.
B C D	Consulta a dados oficiais.	i. Consulta a bancos como IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano e PNUD; ii. Leitura de literatura oficial referente ao discurso hegemônico sobre o tema.

LEGENDA OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- A** Consolidar o aporte teórico do feminismo negro acerca da interseccionalidade no contexto das relações humanas veiculadas ao território;
- B** Destacar o contexto de como se deu o acesso à moradia pelas mulheres negras em uma área de expansão (Bairro Benedito Bentes);
- C** Avaliar o direito e o não direito à cidade no que concerne ao acesso à infraestrutura e serviços básicos;
- D** Explicitar as condições interseccionais do recorte a partir da análise da vivência nos espaços públicos.

Fonte - Elaboração autoral, 2022.

2. INTERSECCIONALIDADE, IDENTIDADE E TERRITÓRIO: A ESCALA DA CIDADE

2.1 CLASSE, GÊNERO, RAÇA E BRASILIDADES

Enquanto Marx examina a acumulação primitiva do ponto de vista do proletariado assalariado de sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias, eu a examino do ponto de vista das mudanças que introduziu na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho (FEDERICI, 2017, p. 26).

Quando Silvia Federici em “O calibã e a bruxa” (2017) critica e complementa Karl Marx em “O Capital” (2011) a autora discorre sobre a importância de analisar o processo de estruturação do capitalismo sob o ponto de vista feminista. Nesse sentido, ao mencionar as funções e posições da mulher nas relações de uma sociedade que transiciona do período feudal à instauração do sistema capitalista, Federici trata do controle dos corpos femininos como base para o desenvolvimento econômico dessa sociedade. Assim, ao colocar no centro da narrativa a emblemática caça às bruxas da Idade Média, a autora narra o processo de perseguição e chacina de mulheres transgressoras ao sistema vigente da época, que detinham vastos conhecimentos de estratégias contraceptivas e não correspondiam às convenções das ocupações e manifestações femininas no cenário urbano. Essas mu-

lheres eram lidas como ameaças ao Estado que, por sua vez, buscava nelas produção em massa de força de trabalho. Isto é, para o sistema capitalista recém instaurado, a função social fundamental da mulher era parir homens - para compor força de trabalho, ou mulheres - para parir mais homens. Com isso, é possível apontar que os resquícios patriarcais da fase de transição da Idade Média para o capitalismo ainda ecoam na contemporaneidade, seja no controle dos corpos femininos tanto pelo Estado - quando se nega o aborto seguro ou absorventes menstruais para corpos pretos - quanto pelo poder midiático do Capital - quando padrões de beleza ditam o que é um corpo feminino socialmente aceito. Nesse sentido, adicionar a variante gênero ao estudo das desigualdades econômicas e de classe é fator determinante para iniciar um raciocínio interseccional - que deverá estar perto da sua completude ao adicionar a variante raça. Portanto, se o marxismo constitui uma análise sobre os fatores decisivos para a instauração e manutenção do capitalismo é importante demarcar que essa corrente analisa sob uma ótica eurocêntrica e, sobretudo, masculina.

O que Silvia Federici faz em sua obra é adicionar a variante gênero para dar luz além da desigualdade de classe, às desigualdades geradas pelo sexismo, uma vez que o patriarcado é ferramenta efetiva na construção e manutenção de uma sociedade capitalista. Assim, ao passo em que as contribuições fundamentais de Marx necessitam ser complementadas, não é diferente com as de Federici. As narrativas da autora agora contribuem para um olhar de classe e de gênero, mas apesar de analisar o recorte racial, é importante que este lugar de fala seja destinado a quem realmente o possui: mulheres negras, que tratarão da temática com propriedade. Em “O ponto zero da revolução” (2019) a autora discorre sobre a perspectiva da vida privada das mulheres e como o espaço urbano e outras funções sociais foram negadas aos corpos femininos, no entanto, compreende-se que não é possível desconsiderar a variante raça quando essa narrativa não é representativa à história das mulheres negras no mundo.

Por outro lado, Angela Davis é pedagógica em “Mulheres, Raça e Classe” (2016) ao demonstrar um recorte interseccional das questões opressoras no sistema colonialista norte americano. A autora e militante do movimento negro, em sua obra escreve sobre o período de escravidão estadunidense, em especial acerca dos corpos femininos. Em seu texto, fica evidente que as mulheres negras compunham o corpo de trabalho forçado, tendo seus corpos submetidos ao trabalho até a morte tanto quanto os homens negros, estando em equidade na quantidade de trabalho, nas surras e na produtividade exigida por seus senhores - e suas senhoras. Nesse aspecto, a desumanização dos corpos pretos não teve marcadores de gênero, com um adendo para a principal diferença entre os corpos femininos pretos e os corpos masculinos pretos: a vulnerabilidade sexual.

As mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 22).

Já na contemporaneidade, trazendo as análises do sistema capitalista para um prisma latino americano, sobretudo brasileiro, Lélia Gonzalez (2021, p. 45-47) trata da questão do “desenvolvimento desigual e combinado” como força motriz para a formação de uma massa marginalizada de corpos negros e manutenção de um grupo branco privilegiado que é beneficiário da exploração. Isso justifica, portanto, porque a economia brasileira, em algum ponto da História, foi denominada como “milagre brasileiro” contraditoriamente, uma vez que

as desigualdades latentes no nosso país ao longo de 500 anos beneficiaram uma minoria branca que sempre esteve em ascensão. Nesse sentido, quando a autora trata do conceito de racismo estrutural ao evidenciar a questão do desemprego da juventude negra brasileira - demarcando como o privilégio racial está presente na nossa sociedade, se refere não apenas ao capitalismo branco, como também às pessoas brancas sem posses que diariamente são privilegiadas frente às pessoas negras, em virtude dos moldes do sistema, ao fazerem uso do que a autora chama de “dividendos do racismo” (2021, p. 46). Por exemplo, ao ocupar a mesma vaga de emprego, possuindo as mesmas qualificações e recebendo salários maiores - como nos mostram as estatísticas expostas (Fig. 8-11) no levantamento realizado pelo CAU/BR. Assim, Lélia é didática ao discorrer sobre o racismo em sua estrutura e como este contribui para a manutenção do sistema capitalista, e, para evidenciar, expõe a sistemática: desemprego -> perseguição -> opressão -> violência policial. Isto é, se o povo negro ocupa os piores cargos de emprego e lidera os rankings de desemprego, o estereótipo que, segundo a autora, impera no inconsciente coletivo policial de que todo negro é vagabundo ou marginal, é legitimado e fundamentado pelos índices desse mesmo desemprego, resultando na perseguição, opressão e violência policial - que são apenas algumas das formas do racismo. Para o capitalismo, a manutenção desses estereótipos corroboram para a conservação do próprio sistema, isso quer dizer que para este as estruturas racistas são fundamentais.

Grada Kilomba (2020) ao tratar do termo “racismo genderizado” evidencia o não lugar da mulher negra diante das lutas históricas como a anti racista e a feminista ocidental ou “universal”. A autora aponta que, para o movimento negro originário, está no cerne do debate a dualidade entre o **homem branco hétero** e o **homem negro hétero** enquanto que para o feminismo ocidental trata-se do dualismo entre o **homem branco hétero** e da **mulher branca hétero**. Isto é, a literatura anti racista falha ao não evidenciar especificidades da

condição das mulheres negras e como a sexualidade está relacionada com a questão racial. Por outro lado, o feminismo ocidental também não engloba como a questão racial afeta a vida de mulheres negras, latino-americanas ou não brancas. Para Kilomba (2020, p. 98), portanto, “[...] as intersecções das formas de opressão não podem ser vistas como uma simples sobreposição de camadas, mas sim como a produção de efeitos específicos”.

2.2 A SOCIEDADE BRASILEIRA E OS ATRAVESSAMENTOS DO COLORISMO

“[...] a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha... mas tornar-se negra é uma conquista” (GONZALEZ, 1983).

Para o IBGE eu sou parda, para a branquitude eu sou “moreninha”, e para muitos pretos eu sou branca. Aos onze anos costumava ir de cabelo sempre preso à escola, até que certo dia decidi soltá-lo para ir à aula. Eu estava atrás de uma das minhas melhores amigas, Dimitria, quando meu professor de história da quinta série, durante uma explicação da matéria me olha, pára a aula e diz em alto e bom tom: “Nossa! Seu cabelo é muito cheio, deve dar muito trabalho, não? Você devia fazer chapinha...”. Depois disso lembro da minha sensação de desconforto, do silêncio constrangedor e da certeza de que nunca mais soltaria o meu cabelo em público.

Aos treze, numa ida ao salão em que minha mãe frequentava, decido hidratar e escovar os cabelos. Duas horas depois e de cabelos lisos, a cabeleireira (branca) me vira de frente ao espelho, passa a mão nos meus cabelos e fala docemente, o que ela achou que seria um elogio: “Que linda! Você ficou linda! Se você fizesse progressiva seria sem dúvidas a menina mais bonita da escola”. E eu acreditei. Um mês depois eu estava lá fazendo minha primeira progressiva, afinal

quando você tem treze anos e te dão a possibilidade de se tornar a menina mais bonita da escola você vai lá e faz o que for preciso! E no meu caso, eu só “precisava de um cabelo liso”. Dos treze aos dezoito dediquei meu tempo e dinheiro à missão de manter meus cabelos lisos e fui bem sucedida até que a onda da “transição capilar”¹ começou a fazer sucesso desde entre minhas amigas até gente da tv. Nessa época, em meados da década de 2010, o termo “empoderamento feminino” passou a ser usado de modo irresponsável e extremamente comercial. A arquiteta e urbanista Joice Berth (2018), por outro lado, afirma que o empoderamento é um fenômeno que advém do coletivo e da articulação de fatores:

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade, estamos falando da condição articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história [...] seria estimular, em algum nível, a autoaceitação de suas características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente (BERTH, 2018, p. 14).

Portanto, a complexidade do fenômeno passa a ser desconsiderada para fins comerciais que incentiva a auto aceitação, mas não articula e não se aprofunda no cerne do debate. Como se empoderar-se se resumisse a assumir seu cabelo em sua forma natural comprando um shampoo novo, mas esqueceram que a autoaceitação e a valorização da beleza dos fenótipos negróides é apenas um viés que contribui para o empoderamento e não o todo, desconsiderando o debate cultural e social desse fenômeno. Joice Berth (2018) aponta, ainda, a fragilidade desse processo (o de empoderar) quando vem de um indivíduo externo - nesse caso como cadeias comerciais, para um outro indivíduo ou uma comunidade. Assim, ratifica que o empodera-

mento de uma comunidade só é alcançável em sua plenitude quando parte do processo político de autoconhecimento de uma coletividade e não unicamente do indivíduo.

Diante do que eu consumia na tv, na internet e de todo o discurso - raso, do empoderamento veiculado na mídia eu me convenci e já tinha dezoito anos quando finalmente parei de alisar os cabelos, não por reconhecer qualquer traço de ancestralidade nisso, mas unicamente porque ferir meu couro cabeludo duas ou três vezes no ano já não fazia tanto sentido, assim como gastar meu tempo e dinheiro com isso também não. Depois de um ano fiz o big chop¹. Nesse ponto, a avó “fofa” e branca do meu namorado - também branco, olhou para mim depois de anos tendo me visto só de cabelo alisado e disse, como quem acaba de descobrir algo, meio surpresa, meio achando graça: “Oxi! A sua namorada é moreninha né, meu filho?”

Foi já na universidade, me apropriando de literatura e conceitos do feminismo negro e estabelecendo diálogos com outros amigos negros que compreendi a significância do meu cabelo na minha própria estética. O cabelo liso durante toda a minha adolescência me deu a passabilidade² necessária para ser encarada como pessoa não negra em muitos ambientes, mas todas as minhas outras características ainda não foram suficientes para eu ser rotulada como pessoa branca. O não lugar das pessoas negras da pele clara é parte do debate do colorismo³ no Brasil. O IBGE organiza os dados da autodeclaração racial a partir da autodeclaração por cor, dividida em: branca, preta, parda, amarela e indígena. Sendo as cores parda e preta correspondentes a raça negra (IBGE, 2011).

1 O Big Chop é o termo utilizado para definir o primeiro corte de cabelo feito depois de passar pela transição capilar. Quando, então, são eliminados os últimos fios com química do cabelo.

2 Possibilidade de uma pessoa ser considerada pertencente a um grupo identitário em virtude de características físicas aproximadas a estes.

3 Categorização entre membros de uma mesma etnia a partir de características incomum. Nesse caso, o nível de pigmentação da pele, do mais claro ao mais escuro.

1 Processo de transição de cabelos com interferência química para sua condição natural.

A “cor”, como um discurso ambíguo, tornou-se fundamental para o sistema classificatório racial ibgeano, desde a década de 1930, pois permitiu que o conceito de raça fosse atualizado a partir de um significado teórico e retórico enrijecido de cultura. Tanto Araujo (1987) quanto Nascimento (2005) expõem que a “cor” foi e continua sendo utilizada como uma metáfora para se referir à dimensão de origem da população, seja ela racial, cultural ou étnica. De certo modo, esta percepção sobre a cor parece continuar na PCERP [Pesquisa das Características Étnico-Raciais da população brasileira] 2008, uma vez que é a partir do questionamento a respeito da cor ou raça que se pretende alcançar as informações relativas à identidade étnico-racial da população entrevistada (IBGE, 2011, p. 16).

Enquanto alguns defendem que essa prática desarticula o movimento negro, atuando como forma segregatória de pretos e pardos, potencializando a falta de reconhecimento identitário da população autodeclarada parda, uma outra parcela, por outro lado, endossa o posicionamento do IBGE, entendendo que a autodeclaração por cor permite que se aproxime de um quantitativo fidedigno da população negra brasileira. É importante pontuar, portanto, que para o movimento negro brasileiro e para o IBGE são consideradas pessoas negras aquelas que se autodeclaram pretas e pardas. O fato é que as questões do ser negro no Brasil devem ser analisadas, sobretudo, diante do contexto brasileiro que difere drasticamente do contexto norte americano, por exemplo, em que o movimento Black is Beautiful fortaleceu e possibilitou que pessoas negras da pele clara se reconhecessem etnicamente. Lélia Gonzalez (2020, p. 223) narra o processo do colorismo no Brasil como uma questão hierárquica, quase como “cada coisa em seu lugar”, como a negra de pele clara que é útil para servir dentro da Casa Grande enquanto a negra retinta destinavam-se os trabalhos braçais nas lavouras. Na contemporaneidade,

essas violências segregatórias podem ser visualizadas, por exemplo, no âmbito obstétrico, em que o imaginário racista de que mulheres negras suportam mais dor resulta nas discrepâncias dos índices de aplicação de anestesia por raça:

Mulheres pardas e pretas sofreram menos intervenções obstétricas no parto que as brancas; no entanto as pretas receberam menos anestesia local quando submetidas à episiotomia. Apesar de pardas e pretas possuírem similaridades, a adequação do pré-natal e vinculação à maternidade para as mulheres pretas se mostrou pior (LEAL et. al, 2017).

No país em que pronomes de tratamento definem a classe ou o status social do indivíduo - o senhor e senhora, o doutor e doutora - é mais do que apropriado pensar no colorismo a partir de uma visão hierárquica, afinal, somos um povo colonizado que diariamente reproduz discursos do colonizador. Gonzalez (2020, p. 234) parafraseia, ainda, Simone de Beauvoir quando exclama: “Não nascemos negros, nos tornamos”. Isso porque entender a própria identidade racial significa compreender o lugar social que historicamente se ocupa.

Com onze, treze ou dezoito anos eu ainda não me reconhecia como pessoa negra, tampouco entendia a significância do que é ser mulher negra no Brasil. Mas acatava a opção de assinalar o “parda” que o IBGE me oferecia sem grandes questionamentos, ainda sem me sentir pertencente a nenhum grupo. Sou filha de uma mulher negra com um homem branco que foi adotado por uma mulher negra no interior baiano e cresceu em um ambiente culturalmente negro - quer mais Brasil do que isso?! - e, apesar disso, em casa o debate racial sempre foi superficial, do tipo “somos todos iguais”, beirando o meritocrático. A minha mãe achou graça quando logo depois de uma reforma que fizemos na fachada de casa, um homem branco tocou a campainha e quando ela foi atender - de roupas simples e touca na cabeça, o homem pediu para falar com a dona da casa, ele

pedia uma doação para a filha pequena que sofria com uma crise asmática. Prontamente com orgulho ela falou: - eu sou a dona da casa! Fez a doação para o homem e voltou contando a história entre risos e orgulho. Imediatamente eu a expliquei que ela havia acabado de enfrentar uma situação racista, extremamente sutil. O riso foi pro espaço! Ela ficou em choque. Minha mãe tinha por volta dos cinquenta anos quando vivenciou essa situação de racismo velado e, acho que pela primeira vez, compreendeu plenamente uma situação de racismo, que antes não tinha pista nenhuma. A partir dali, tenho notado seu interesse em estudar e compreender a sua própria existência, um dia a peguei lendo Lélia Gonzalez e certa vez presenteei-a com a obra “Cartas para minha avó” de Djamila Ribeiro (2021). Por outro lado, foi a partir da minha formação e do reconhecimento tardio da minha negritude que os debates se intensificaram em casa e hoje, meu irmão de dezessete anos que é negro, da pele mais clara que a minha, compreende a sua negritude quando faz questão de exibir seu black power e entende desde os quatorze porque ele precisa andar por aí com seu RG no bolso enquanto seu melhor amigo branco não está muito preocupado com isso.

Diante da compreensão do colorismo no contexto brasileiro e dos privilégios que tenho como mulher negra da pele clara e fenótipos que me conferem certa passabilidade, entendo que o racismo que me atravessa é amplamente velado, silencioso e estrutural. É preciso estar atenta e forte¹ para identificar as sutilezas do racismo estrutural no cotidiano. Demarco aqui, portanto, os meus próprios privilégios para que essa discussão não seja lida como meritocrática. Isto é, para Conceição Evaristo (2021) é preciso que a exceção não se sobressaia à regra, ou seja, não é porque sou mulher, negra, moradora de periferia, tive acesso a educação superior e estou na academia produzindo conhecimento que, a maioria das mulheres negras e periféricas alcançam esse lugar, tampouco, porque me esforcei para isso e assim

as outras mulheres também conseguiriam. Prova disso são os dados referentes ao ensino superior no bairro Benedito Bentes, de onde venho e daqui vos escrevo, que indica que apenas 6% da população residente do bairro tem ensino superior completo, comprovando o meu lugar de exceção (IBGE, 2010). Os meus privilégios que vão desde os meus fenótipos que me conferem passabilidade, a estrutura familiar proeminente na minha história, até o acesso à educação - nota-se que são aspectos que o sujeito não tem controle sobre -, demonstram o quanto essas questões são determinantes para que o indivíduo se torne “a exceção”.

2.3 MULHERES NEGRAS: VULNERABILIDADE, REPRESENTATIVIDADE E ESTATÍSTICAS

As contribuições do feminismo negro para um planejamento urbano e regional democrático é defendida pela arquiteta urbanista e intelectual Joice Berth (2016) que apresenta a necessidade de uma sensibilidade analítica para identificar relações de poder e opressões múltiplas e específicas inerentes a cada sujeito a partir do que representa seu corpo expresso no território.

Devemos ainda corroborar com as pontuações acordadas ao longo da história do feminismo, que prioriza as vivências que não só são diversificadas como também são únicas, e por isso mesmo podem enriquecer qualquer projeto ou estudo que antecede os caminhos para o planejamento e /ou a ocupação dos espaços (BERTH, 2016, p. 73).

Por isso, aqui buscaremos adentrar nas questões socioeconômicas e de representatividades no que se refere à vivência das mulheres negras em contexto nacional e local. Para tanto, os índices de desemprego e escolaridade, do “Dossiê Mulheres Negras: retrato das

¹ Trecho da canção Divino Maravilhoso, composta por Gilberto Gil e Caetano Veloso e interpretada pela cantora Gal Costa.

condições de vida das mulheres negras no Brasil” executado pelo Ipea em 2013, nos permite enxergar um panorama geral, insistindo em uma análise interseccional ao colocar à luz da discussão as estatísticas acerca das mulheres negras brasileiras. Essas condições são expressas em percentuais, nos gráficos: taxa líquida de escolarização, rendimento domiciliar per capita e, por último, proporção populacional vítima de agressão. O gráfico 1 aponta a taxa líquida de escolarização em nível superior por raça/cor e gênero. As mulheres negras nesse ponto ocupam o penúltimo lugar, acima apenas do nível de escolaridade de homens negros. Quanto ao gráfico 2, há uma enorme lacuna entre os rendimentos de pessoas brancas e negras, além disso, as mulheres negras ocupam a base desse índice. Por fim, o gráfico 3 aponta a proporção populacional de vítimas de agressões a partir de variantes como gênero e raça/cor. Aqui, observa-se que a cor da pele é uma variante que se sobrepõe e indica a maior incidência de violência contra mulheres e homens negros.

Gráfico 1 - Taxa líquida de escolarização, por gênero, cor/raça e nível de ensino (1995-2009).

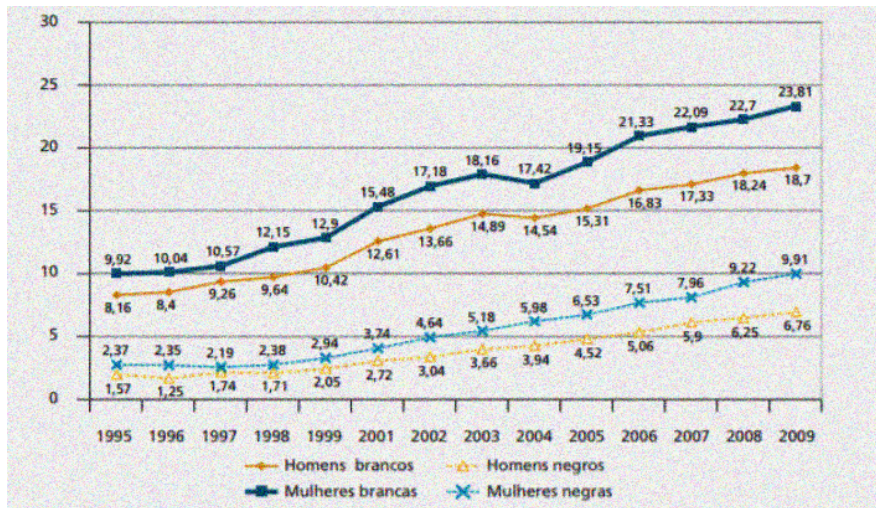


Gráfico 2 - Rendimento domiciliar per capita médio, por gênero, cor/raça (1995 - 2009).

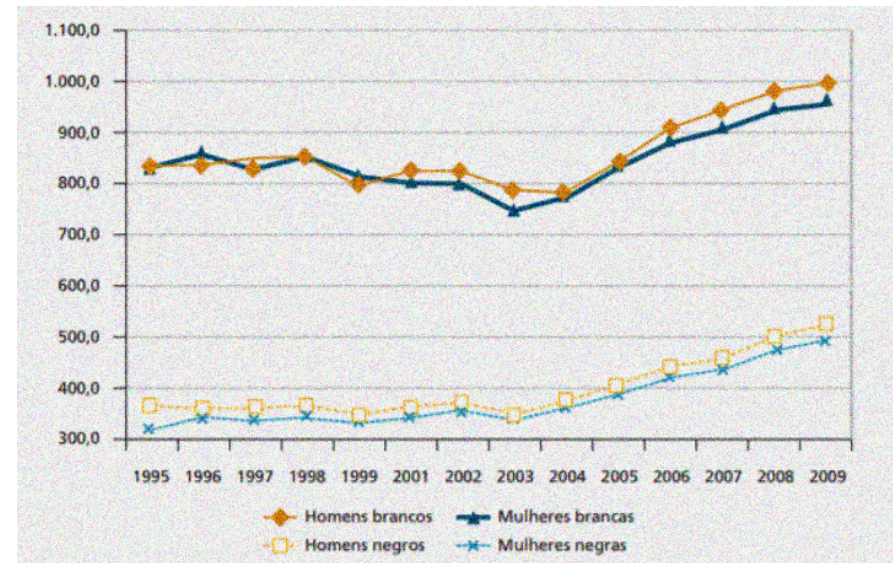
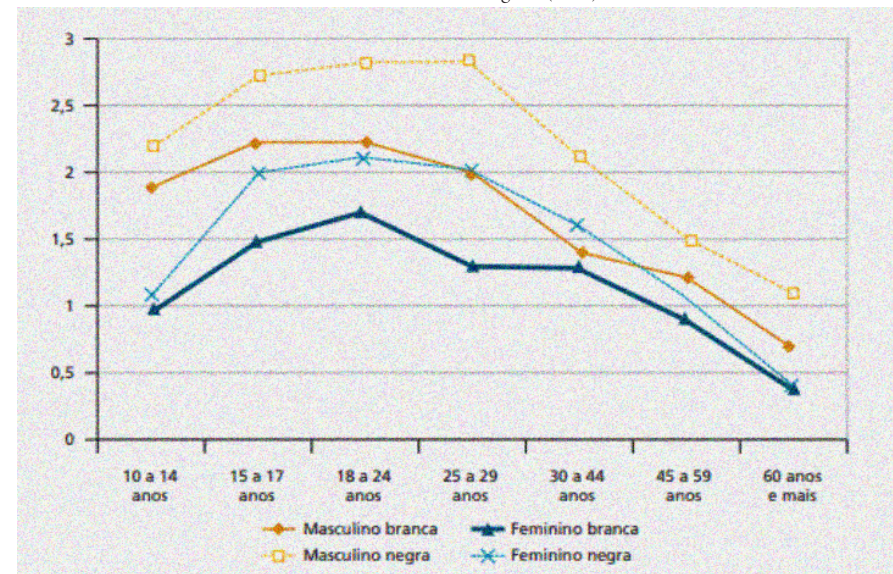


Gráfico 3 - Proporção da população de 10 anos ou mais de idade vítima de agressão, segundo gênero, cor/raça e faixa etária - Brasil e regiões (2009).

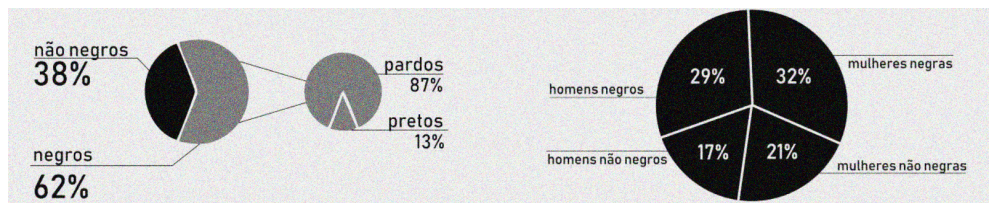


Fonte - Ipea et al. (2013)

Pensando na realidade de Maceió, o Trabalho Final de Graduação (FAU-UFAL) da urbanista arquiteta Mayara de Paula, de 2019, intitulado “Análise Interseccional da Vida Urbana”¹, mostra um Plano de Diretrizes de políticas públicas sob viés ideológico interseccional. A pesquisa de Paula é rica em mapeamentos e dados estatísticos e nos oferece vasto diagnóstico dos problemas, carências, tendências e potencialidades, além da caracterização do bairro Benedito Bentes. Dentre os dados oficiais didaticamente apresentados são relevantes para essa discussão os Gráficos 1, 2 e 3, pois trazem a importante afirmação de que a maioria populacional de Maceió é negra, incluindo pretos e pardos², bem como apontam a presença de mulheres negras como figuras também majoritárias na cidade.

Os mapeamentos apresentados por Paula (2019), o de Distribuição da População Negra em Maceió (%) (Gráficos 4 e 5) e o de Rendimento Familiar em Maceió (salários mínimos) (Fig. 3-4) corroboram para o entendimento do panorama da população negra maceioense no campo do trabalho, evidenciando maiores rendimentos familiares nos bairros de maioria populacional branca e menores rendimentos destinados àqueles de maioria populacional negra.

Gráfico 4 - 5 - População de Maceió por raça; População total de Maceió por gênero/raça.

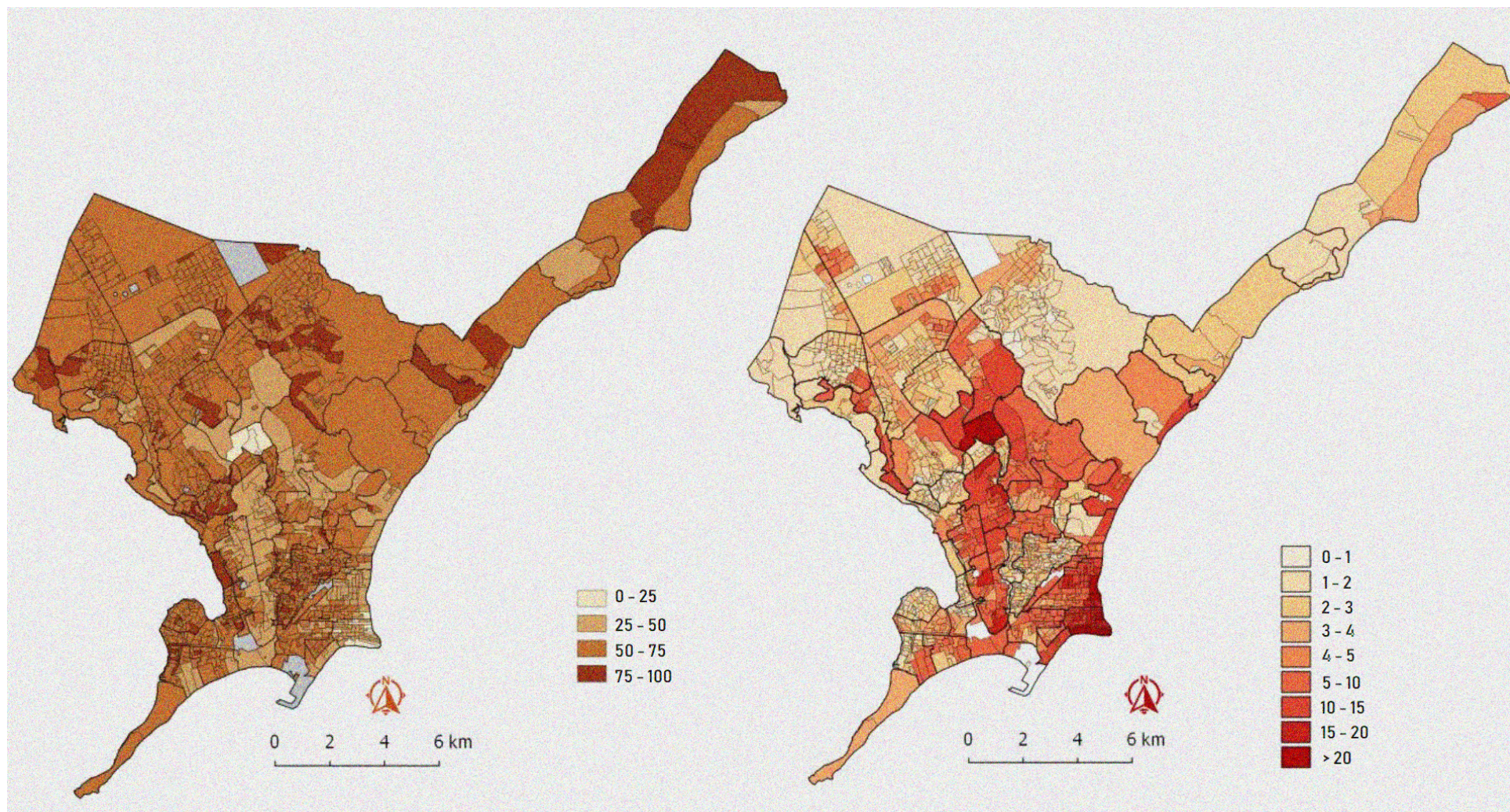


Fonte - PAULA (2019).

1 O trabalho é citado pelo site Archdaily como um dos 30 melhores trabalhos de conclusão de curso em 2019 entre países de língua portuguesa.

2 Estas nomenclaturas deverão ser trabalhadas no próximo tópico ao longo deste trabalho.

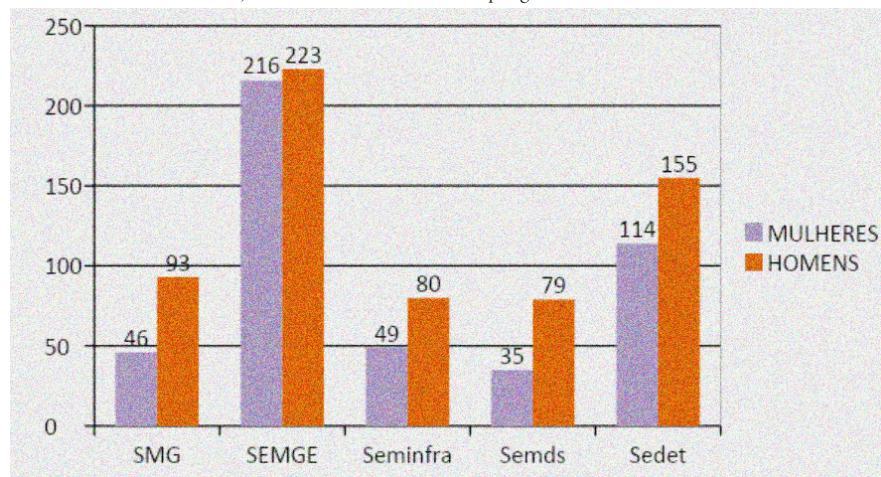
Fig. 3 - 4 - Distribuição da População Negra em Maceió (%) e o de Rendimento Familiar em Maceió (salários mínimos)



Fonte - PAULA (2019).

Além disso, para tratar da representatividade feminina sobre as decisões e práticas políticas que incidem no território, trago a experiência que tive em 2020 ao apresentar o trabalho intitulado “Apropriação feminina dos espaços públicos da capital alagoana no século XXI” no XII Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo, junto às minhas companheiras de pesquisa e integrantes do MEP. Neste trabalho, dedicamos um capítulo para abordar a contribuição de mulheres nos cargos decisórios dos órgãos públicos relacionados à gestão e ao desenho da cidade de Maceió. Para realizar essa análise, foram selecionadas cinco dentre as dezoito Secretarias Municipais existentes na época, sob o critério de terem funções relacionadas ao uso e organização do solo maceioense, são elas: i. Secretaria Municipal de Governo (SMG); ii. Secretaria de Gestão (SEMGE); iii. Secretaria de Infraestrutura (SEMINFRA); iv. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável (SEMDS); v. Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SEDET). Apesar desta análise não contemplar o marcador racial, as informações abaixo (Gráfico 6) nos ajudam a compreender o cenário de diferenças de gênero nos espaços de poder e apenas nos permite imaginar onde estão as mulheres negras nos seguintes gráficos:

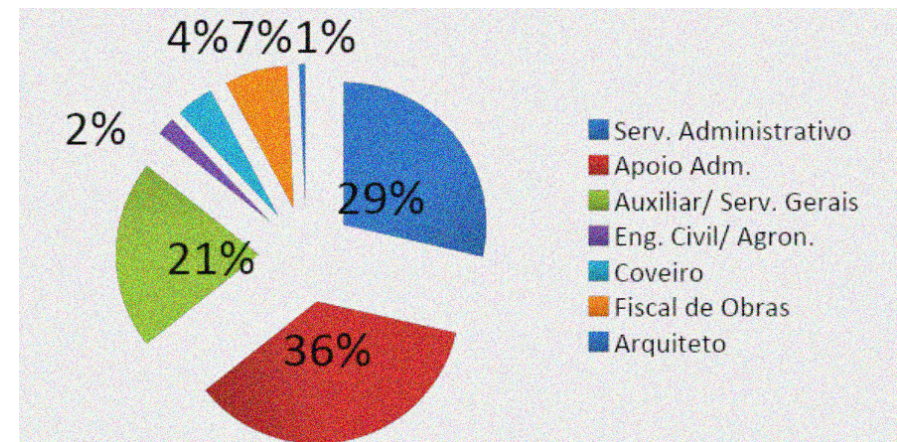
Gráfico 6 - Relação do número de funcionários por gênero nas Secretarias de Governo.



Fonte - Acervo MEP (2018).

Além do quantitativo foram observadas questões qualitativas, como as funções e posição hierárquica dos cargos ocupados por mulheres nessas Secretarias (Gráfico 7). E, nesse sentido, constatou-se que os cargos considerados de maior prestígio e que impactam diretamente no planejamento e desenho urbano de Maceió, tais como Arquiteto(a), Engenheiro(a) e Fiscal de Obras, representam apenas 1%, 4% e 7%, respectivamente, dos cargos mais ocupados pelas mulheres. Além disso, elas estão presentes apenas em duas das cinco Secretarias analisadas: Seminfra e Sedet. Assim, as funções desempenhadas por mulheres nessas Secretarias são: Apoio Administrativo, Serviço Administrativo, Auxiliar/Serviços Gerais, Fiscal de Obras, Coveira, Engenheira Civil/Agrônoma e Arquiteta.

Gráfico 7 - Composição por cargo mais citados das Secretarias.

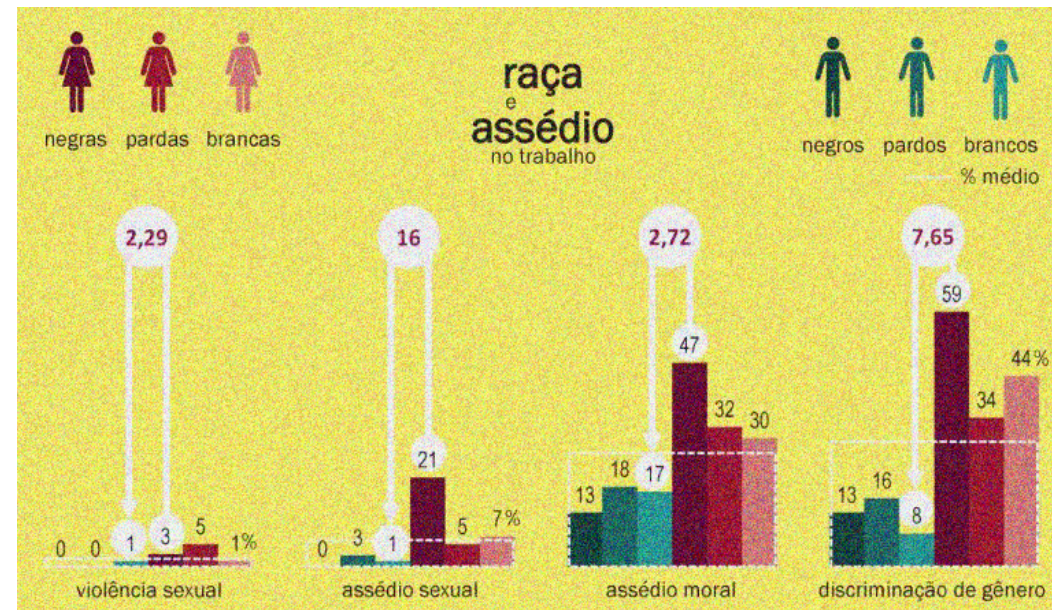
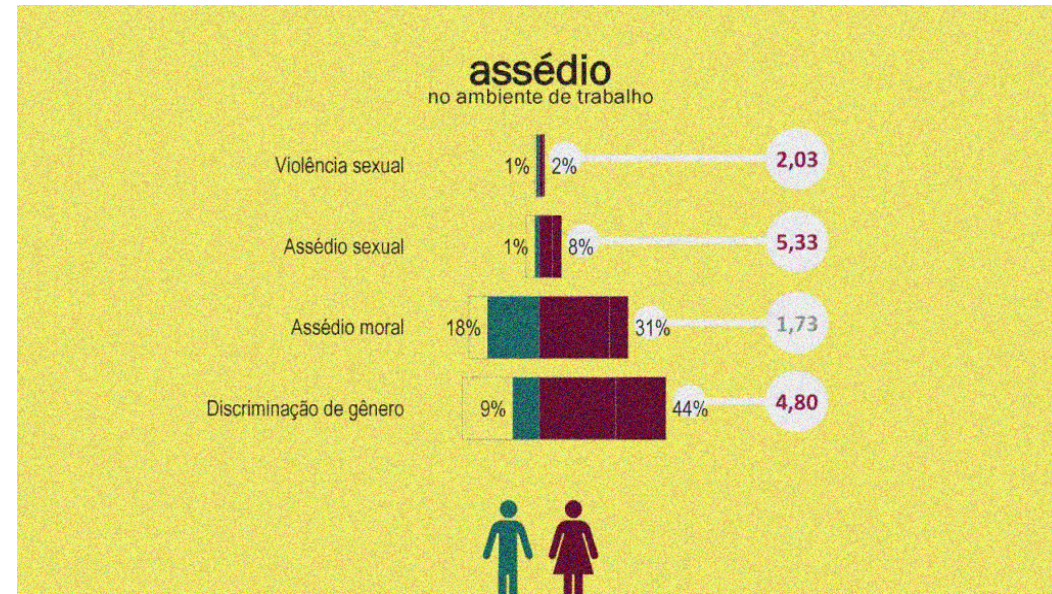


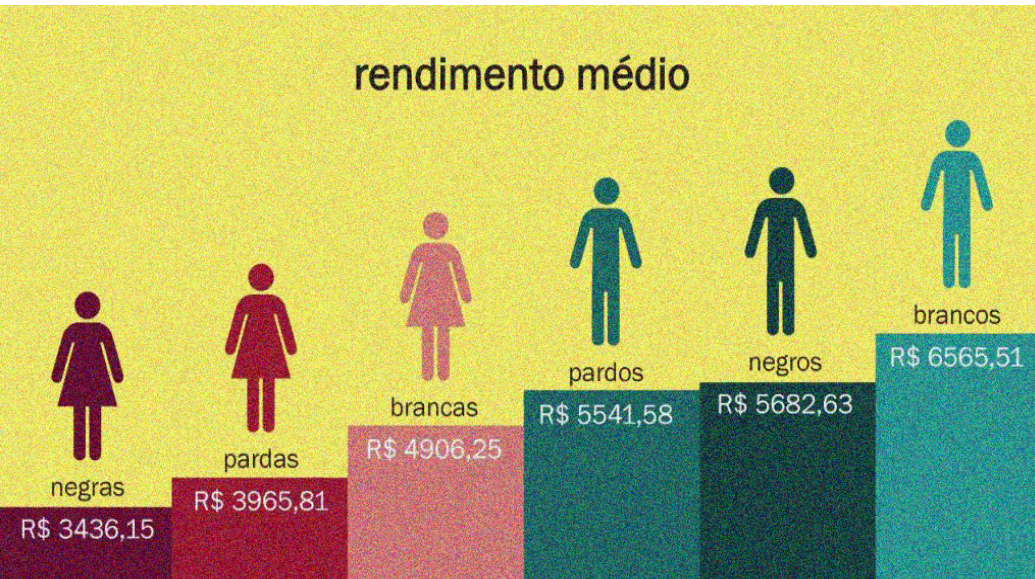
Fonte - Acervo MEP (2018).

Com isso, estreitamos a questão da representatividade feminina negra ao explicar as pesquisas dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e de Alagoas que tratam da atuação de mulheres negras no campo da Arquitetura e do Urbanismo propriamente. O CAU/BR (2020) realizou o primeiro Diagnóstico pela Equidade de Gênero (Gráficos 8-12), foi sensível às questões raciais e, a partir de

respostas de 987 profissionais, sendo 767 mulheres e 208 homens, expressaram índices de assédio, raça e assédio, rendimento médio e dificuldade no trabalho. Na mesma perspectiva, em 2021 o Conselho de Arquitetura e Urbanismo estadual, realizou (através da Comissão Temporária pela Equidade de Gênero - CTEG/CAU-AL) um diagnóstico semelhante, também com olhar para questões de raça, restrito ao universo de estudantes e profissionais de Arquitetura e Urbanismo no âmbito estadual. O “Primeiro Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo de Alagoas” (2021) revelou índices de desemprego, assédio sexual e moral, dificuldades no acesso ao mercado de trabalho entre outros indicadores, sempre desfavoráveis às mulheres e, em especial, às mulheres negras (Gráficos 13-20). Nesse sentido, é nítida a iniciativa e um novo contexto de interesse dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo em evidenciar e investigar situações de disparidades de gênero, bem como ficam visíveis as de-

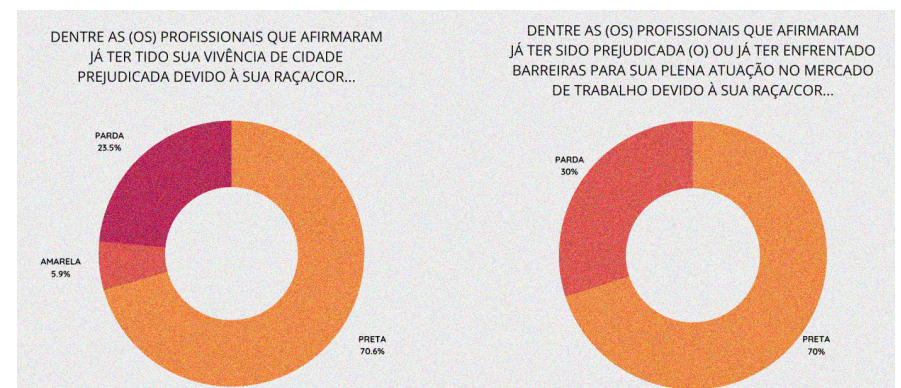
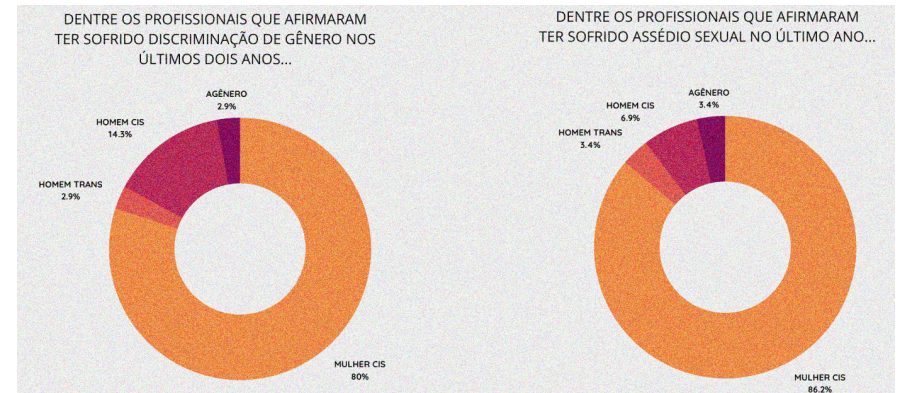
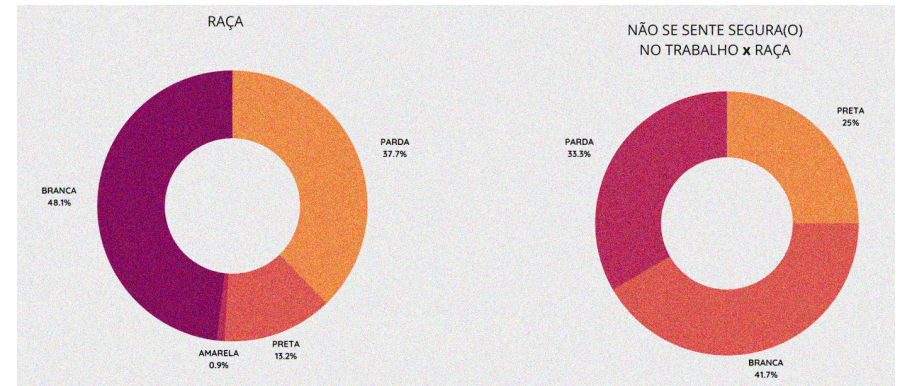
Gráfico 8 -12 - Dados inerentes a assédio; raça e assédio; rendimento médio e dificuldade no trabalho.

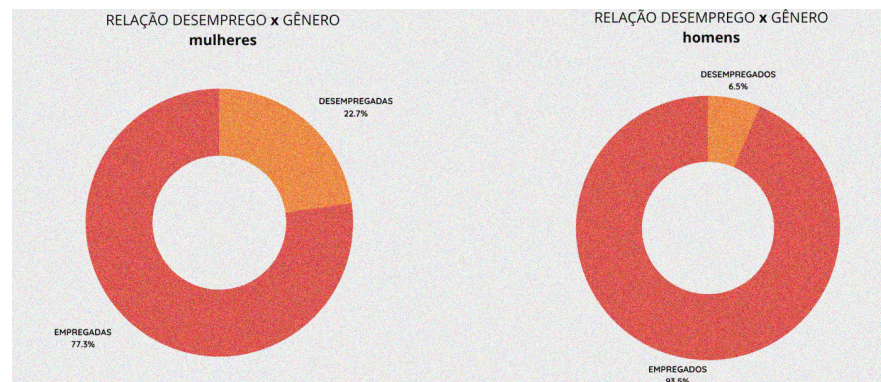




Fonte - CAU/BR (2020)

Gráficos 13 - 20 - Dados inerentes a raça e insegurança; discriminação por gênero e raça; Assédio e desemprego





Fonte - CAU/AL (2021)

sigualdades quando se fala em gênero interseccionando raça. Nos dados apresentados nos gráficos de 8 a 19, em todas as situações as mulheres, sobretudo negras, ocupam posições díspares e desfavoráveis no que se refere aos rendimentos médios, situações de assédio, desemprego e dificuldades no trabalho. Portanto, diante de uma cultura eurocêntrica, bem como da falta de representatividade feminina e, sobretudo feminina negra, em espaços de decisão e de poder. Deixe-nos agora, então, que falemos da nossa própria história e que reivindicemos por nossa própria dignidade para que um dia, possamos ocupar todos os espaços com equidade.

2.4. IMPACTOS DA MIGRAÇÃO

A partir daqui passarei a utilizar fragmentos das narrativas das minhas interlocutoras. Para tanto, devo contextualizar como se deram os encontros que culminaram nas transcrições que fazem parte deste trabalho.

Cheguei por volta das 18h. Mais cedo mandei uma mensagem perguntando como ela estava e se estaria em casa. Lembrei-a do trabalho que estava desenvolvendo e que já havia comentado há algum tempo. Perguntei, então, se poderia passar lá no final da tarde para conversar. Ela disse que sim, estaria me esperando. Quando cheguei ela

estava sozinha assistindo tv, jogamos um pouco de conversa fora, não mencionei o trabalho, até que ela mesmo o fez e perguntou o que eu queria saber exatamente. Eu disse que queria saber como ela veio parar ali. E ela diz que é muita história... que era a mesma história que já tinha me contado faz tempo. Contra-argumentei dizendo que agora eu queria saber em detalhes e ela diz que prefere então que eu volte outro dia, estava com dores porque há uma semana teve uma epidemia de Chikungunya na rua e ela era uma das dez pessoas que se contaminaram. Estava se recuperando. Eu concordei. Disse que tudo bem, voltaria outro dia, mas continuei ali assistindo tv. Comentamos do que passava na televisão, jogamos mais conversa fora, rimos de aleatoriedades quando ela mencionou uma reforma que fez para dividir a casa para ela e para o filho quando ele se casou. Aproveitei e emendei numa pergunta sobre as tipologias das casas no início do Conjunto. Ela fala rapidamente sobre isso e dá sinais que vai começar a contar sobre os seus primeiros anos em Maceió. Pergunto então se posso gravar e ela começa a narrativa. (MAGALHÃES, setembro de 2021, [fragmentos de narrativas da autora acerca do encontro com Tia Rosa]).

Começo ratificando que não foi fácil agendar um dia tranquilo para iniciar essa conversa com Rose, minha mãe, ela é professora de educação infantil da rede municipal e não pára nunca, faz caminhadas de cerca de 8km diariamente e aos finais de semana ainda tem energia pra sair com as amigas. Por isso, nossa conversa se deu em uma segunda-feira, após um dia de trabalho de ambas. Depois de algumas tentativas fracassadas, nesse dia deu certo e iniciamos a conversa. Era cerca de 20h e ela já estava se preparando para ir dormir. Como já sabia do que se tratava, logo perguntou o que eu queria saber em específico... Peço, então, pra ela contar as motivações que a trouxeram para Maceió. (MAGALHÃES, junho de 2021, [fragmentos de narrativas da autora acerca do encontro com Rose]).

Beatriz Nascimento, ao falar sobre as corporeidades negras, debate a maneira como a experiência do exílio implica uma experiência de perda da imagem. Na diáspora e na transmigração (da senzala para o quilombo, do campo para a cidade, do Nordeste para o Sudeste), há uma busca de resgate da identidade que passa pela relação do corpo negro com o espaço. E é esse corpo o principal documento dessas travessias (MOTTA, 2021).

Motta (2021) se utiliza do pensamento da teórica negra Beatriz Nascimento para conduzir seu ensaio publicado em 2021 no qual por meio das narrativas de Ruth, uma atriz e cantora angolana, teoriza sobre o lugar e o não lugar de indivíduos imigrantes na periferia do Rio de Janeiro, sob ponto de vista interseccional. A migração protagonizada pelas mulheres da minha família desta vez não é transatlântica, tampouco do Nordeste rumo ao Sudeste. Mas sim o trajeto oposto: a viagem feita por essas mulheres foi do Sudeste ao Nordeste, em meados dos anos de 1980, mas assim como nos trajetos exemplificados por Motta (2021) buscavam melhoria, dignidade e qualidade de vida. Nesse sentido, é importante aqui demarcar o quanto carregamos do território consigo e como as adaptações a esses são, historicamente, ferramenta de sobrevivência do povo negro.

[...] do atlântico negro às suas reterritorializações em quilombos, favelas, periferias, centros urbanos, práticas, manifestações culturais e grandes projetos urbanos, as dimensões diaspóricas adquirem espacialidades próprias produzindo redes e territórios. A cidade, nesse sentido, eclode desse cruzamento de significados, no qual as territorialidades negras reinventam territórios e formas de existir (PEREIRA, Gabriela 2019).

Em seus depoimentos, Rose, minha mãe, e Rosa, minha tia, narram sobre o processo migratório, motivações e dificuldades de adaptação e suas primeiras percepções sobre a cidade.

Vimos em 83. A tia [Lenira] morava naquele Conjunto Castelo Branco, na Jatiúca, era um apartamento de 2 quartos, um era o dela e o outro ela fazia de copa, tinha uma mesa grande, aqueles armários grandes cheio de louça cara. Dormíamos todos na sala. Nem as crianças ela deixava ir pro quarto. Ficamos alguns meses na casa da tia: eu, Lobe, Rose, Mi, sua avó Estela, Leandro e Leonardo [crianças]. Mamãe [Estela] foi embora, não aguentou, foi morar na casa da minha madrinha, ficou alguns meses. Era ali na Pajuçara. Aí depois saiu de lá, não sei porque saiu, não sei se teve alguma confusão... Morar na casa dos outros também não é brincadeira né, quem vai querer? Eu sei que quando moramos na casa da tia não era fácil, era muita gente, mas a gente passou muito perrengue, viu... Mas aí ela [Estela] foi morar em uma casa alugada no Vergel. Foi a vó [Estela], a Zane, o Ná e o Lobe. E eu fiquei na casa da Tia, enquanto Rose ficou na casa da madrinha dela, a Cida, porque ela estudava no Rosalvo Lobo então ficava mais perto. Depois de um tempo, a tia começou de implicância comigo e daí saímos de lá e alugamos uma daquelas casas estreitas, ali na Pajuçara, perto do Rosalvo Lobo [o colégio]. Mamãe depois de um tempo ficou morando no Vergel, alugou uma casa por lá, lá enchia de água, tinha muita pingueira, era péssimo, uma vez Leandro [filho mais velho] levou um choque, quase morreu... Aí a Rose ficou lá na Cida... Lobe e Zane foram embora [voltaram pro Rio]

A Tia Lenira, mãe do Mi, era muito influente porque era cozinheira chefe do Palácio do Governo do Estado e naquele tempo quando o governador não era o Suruagy era o Guilherme Palmeira. Então ela conhecia muita gente, aí o Mi disse “Rosa, eu falei com mamãe e eu disse que se ela arrumasse um emprego a gente ia pra Maceió”. Ele sabia que naquele tempo tinha essas facilidades e aí quando eu falei isso pra mamãe foi o fim! ela ficou doidinha, disse, quase chorando: “Ah, Rosa se você for eu vou! vou ficar aqui com seu pai? pra me

acabar e morrer aqui?” E aí eu falei “e os meninos, mãe? um monte de menino, seis filhos!” e ela disse: “óxi, eu vou-me embora com você e quem quiser vem comigo, quem não quiser fica” [...] Mas ali quando eu vendi as coisas que mamãe se desesperou mesmo, mamãe disse que ia ligar pra tia Lenira também, ligou e a tia disse “E você vai vir mesmo, Estela?” ninguém acreditou que mamãe ia mesmo

[...]

Mas foi assim, o Mi saiu de Maceió e foi tentar a vida lá (no Rio), arrumou um emprego, casamos. A gente vivia uma vida normal, a gente morava de aluguel num primeiro andar bem bonitinho, um sobrado. Era uma casa grande, uma sala grande, o piso todo de taco. Mas aí meu pai falou assim: “Rosa, o Mi não tá ganhando direitinho? Por que ao invés de pagar aluguel vocês não constróem lá no fundo de casa?” [a primeira casa dos meus avós lá no Rio] O Mi então levantou lá com o Van, primo dele, pra não pagar pedreiro né, o dinheiro era pouco, aí nos mudamos e num instantinho construiu. Mas também não demorou muito tempo, assim que Leonardo nasceu, ele tinha uns 9 meses, a gente veio pra cá, devo ter ficado um ano e pouco na casa lá que o Mi construiu. Minha casa era tão bonitinha, pergunta a sua mãe. Tinha as coisinhas tudo bem bonitinho, bem ajeitadinho, mas aí o Mi começou a vender tudo pra gente vir pra cá.

Silêncio. Pergunto se quando ela chegou aqui não pensou em voltar

Ah, eu chorei muito... Porque o Mi me deixava em casa com a Tia aguentando os abusos dela, eu ficava como servindo de empregada com criança pequena, ela não me ajudava com nenhum. O Leandro estudando com quatro anos e o Leô[nardo] com um ano, de colo, eu ia levar e buscar o Leandro no colégio São José ali na

praia, já quase na Jatiúca, todo dia eu fazia esse percurso e ela em casa de folga não tinha coragem de ficar com Leonardo, eu ia debaixo de sol e de chuva com uma sombrinha e Leô no colo... Se eu precisasse ir pro médico eu ia com os dois [...] eu mal falava com a Tia [Lenira] Quase que eu voltei, mas também tinha tudo aqui né, tinha minha mãe, tinha escola, Mi já trabalhando

(Rosa, Benedito Bentes, setembro de 2021).

Bom... a vó (minha avó, mãe da interlocutora) veio pra cá porque o Mi [ex marido de Tia Rosa] morava aqui em Maceió, e a tia [Lenira] era chefe de cozinha lá do palácio. Então ela avisou para o Mi vir embora porque arrumaria um trabalho pra ele aqui [...] E aí mamãe, que já não aguentava a cachaça de papai, quando Roseane [Tia Rosa] veio embora foi o fim pra ela. Ela disse: “Eu vou embora também”. Aí pronto. Veio eu, mamãe, Lobe, Ná e Reinaldo. Sua tia Zane ficou sozinha com papai, disse que não vinha embora. Aí a gente foi morar na casa da tia [Lenira], todo mundo naquele apartamento, no Castelo Branco. No início era bonzinho, mas depois foi tanta humilhação... A Roseane era como se fosse uma empregada pra ela, fazia tudo.

Silêncio. Ela começa a fazer certo esforço para lembrar a ordem das coisas, quando finalmente consegue!

Aí foi quando mamãe se empregou no Palácio, Roseane saiu de lá, resolveu alugar uma casa... Como era o nome daquela rua, meu deus? Santa Fernanda? Amelia Rosa? Não! Ah, Avenida Jatiúca. Nisso mamãe já tinha saído da casa da tia, então Zane [minha tia, uma das irmãs

da interlocutora] ainda tentou morar aqui [em Maceió], mas foi embora. Nisso mamãe foi morar lá na casa da Bete, uma conhecida dela, num sobradinho. Morava mamãe e o Lobe. Eu fiquei com a Cida, madrinha do Thiago porque eu estudava. Não.. antes disso, a Roseane alugou uma casa ali perto do Rosalvo Lobo e foi todo mundo morar com ela. A casa tinha dois quartos, uma sala, um corredor... A gente ficava no quarto de trás. Eu, mamãe e Reinaldo, Roseane, Mi, Leandro e Leonardo. Depois veio o Lobe, passou uma fase aqui, não deu certo e voltou. Aí o Ná voltou também... Ou o Ná não veio junto com todo mundo? Não lembro... Acho que o Ná não veio com todo mundo, só veio depois. Alguma coisa assim... Ele pediu dinheiro a mamãe pra comprar a passagem e veio.

Pergunto como ela se sentiu ao se mudar para Maceió

Eu detestava aqui quando cheguei. Chorava todo dia. Dizia: “Pelo amor de Deus, quero ir embora, quero minha escola!” Eu era acostumada com lá né, gostava de lá. [...] Assim que a gente chegou, nós éramos a sensação. Por causa do nosso sotaque, todo mundo imitava. Tinha umas meninas riquinhas, amigas da Kátia [prima], que ficaram minhas amigas também depois. Mas aí todo mundo queria falar igual a mim, eu chiava muito né... Eram os primos da Kátia, todo mundo imitava. E aí eu conheci seu pai quando vim morar aqui em 89.

Pergunto como foi vir para o Conjunto Benedito Bentes

Eu não conhecia ninguém por aqui porque morava no Santo Eduardo, ali na Avenida Brasil, e estudava lá no Rosalvo Lôbo. Então mamãe me deixou morando com a Cida que era muito amiga dela e depois acabou sendo a madrinha do Thiago (filho) [...] Seu pai era muito amigo da Elizangela, uma menina que morava por aqui. Como eu não conhecia ninguém, ela veio falar comigo dizendo que ele estava afim de mim. E aí ele começou

a me paquerar, magrinho... Começamos a namorar em 17 de maio de 1989. E aí pronto! Conheci Renilton. A gente marcou um dia de ir pra um baile, choveu e eu não fui. Mas quando foi dia 17 eu conheci ele. Ele entrou comigo na formatura do magistério, entrou comigo na da UFAL, entrou comigo em tudo né... Engravidei no mesmo ano. A gente noivou e em 90 ele veio morar aqui. Morávamos eu, ele, sua avó, Reinaldo e Ná. Ele veio pra cá quando eu engravidei. Então a gente noivou. Seu pai antes morava na casa do Gerson. Sua avó todo final de semana fazia um bolo pra ele levar pra eles. “A defesa”. Renilton dizia que ela era a defesa dele. Só moravam dois homens.

(Rose, Benedito Bentes, julho de 2021).

É possível observar como as dinâmicas de moradia nortearam toda a história familiar de minhas interlocutoras. E é a partir das memórias dos lugares onde moraram, ou onde amigos e familiares, por sua vez, o fizeram, que elas vão traçar uma linha de raciocínio e acionar suas próprias memórias acerca não só dos meios de aquisição de moradia, aspectos físicos ou territoriais, mas sobretudo acerca de todos os âmbitos de suas vidas, como das relações, amores, conquistas, frustrações e infortúnios. Nas narrativas a porção do território que ocuparam é mais do que pano de fundo para as suas histórias e memórias. O território nas suas falas são organismos vivos. Isso indica a notória relevância da moradia como dispositivo de pertencimento, especialmente nesse processo migratório. Nesse sentido, podemos fazer um paralelo com o que bell hooks (2019) nos ensina ao mencionar que:

Tem sido sobretudo responsabilidade das mulheres negras construir lares como espaços de acolhimento e cuidado face à dura e brutal realidade da opressão racista e da dominação machista [...] As mulheres negras resistiram constituindo lares onde todos os negros pudessem se empenhar em ser sujeitos, não objetos; onde pudessem encontrar conforto para nossos pensamentos e

nosso coração apesar da pobreza, das dificuldades e privações; onde pudéssemos restaurar a dignidade negada a nós do lado de fora, no mundo público (hooks, 2019, p. 105).

É notório como a luta por constituir um lar foi presente na vida das minhas interlocutoras e como o processo migratório enfatiza isso. Como se para instituir alguma dignidade precisassem de um lugar para chamar efetivamente de lar. Não sendo este a casa de uma tia branca, ou de uma amiga generosa. Podemos observar, ainda, as dificuldades de adaptação ao deixar um lar já constituído para trás na tentativa de constituir um outro em um novo território. Milton Santos conceitua Território Usado como: “A totalidade da formação socioespacial, composto pela configuração territorial (as infraestruturas e o meio ecológico) e a dinâmica territorial (uso do território pelos agentes – firmas, instituições e pessoas)” (SANTOS, 1985). É possível dizer, portanto, que o Território Usado é vivo, e essa vivacidade se dá a partir das dinâmicas dos agentes ocupantes, que sobretudo escrevem suas histórias sobre o traçado do território. Nesse sentido, o lar físico é regado por subjetividades que Ruth - a atriz e cantora angolana entrevistada de Motta, Rose, Rosa ou Estela, compreendem a partir de uma intersecção incomum: suas experiências e vivências como mulheres negras que integram a urbe em um processo migratório. Assim, é importante demonstrar o simbolismo que a moradia representa na vida das mulheres negras que, diferente das mulheres brancas, estão nos espaços públicos a trabalho desde o colonialismo. Verificamos como Tia Rosa se orgulha da casa organizada e “bonitinha”, como ela expressa, que constituiu no Rio antes de vir para Maceió, bem como lamenta as infelicidades que viveu morando de favor na casa da sogra. Portanto, a moradia é para mulheres negras, sobretudo, uma conquista, um lugar seguro, recheado de afetividades, feita para se aquilombar. Assim, ainda segundo hooks (2019) o trabalho doméstico de mulheres negras, ainda que sem romantizações, precisa ser valorizado e honrado, não por ser um papel

desempenhado “naturalmente” - o que não é, é preciso demarcar os agentes patriarcais aqui, mas por ter sido árduo e indispensável na construção de ambientes seguros e saudáveis no contexto da resistência do povo preto.

2.5 MACEIÓ E A EXPANSÃO

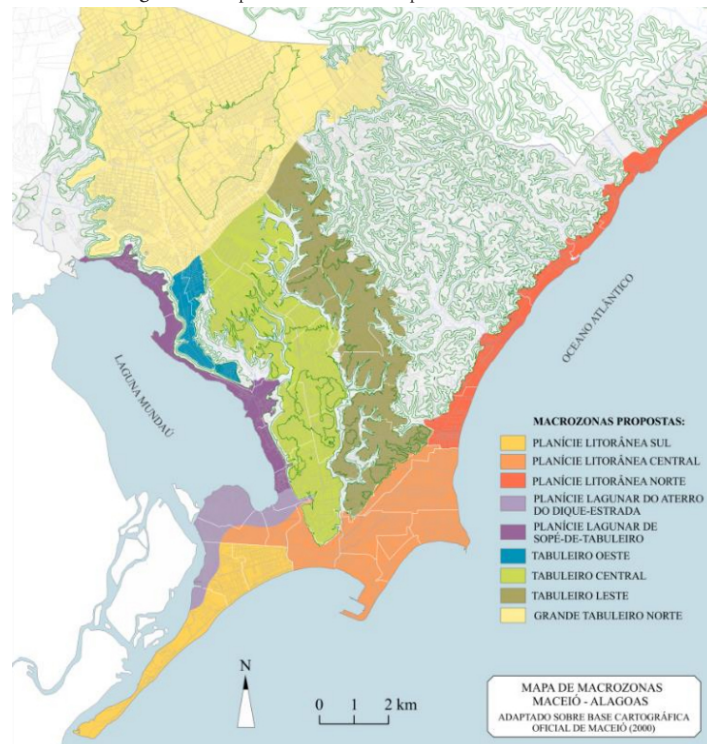
Para compreender a dinâmica urbana da cidade de Maceió é importante atentar-se para as duas configurações básicas de sua geomorfologia: as planícies e os tabuleiros. Ainda para fins metodológicos, este Trabalho se fundamenta na “Proposta de Macrozoneamento de Maceió” redigida pelo fundador do MEP, professor aposentado da FAU-UFAL, Geraldo Majela Faria (2016) e apresentada ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas na ocasião de revisão do Plano Diretor de 2005. Neste documento, o autor setoriza a cidade em 9 macrozonas (Fig. 5) que são organizadas a partir de “[...] determinantes históricas, funcionais, paisagísticas, geológicas e geográficas que definem a conformação e a estruturação da cidade” (FARIA, 2016). Chamadas de Cidade-Alta, Cidade-Baixa e Cidade-das-Grotas-e-Encostas, as áreas apresentadas são: a. Planície Litorânea Sul; b. Planície Litorânea Central; c. Planície Litorânea Norte; d. Planície Lagunar do aterro do Dique-Estrada; e. Planície Lagunar de Sopé-de-Tabuleiro; f. Tabuleiro Oeste; g. Tabuleiro Central; h. Tabuleiro Leste; i. Grande Tabuleiro Norte.

As planícies distinguem-se por suas localizações e tipos de solo em litorânea e lagunar. Nas transições entre estas e os tabuleiros ocorrem falésias com declives bastante acentuados, elementos naturais marcantes da paisagem e inadequadas à ocupação. Os tabuleiros elevam-se suavemente desde a altitude de 40 metros junto à costa (leste) até 120 metros ao norte do município. Seu interior é drenado por ravinas estreitas (grotas), confinadas por encostas íngremes com inclinações acima de 100% (CAVALCANTI et. al, 2015).

Farias (2016) caracteriza o Grande Tabuleiro Norte, Macrozona composta pelos bairros: Clima Bom, Santos Dumont, Cidade Universitária, parte norte do Tabuleiro do Martins e parte originária do Benedito Bentes, da seguinte maneira:

Estende-se ao norte conformando uma grande área urbanizável confinada a montante das nascentes dos riachos do Silva, Reginaldo, Jacarecica, Catolé e Aviação. Parte dele conforma uma grande bacia endorreica (aproximadamente 50 km²) sobre a qual vem ocorrendo a expansão periférica da cidade. Sua ocupação teve início com a implantação do aeroporto Zumbi dos Palmares, da Cidade Universitária (UFAL), do Complexo Prisional do estado, do Distrito Industrial e de inúmeros grandes e médios conjuntos habitacionais populares e parcelamentos (FARIAS, 2016, p. 6).

Figura 5 - Proposta de Macrozonas para a Cidade de Maceió



Fonte - FARIA; MOURA (2016).

Diante dessas informações de organização espacial da cidade para fins de ordenamento, falemos então do início da formação histórica de Maceió que se constitui a partir das Macrozonas de Planície, em virtude da potencialidade comercial de atividades como a portuária e das rotas de circulação da produção mercantil, onde se organizavam principalmente nos bairros do Centro e Jaraguá (AMARAL, Vanine, 2009, p.69). Com a decisão de tornar-se capital do estado, em 1839, em razão de sua localização e configuração geomorfológica estratégica para o acesso e o escoamento de mercadorias pelo porto, a urbanização de Maceió é guiada pelo pensamento higienista europeu, marcado pela ideia de “da água, dos ares e dos lugares”, baseado na “Teoria dos Miasmas”¹ cujo cerne é de que as enfermidades poderiam ser transmitidas pelos ares e pela água (LEÃO, 2010). Com isso, emerge a forte tendência de “tapar o alagadiço”² ao modificar o curso natural de diversos rios e afluentes como uma forma de simbolizar o progresso e os ideais de limpeza na cidade.

Podemos apontar, então, que historicamente a gestão da capital desrespeita os seus cursos d’água e suas potencialidades, gerando na posterioridade diversos problemas ambientais que acometem a cidade até hoje. A lógica da intervenção antrópica em áreas sensíveis, como rios, nascentes e afluentes, cunhada desde os anos iniciais da cidade, segue em uso até a contemporaneidade. Em outubro de 2019, em uma visita da disciplina Projeto de Urbanismo I, a turma de Arquitetura e Urbanismo FAU/UFAL 2016.1 - da qual faço parte, encontrou ocupações irregulares, bem como sistemas de esgoto de empreendimentos de médio a grande porte de habitação e comércio em áreas de nascente do Riacho do Reginaldo, no bairro Antares - situado no Tabuleiro Leste. Ao entrar em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, a resposta das autoridades foi de que as licenças ambientais provavelmente estariam regulares. Isto é, essa forma irregular que fere Planos Diretores e Di-

1 Thomas Sydenham e Giovanni Maria Lancisi.

2 O nome Alagoas tem origem indígena e significa “aquilo que tapa o alagadiço”.

reitos Ambientais, é uma realidade na cidade de Maceió e conta com aval técnico e político para existir, seja hoje ou nos séculos passados.

Mais adiante nos deparamos com um dos aspectos mais marcantes da visita e com questões que demonstraram ainda maior grau de complexidade do local. Ao acessar o quintal de um casal de idosos em uma área de grota, instituída como Área de Proteção ambiental Permanente (APP), os moradores nos mostraram o sistema de esgotamento sanitário proveniente dos edifícios MRV que findava em um “braço de nascente” do Riacho Reginaldo. Segundo eles, o horário de maior fluxo de dejetos era no final do dia, “horário em que as pessoas chegam nas suas casas” e que muitas vezes o cheiro era insuportável. Esse sistema antrópico de esgotamento levantou fortes suspeitas de irregularidade, bem como falta de ética e responsabilidade ambiental desses empreendimentos e das autoridades locais (MAGALHÃES, 2019, Trecho do relatório de visita, 25 de outubro de 2019).

Vale lembrar que na transição entre os séculos XIX e XX, a gestão de Maceió resgatou medidas e pensamentos higienistas, organizando o território de modo a distanciar do núcleo urbano aquelas edificações cujas funções “colocavam em risco” a saúde da população¹. Isto é, áreas que continham edifícios como hospitais, sanatórios, manicômios e cemitérios estariam fadadas à segregação urbana, tornando-se indesejáveis para moradia, de acordo com os ideais burgueses da época. Segundo Costa (1981, p.214) nesse período a cidade é caracterizada por “[...] dois bairros principais - o centro urbano, chamado geralmente Centro e Jaraguá - constituem o eixo do comércio; e os arrabaldes - Pajussara, Bebedouro, Trapiche da Barra, Levada, Farol - constituindo uma zona residencial desejável” (CARVALHO, 2007; AMARAL, 2009). Os ideais higienistas foram comuns a diversas ci-

dades brasileiras, que ficaram marcadas pelo abandono dos centros históricos por parte da população de maior poder aquisitivo e, em consequência disso, também pelo poder público. É evidente, então, que o que a elite aponta como tendência rege o planejamento urbano, ou a falta dele, assim como quando essa mesma elite valoriza uma porção da cidade, ela desvaloriza outra - em termos de status e especialmente de investimentos públicos.

A Planície Litorânea Central foi um importante vetor de expansão na década de 1960 - com a implantação de conjuntos habitacionais populares (Colagem 2). No entanto, bairros que hoje possuem IDH² alto ou muito alto, como o bairro de Ponta Verde ou Jatiúca, no período de expansão urbana entre 1960 a meados de 1980, ainda apresentavam características típicas de regiões acometidas por novos empreendimentos, em que as moradias chegam antes da infraestrutura básica. No caso da cidade de Maceió, o fenômeno da cultura da praia, que contraria os ideais higienistas e coloca na contemporaneidade o “morar na praia” como objeto de desejo e status da sociedade burguesa, é fortalecido com o surgimento de novos empreendimentos na área de tabuleiro da cidade. Surge uma “nova periferia”.

1

Segundo o Higienismo e de acordo com a Teoria dos Miasmas.

2

Índice de Desenvolvimento Humano

Era uma verdadeira viagem ir à praia de Jatiúca, com os primos, qdo a gente era menino. A praia ainda era selvagem. Vastos coqueirais a perder de vista! Incrível.



Curtir Responder 40 sem

Muito interessante cada relato dos colegas!!!
Eu lembro ainda muito pequeno, meu pai tinha um jeep, não lembro o ano, mas para chegar até a praia de Jatiuca, lembro de muita areia que até o carro derrapava, difícil chegar até lá.
Eu morava no Tabuleiro do Martins.

Curtir Responder 39 sem

Era muita areia mesmo, me lembro. Na rua que eu morava era tudo areia.

Curtir Responder 39 sem

Era mesmo, hoje em dia uns dos metros quadrados mais caros da capital !!!

Curtir Responder 39 sem



Hoje é um dos metros quadrados mais caros de Maceió 🙄🙄🙄

Curtir Responder 40 sem



Colagem 2 - Imagem aérea dos Conjuntos Habitacionais Populares do Bairro Jatiúca na década de 1980 e frases retiradas dos comentários da página Maceió Antigo do Facebook.

Fonte - GAMA, F. (2021). Diagramação autoral.

Meu pais foram morar no Conj: Pratagy em outubro de 1972. A Av: Amélia Rosa era um areião só.

Curtir Responder 39 sem

7 de setembro de 2021 · 🌐

Morar em Jatiúca era morar distante, algumas pessoas recusavam este bairro.

621

87 comentários

Mas o bairro cresceu bem mais distante da orla. Com a construção dos conjuntos Castelo Branco, Pratygy e Santa Cecília. Naquela época, seus moradores achavam tudo muito distante, já que o ponto de referência da cidade era mesmo o Centro. Foi crescendo com a abertura de novas ruas, até o início do Loteamento Stella Maris, hoje uma das áreas mais valorizadas para construção de mansões e edifícios de apartamentos. Ao final da década de 80, a Jatiúca já era um bairro nobre. Construiu-se o Shopping Center Iguatemi na divisa com Mangabeiras. Daí em diante, o caminho foi um só: para frente. Novas ruas foram abertas, surgindo ainda vários estabelecimentos comerciais. (PIMENTEL, 2021).

Com o movimento de expansão, vias hoje estruturantes na cidade foram criadas. No que se refere à expansão do Tabuleiro Central, um dos grandes marcos foi a construção da Avenida Fernandes Lima em 1917 (Colagem 3), com o objetivo de interligar os centros produtores da região, como Fernão Velho, Bebedouro e Cachoeira. A Avenida foi construída onde anteriormente existia um caminho de transporte de mercadorias para o interior e com sua implantação muitos loteamentos foram surgindo ao longo da via, expandindo para porções da cidade ainda inexploradas (CARVALHO, 2007). Mas é somente na década de 1980 que uma outra avenida estruturante da mobilidade urbana da cidade de Maceió começa a ser implantada. A Avenida Menino Marcelo, inicialmente denominada como Via Expressa, é inserida na área do Tabuleiro Leste da cidade, para ser a principal via de acesso ao porto, mas não foi totalmente construída (CAVALCANTI et. al, 2015). Sua implantação contemporânea ao surgimento do novo Conjunto Habitacional Benedito Bentes 1, marca a década de 1980 e a consolidação do que vem a ser denominado como Grande Tabuleiro Norte.

Apesar do suposto progresso que Maceió estava acometida, em virtude de novos empreendimentos e vias, é interessante olhar para alguns aspectos das narrativas, que contém o marco temporal de 1983

com as perspectivas de duas mulheres que migraram de Nova Iguaçu, uma cidade de pouco mais de 1 milhão de habitantes para Maceió, com 399 mil habitantes, de acordo com o Censo de 1980. Nos trechos seguintes, as interlocutoras esboçam suas impressões:

Não era um breu, tinha as coisas, mas não era que nem lá. O negócio é que era todo mundo acostumado a viver solto, carnaval, vivendo tudo o que tinha lá, aquelas brincadeiras todas e aqui não tinha nada, era tudo... Não tinha loja, aquelas lojas grandes, procure saber como era o comércio aqui em Maceió há trinta e tantos anos atrás... era como se fosse um interiorzinho, tinha a praia né, aquela praia bonita, os prédios, mas não era um centro, lá a gente morava no centro da cidade. Mas aí vieram e os que não se acostumavam iam voltando, mas meu pai lá se entregou mesmo à cachaça porque ele gostava de mamãe né aí se acabou mais ainda depois que separou, não trabalhava. Lá eles passaram perrenque mesmo, mamãe foi trabalhando aqui e juntando dinheiro pra comprar passagem pra ir trazendo eles de novo. Voltou só Reinaldo e Ná, Lobe e Zane ficaram por lá, lá eles eram soltos né, aqui sempre teve lei. Lá era aquela coisa de terra sem lei [...] dos que ficaram ninguém se arrependeu né. Eu graças a deus tenho a minha casa, todo mundo hoje tem a sua casa. A tia [Lenira] arrumou emprego pra mim, pro Mi, pro Van, pra Dê [primos] pra sua avó... Quem vai se arrepender? Seu tio Ná hoje em dia é concursado, tem a vida dele, quer dizer... Rose estudou, se formou Eu fiz até o segundo grau, ensino médio né, mas por que? Porque casei logo, novinha, dezoito, dezenove anos. Eu me formei lá, ainda tava grávida do Leandro. Eu fazia um técnico de análises clínicas, estava estagiando no posto [de saúde], mas aí engravidei logo... Porque assim, mamãe não tinha orientação pra dar pra gente, eu comecei a tomar remédio porque o povo mandava. Era aquela coisa... Mamãe também querendo ou não veio de interior né, não tinha informação, ia fazer o quê? Eu sei que engravidei logo, de repente se não tivesse casado eu teria

estudado, me formado porque eu tinha vontade, mas não sei, não sei [...] O que eu sei é que se a gente tivesse ficado lá [no Rio] talvez estivesse até hoje naquela situação, talvez todo mundo naquele terreno que era de papai, um fazia um pingadinho aqui, outro puxava pra cima, sua mãe lá não teria estudado, meus meninos talvez estivessem todos na malandragem que tem lá... Graças a deus os meus [filhos] todos se profissionalizaram, Leandro nunca fica parado, Leonardo tem a profissão dele, Júnior com as coisas dele de empreender, graças a deus tá dando certo. Leandro talvez lá estaria com um monte de filho... Olha, sei não viu...

(Rosa, Benedito Bentes, setembro de 2021).

[...] Graças a Deus que eu não voltei. Senão acho que hoje eu estaria lá sem instrução, cheia de filho...Porque qual dos meus irmãos que ficaram lá procuraram estudar? Todos que vieram e ficaram pelo menos concluíram os estudos. Sua Tia Zane tem a letra linda, mas nunca quis nada... Eu que comecei certinho e fui pra faculdade, minha mãe nunca brigou, nunca quis saber se faltou, se não faltou, era por mim mesmo, eu que sabia que as coisas só iam melhorar se eu estudasse.

(Rose, Benedito Bentes, julho de 2021).

Ainda que a ideia de progresso e expansão fosse latente para a população local e é o que encontramos na bibliografia formal sobre a cidade de Maceió, a fala de Tia Rosa em que discorre que “parecia um interiorzinho” - nitidamente narrando a partir das suas perspectivas anteriores, complementam as de minha mãe, Rose, quando sugere que se continuasse no estado do Rio de Janeiro, possivelmente não teria instrução. É interessante, portanto, observar como o ideal de cidade pequena e pacata, trouxe segurança na decisão de permane-

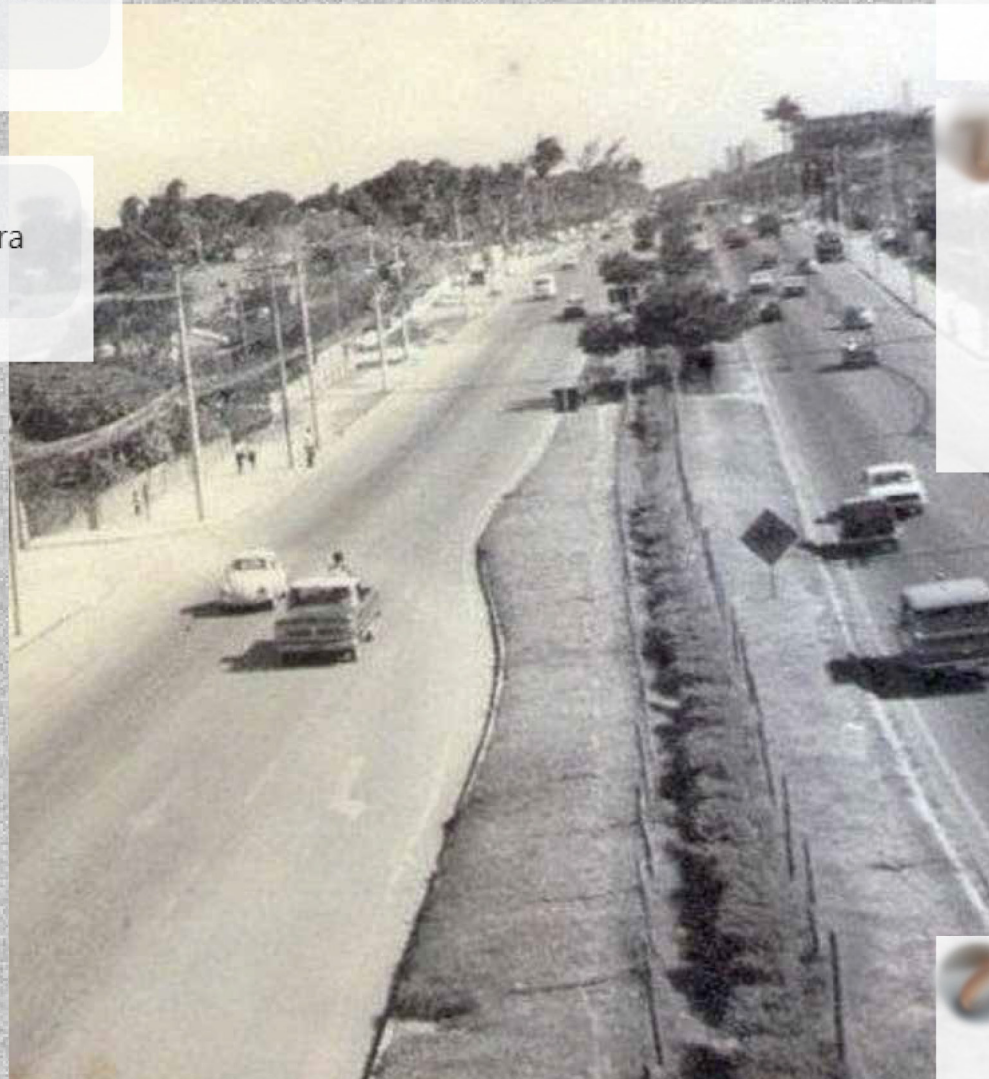
cer em Maceió para essas duas e para os outros irmãos que também permaneceram. Em especial na fala de Tia Rosa, vale pontuar como o gênero e a maternidade atravessam as suas decisões, desde ansiar por um lugar mais tranquilo para criar os filhos, até em não poder cursar um nível superior em virtude de um casamento tradicional. Por outro lado, a Avenida Gustavo Paiva com o marco da instalação do antigo Shopping Iguatemi, hoje Maceió Shopping, é uma via crucial para a comunicação entre a Planície Litorânea Central e a Planície Litorânea Norte - iniciada pelo bairro Cruz das Almas, considerado em seu surgimento quase como uma zona interiorana com o primeiro empreendimento de Conjunto Habitacional realizado em Maceió pela COHAB nos anos de 1960. Em 1980 o empreendimento habitacional INOCOOP é instaurado no bairro Jacarecica, mas é apenas nos anos 2000 que, assim como o Benedito Bentes, torna-se bairro, ao segmentar o bairro Tabuleiro dos Martins (CORREIA, Dandara 2021). Os bairros remanescentes da Planície Litorânea Norte (Guaxuma, Garça Torta, Riacho Doce, Pescaria e Ipioca) também são incorporados à cidade de Maceió, a partir da Lei municipal 4953 em 06 de janeiro de 2000 que altera a lei No 4.687/98, acerca do perímetro urbano de Maceió e seu abairramento da zona urbana (Diário Oficial do Município apud BAIROS DE MACEIÓ, 2020). Nesse ponto, é importante destacar que o bairro Benedito Bentes - que faz fronteira com Jacarecica, Guaxuma, Garça Torta e Riacho Doce, já é um dos mais populosos da cidade e está consolidado, originando novos conjuntos habitacionais nas áreas mais próximas do limite do bairro com a Planície Litorânea Norte. A influência do Benedito Bentes para a incorporação desses bairros à malha urbana de Maceió é inegável e se consolida na recente construção da Ecovianorte, renomeada em 2022 como Rota do Mar (Colagem 4), via que conecta o Grande Tabuleiro Norte com a Planície Litorânea Norte e que teve suas obras concluídas em 2022. A seguir, podemos observar mapa esquemático de expansão urbana da cidade (Fig. 6).

Essa foto se brincar foi tirada ao meio dia(baseado na projeção da sombras. Hoje 7 da manhã já tem engarrafamento.

Curtir Responder 7 a

Ah se fosse assim, a segunda-feira não começaria com stress

Curtir Responder 7 a



Nem parece que é a Fernandes Lima, hoje á mais movimentada avenida daqui de Maceió.

Curtir Responder 7 a

Hoje a Fernandes Lima tá mais bonita. Com algumas plantas com flores... A entrada de Maceió tá outra coisa. Os turistas q chegam têm uma boa impressão com a entrada da cidade.

Curtir 9 a

Com certeza foi tirada numa hora de pouco movimento pois nos anos oitenta os engarrafamentos já estavam dando as cara por aqui .Principalmente nos horários das 17 as 19 horas .

Curtir Responder 7 a



Colagem 3 - Avenida Fernandes Lima na década de 1970 e frases retiradas dos comentários de página do Instagram.

Fonte - GAMA, F. (2021). Diagramação autoral.

Colagem 4 - Avenida Rota do Mar em 2022.

Fonte - Prefeitura de Maceió (2022). Diagramação autoral.

Tá linda mesmo, nossa rota do mar. Agora o biu tem praia 😄😄😄👍👍👍

9 sem 1 gosto Responder

Melhor coisa que já fizeram, Fernandes Lima nunca mais 😄😄😄😄

9 sem 1 gosto Responder

Jhc que Deus continue te abençoando Maceió só tem a ganhar 🙏👍 maior e melhor prefeito que já vi em Maceió Deus honra 🙏🙏

9 sem Responder



Se eu postar fofo da minha rua, há 10 anos atrás e agora.... acho q aumentou uns 500 buracos! #parte alta também faz parte da cidade de Maceio senhor prefeito @jhc4040

9 sem 3 gostos Responder

Ecovia norte ou rota do mar?

Curtir · Reagir · Responder · Mais · 16 de nov de 2021

E o binário em Cruz das Almas? Eu acho q a prefeitura não avaliou bem o impacto nessa avenida da confluência de 3 lugares: quem já usava a Brigadeiro, quem desce a Josefa e quem desce pelo ladeirao do óleo.. juntou tudo numa única pista, a Gustavo Paiva.

Curtir · Reagir · Responder · Mais · 16 de nov de 2021



Figura 6 - Mapa esquemático em manchas da expansão da malha urbana de Maceió.

Fonte - Google Earth (2022); ALENCAR (2007). Adaptado pela autora.

MAPA ESQUEMÁTICO EM MANCHAS DA EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE MACEIÓ

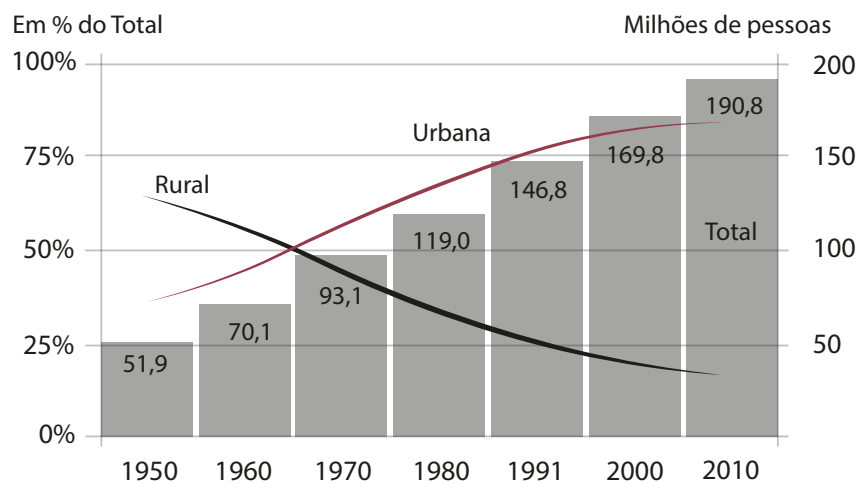


3. CONJUNTO HABITACIONAL E BAIRRO BENEDITO BENTES: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À ESCALA LOCAL

3.1 POLÍTICAS HABITACIONAIS

A questão habitacional brasileira é marcada pela transição de um país agrário - do século XIX ao início de XX, que tem a exportação agrícola como a maior fonte de riqueza - para um país de moldes industriais. Tal processo de industrialização culmina na migração do campo para a cidade, resultando no processo de urbanização acelerado e marcado pela periferização a partir dos centros urbanos. Em 2010 mais de 83% da população do país concentrava-se em regiões urbanas, segundo o IBGE (2010) (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Evolução da população brasileira total (urbana e rural).



Fonte - IBGE (2010) adaptado pela autora.

Com isso, a segregação socioespacial é gerada pelo fenômeno da periferização e esse impacto no território desenha várias cidades dentro de uma só: de um lado a cidade formal, que dispõe de infraestrutura como rede de esgoto, serviço de água potável, coleta de lixo, sistema de transporte, diversidade de usos, acesso à equipamentos de lazer, saúde e educação e etc; e do outro a cidade informal, geralmente nas periferias, que carece da maioria desses serviços. Quando fazemos uso de marcadores sociais, como raça, gênero e classe, podemos identificar quais corpos estão pertencentes a cada um desses espaços. O pensamento crítico, antirracista, classista e feminista aqui é importante para ajudar a não normalizar esse modelo falido de cidade em que não por acaso bairros mais abastados são essencialmente brancos, enquanto as periferias são compostas por corpos pretos, por exemplo. Pereira (2019) aponta que:

A naturalização do lugar branco nos estudos urbanos tem gerado enormes prejuízos para a compreensão do espaço urbano brasileiro como: a construção da divisão entre centro e periferias racializadas; as fronteiras invisíveis que definem a experiência dos sujeitos na cidade; a invisibilização dos quilombos e terreiros de religiões afro-brasileiras; e o próprio reconhecimento de formas decoloniais, contra-coloniais e coletivas de produção dos territórios, que não cabem em categorias centradas na experiência da Europa (PEREIRA, Gabriela 2019).

Portanto, ao retomar as narrativas, as interlocutoras pontuam sobre suas primeiras moradas na cidade de Maceió, em um desses novos empreendimentos habitacionais da Jatiúca, o Conjunto Castelo Branco, no qual viveram “de favor” com a tia - branca. Assim, quando tal área começa a ser valorizada, Tia Rosa e minha mãe Rose conseguem ter acesso à casa própria na periferia da cidade e elas narram isso. Vale a reflexão de que o bairro Jatiúca apenas lhes couberam no cenário em que morar nele não era objeto de desejo e, ainda assim, sem uma

moradia própria. Assim que é conferido a esse bairro um valor de status social, para elas coube serem direcionadas a uma nova periferia. Fica evidente, portanto, que à minha tia, à minha mãe e à tantas outras mulheres negras apenas esse acesso à habitação precarizado foi permitido, estando elas sempre na posição de subalternidade, tendo que lutar por direitos básicos não só como o da habitação, mas como o da qualidade do contexto urbano dessas.

Quando alguém deu fé, falaram do Conjunto novo que ia ser inaugurado. As inscrições já tinham sido feitas. Era assim e acho que até hoje ainda é, com muita antecedência é que se faz o cadastro dessas coisas e a gente ficou sabendo em cima da hora, já tinha esgotado tudo. Nas vésperas da inauguração que ficamos sabendo do Conjunto. A tia [Lenira] disse que se a gente tivesse chegado um pouquinho antes, quem sabe não conseguia né... Mas aí mamãe disse que tinha um jeito. Foi falar com o Seu Divaldo, que na mesma hora fez uma carta de próprio punho. Mamãe só fez ir lá na Secretaria, Cohab, sei lá, com aquele papel assinado por ele e só fizeram encaminhar e conseguimos três casas, uma minha, uma da vó e uma do Van, primo da gente. Na semana seguinte já aconteceu o sorteio da casa

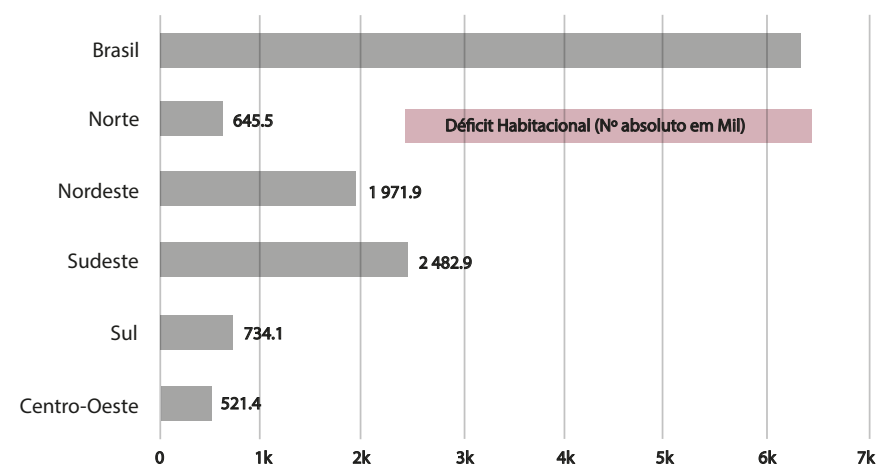
(Rosa, Benedito Bentes, setembro de 2021).

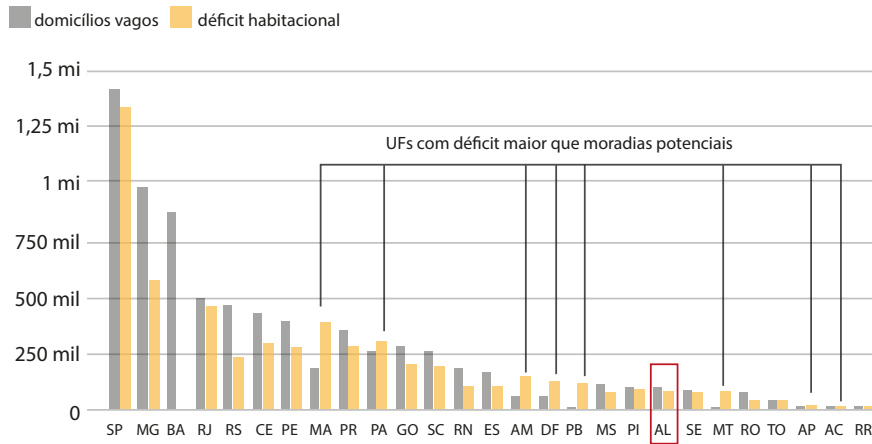
Aí nisso, a Roseane ganhou uma casa aqui, aí a mãe da Lu [esposa do meu Tio Ná] falou: “Estela, por que você não pede uma casa?” Aí mamãe pediu ao Suruagy na época e saiu na mesma semana, mas eu não vim morar aqui porque eu estudava no Rosalvo Lobo e era muito longe...

(Rose, Benedito Bentes, julho de 2021).

Com a expansão das cidades, a gentrificação é outro fenômeno que corrobora para o aumento do valor dos imóveis nas áreas mais valorizadas e ratifica o déficit habitacional. Segundo dados da Fundação João Pinheiro, CEDEPLAR, IBGE e PNAD (2015) o déficit habitacional brasileiro é de 6,35 milhões de domicílios, sendo 88% em área urbana e 82% de famílias com renda de até 3 salários mínimos. Por outro lado, segundo a mesma fonte, o Brasil possui 7,906 milhões de imóveis vagos (2015), sendo 80,3% em áreas urbanas e 19,7% em áreas rurais. Desse total, 6,893 milhões estão em condições de serem ocupados, 1,012 milhão estão em construção ou reforma. No caso do estado de Alagoas, em particular, o número de domicílios vagos é superior ao de déficit habitacional. Nesse contexto, os marcadores sociais são mais uma vez fundamentais para compreender as motivações da não ocupação dessas moradias em potencial por parte da população não abastada, que não tem acesso formal à moradia. O Brasil, país das hierarquias sociais, vem baseando as suas políticas de habitação na manutenção desse sistema segregatório.

Gráfico 21-22 - Déficit habitacional em número absoluto; Domicílios vagos x Déficit habitacional.





Fonte - Fundação João Pinheiro, CEDEPLAR / IBGE - PNAD, 2015. Adaptado pela autora.

Lélia Gonzalez (2021, p. 233) fala da ideia do “cada coisa em seu lugar” ao referir-se às políticas hierárquicas no Brasil e menciona o que chama de “sábria tirada de Millôr Fernandes” a irônica frase do cartunista: “No Brasil não existe racismo porque o negro conhece o seu lugar”. E esse lugar imposto às pessoas pretas é, desde sempre, base para as políticas de habitação no Brasil. Está desde a entrada de serviço ao quarto de empregada, desde as favelas até os loteamentos afastados dos centros e desenhados sem infraestrutura urbana. O Estado promove a construção de loteamentos e conjuntos habitacionais ao longo da história com diversos programas que até hoje não conseguiram sanar efetivamente o problema.

O modelo de financiamento do BNH se dá tanto a partir dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) quanto pelas cadernetas de poupança privadas. Isto é, esse modelo se mostra excludente uma vez que, teoricamente, só conseguiria financiar uma unidade habitacional o(a) trabalhador(a) formal. Ao retomar o relato de Tia Rosa, vale destacar que ela atrela a conquista da sua casa própria ao emprego formal do marido, e a casa própria da mãe ao trabalho formal dela - da mãe.

O pagamento era uma taxa bem baixa que se pagava todo mês, mas aí o estado estava com salário atrasado, então fizeram um acordo para a quitação da dívida. Foi uma anistia. A casa no nome da sua avó foi quitada com essa dívida do Estado. O Mi pagava, depois parava de pagar... Quando nos separamos, a casa estava no nome dele. Assinamos o divórcio e eu fiquei com a casa e com a dívida: 60 parcelas de 286,00 reais, com juros e correções. Agora tá faltando por volta de 20 prestações. Mas graças a deus falta pouco... Apesar que como é usucapião dizem que ninguém toma mais né, mas eu vou confiar? Eu tô pagando né, não tem que pagar? Mas agora quando eu for embora quem quiser que venda isso aqui... Cada um tem seu canto mesmo [...] O Jorge [nome fictício] na época trocou a casa dele de Bebedouro por essa aqui do Biu, era de uma amante dele. Até hoje tá no nome dela. Hoje mora ele e a esposa [traída] Piada né?

(Rosa, Benedito Bentes, setembro de 2021).

Nesse sentido, a conquista dessa casa está em sua fala sempre relacionada a uma dependência hierárquica e patriarcal da figura do homem, seja ela no papel de uma influência política - quando conta sobre a função decisiva do patrão da mãe na aquisição do imóvel, até o poder de ter a casa no próprio nome e gerenciar pagamentos e não pagamentos - quando conta sobre a função do marido nesse âmbito e dos importunos que vieram com o divórcio.

É apenas com a Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009 que é determinado que contratos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida deveriam ser firmados preferencialmente no nome da mulher. Em 2012, no dia 8 de março, a Presidenta Dilma Rouseff editou a Medida Provisória 561 para modificar a referida lei e assegurar que em caso de divórcio ou dissolução de união estável, independentemente do regime de comunhão de bens, a mulher deveria ter a posse do imóvel no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), assim como

se definiu que mulheres chefes de família poderiam firmar contratos sem a autorização de seu cônjuge (SILVA, 2021). Por outro lado, estudiosos de alguns âmbitos, como o do Direito, criticam a Medida alegando que privilegia a mulher em detrimento do homem, além de não assegurar direitos iguais, conforme previsto na Constituição, que a dissolução do casamento pode se dar por culpa da mulher, bem como outras nuances. No entanto, é importante pontuar que políticas públicas e urbanas devem ser formuladas de acordo com dados científicos, tendências e com uma leitura geral do panorama político e social do meio em que estamos inseridas(os) e contar com a perspectiva interseccional é um grande trunfo para assegurar justiça social.

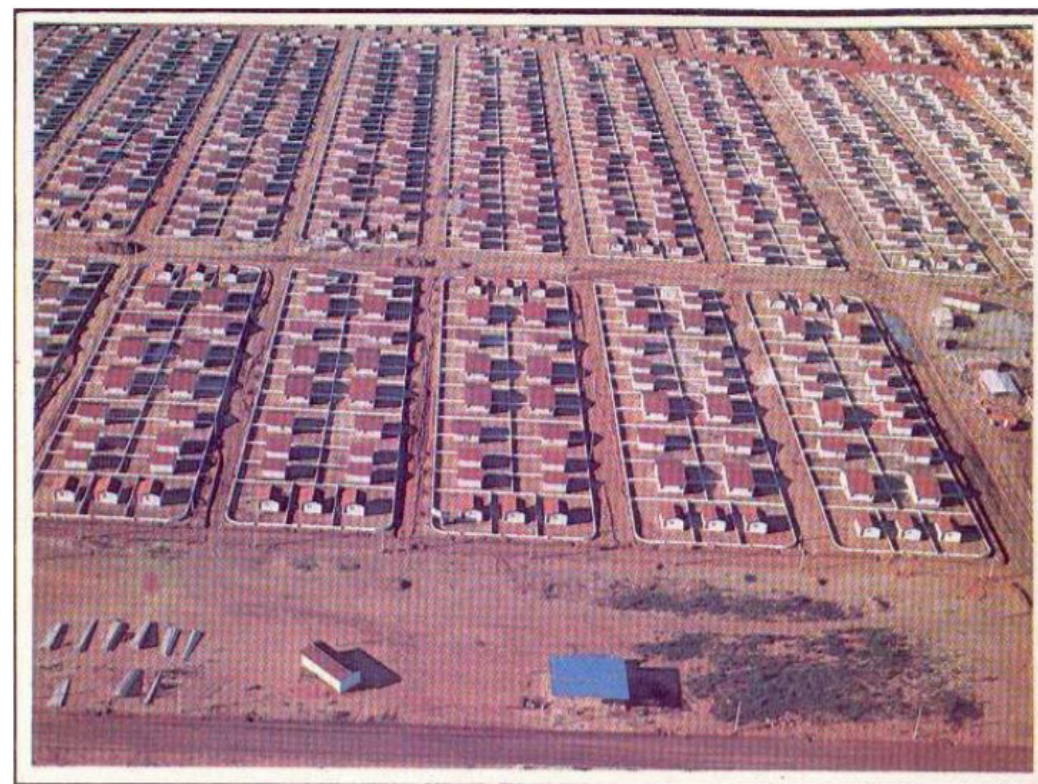
Assim, inferir que a Medida Provisória 561 fere a Constituição ao não admitir que todos têm direitos iguais, é negar uma análise interseccional, cujos dados e levantamentos já provaram que estruturas patriarcais e racistas fundamentam desigualdades que incidem sobre as mulheres - especialmente as não brancas. Então, utilizar-se do argumento que “pode ter sido culpa da mulher” é, além de patriarcal, fundado em uma especificidade e em uma suposição que nenhuma lei conseguiria abarcar. Isto é, a MP 561 é assertiva ao beneficiar mulheres chefes de família, uma vez que esse é o perfil majoritário das periferias brasileiras. Portanto, a história de Tia Rosa quanto ao decorrer de questões da posse do imóvel vale ser retomada para saudar a ideia da intelectual negra bell hooks (2021) de que “o pessoal é político”, e é a partir dessa perspectiva que “[...] o pessoal sobrevive por meio da ligação com o coletivo: é o poder de se autoagenciar (self-agency) em meio ao caos e determinar o autoagenciamento coletivo”.

3.2 PLANEJAMENTO E O CONJUNTO BENEDITO BENTES

O Conjunto Habitacional Benedito Bentes 1 (Fig. 7-8) foi projetado e executado por equipe competente no ano de 1986, promovido pela

Companhia de Habitação Popular (COHAB) e financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) com o objetivo de reduzir o déficit habitacional de famílias de baixa renda, atendendo à necessidade de 27.640 habitantes em 5.528 unidades em habitacionais (GOMES, 2018, p. 120). Nesse sentido, o Conjunto a posteriori dá início ao que vai se tornar o Bairro Benedito Bentes, inserido em um contexto de expansão urbana latente na cidade de Maceió - conforme explanado anteriormente.

Figuras 7- 8 - Vista aérea do Conjunto Benedito Bentes em seus anos iniciais





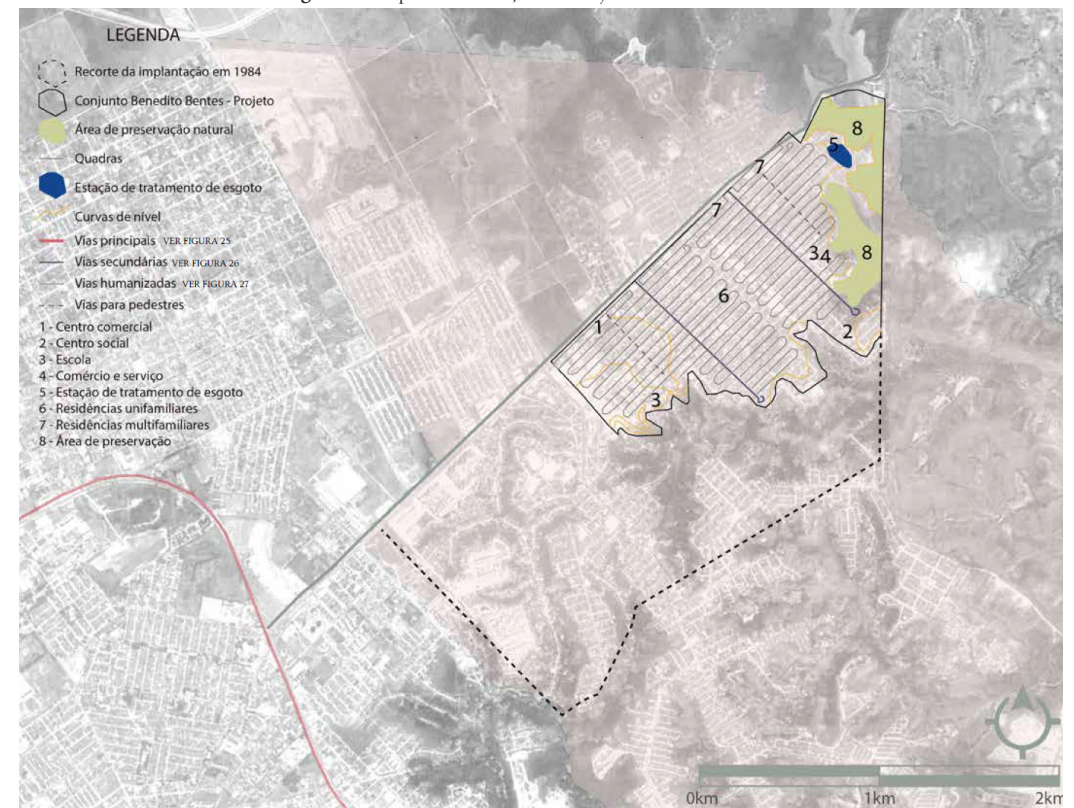
Fonte - Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (s.d) apud GOMES, J. (2018).

Do ponto de vista projetual, a sua implantação se deu em três etapas¹: “[...] A primeira etapa do conjunto foi concluída em 1986, nomeado de Benedito Bentes I, a segunda etapa no ano de 1988, nomeado Benedito Bentes II, e a terceira etapa idealizada no projeto inicial não chegou a ser implantada” (CORREIA, 2021). Em acervo digital da Universidade Federal de Pernambuco, podemos encontrar croquis e explicações das decisões projetuais de Acácio Gil Borsoi², arquiteto

1 Neste trabalho trataremos especialmente da primeira etapa: o Conjunto Benedito Bentes I.
2 Arquiteto, homem, branco, de classe social abastada e brasileiro, responsável pelo projeto do Conjunto Habitacional Benedito Bentes.

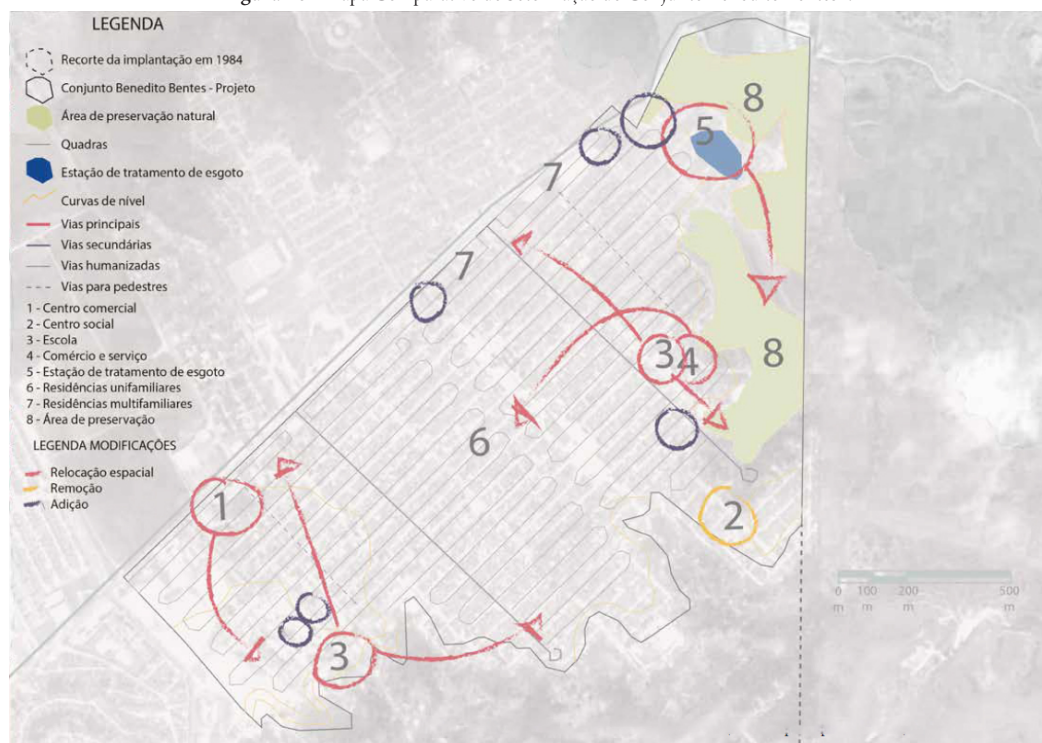
responsável pelo projeto. Correia (2021) espacializa em mapas a setorização idealizada para o projeto (Fig. 9) que deveria contar com: centro comercial, centro social, escola, comércio e serviço, estação de tratamento de esgoto, residências unifamiliares, residências multifamiliares e área de preservação. Ao avaliar o perfil topográfico, podemos inferir que estrategicamente apenas a porção de tabuleiro geográfico deveria ser ocupada, respeitando regiões de grotas, encostas e áreas verdes. No entanto, mais adiante veremos que ocupações irregulares viriam a existir.

Figura 9 - Mapa de Setorização do Conjunto Benedito Bentes I.



Fonte - CORREIA (2021).

Figura 10 - Mapa Comparativo de Setorização do Conjunto Benedito Bentes I.



Fonte - CORREIA (2021).

Correia (2021) faz o contraponto com como de fato se deu a implantação do Conjunto (Fig. 10), alertando que não se pode ter a certeza quem de fato foi o agente responsável pelas mudanças, mas é importante notar que no acervo oficial do arquiteto consta apenas o projeto original, sem as ditas adaptações, nos levando a especular que tais alterações projetuais foram impostas pelos órgãos públicos locais. Nesse sentido, a fig. 10 nos mostra que algumas áreas foram relocadas e outras removidas ou adicionadas. Essas estão enumeradas a seguir:

1. O Centro comercial que inicialmente fora proposto nas adjacências de uma via principal foi relocado para o interior de quadra. Na práti-

ca, isso resultou em um mercado local e em uma feira, ao ar livre, com problemas de infraestrutura, limpeza urbana precária e congestionamento de vias locais (Colagem 5).

2. O Centro social, que deveria prover cultura e lazer nunca existiu. Por outro lado, segundo Correia (2021) centros ecumênicos foram adicionados.

3. A Escola, inicialmente proposta no centro de uma via arterial, foi duplicada e relocada para as duas extremidades da mesma via. Considero essa decisão assertiva, uma vez que a população local ganha, então, dois centros educacionais, ao invés de um.

4. Há uma intenção de relocar uma área de Comércio e Serviço para uma área livre pública, praticamente equidistante dos dois extremos do Conjunto. Na prática, essa área hoje é composta por campos de futebol, sem infraestrutura, sem pavimentação, tampouco arborização expressiva. Aqui, tornou-se uma espécie de complexo esportivo improvisado, em que geralmente homens e meninos praticam atividades físicas (Colagem 6).

5. A Estação de Tratamento de Esgoto foi relocada para uma área verde e de encosta. Ficou popularmente conhecida como Bostão (Colagem 7). Hoje, o Bostão está desativado. No entanto, mesmo nos anos de funcionamento, a área cercada por vegetação foi um lugar típico em que as crianças do bairro - especialmente os meninos, costumavam se aventurar nas brincadeiras. Uma espécie de parque. Hoje, anos depois da desativação, a área é cercada por muros de alvenaria e uma nova Estação de Tratamento da Sanama foi implementada nas proximidades. No entanto, não na área original onde um dia se teve a intenção de locar tal equipamento. Este espaço hoje já está ocupado por moradias.

Todo mundo conhecia Leandro e Leonardo [...] porque eles eram o terror! Leonardo era o pior! todo mundo conhecia eles... Cada grito que sua tia dava, que eles vinham correndo... Esse Bostão aqui era pequeno pra eles. Thiago também, e era perigoso viu, desciam que a gente nem via... Pergunta ao seu irmão que ele conta as presepadas. Tinha o Herbert, mas Herbert não andava tanto na rua não, Inês não deixava tanto, Thiago ia mais pra lá.

(Rose, Benedito Bentes, julho de 2021).

6. e 7. As residências unifamiliares e multifamiliares mantiveram-se nos locais onde haviam sido propostas.

8. A área de preservação hoje, em sua maioria foi tomada por ocupações irregulares. As chamadas “grotas” tiveram papel fundamental para o Conjunto tornar-se bairro. Essas corroboraram para o crescimento populacional latente da região, bem como os próximos conjuntos que viriam a ser construídos. E a cada conjunto novo, novas ocupações irregulares em bordas de encosta.

As colagens seguintes representam alguns locais mencionados acima. As imagens originais são intencionalmente retiradas do Google Earth (2022) e as silhuetas sobrepostas corroboram para ilustrar as diferentes formas de usos que a população local destinou a cada um desses espaços precarizados, na tentativa de contrapor a linguagem formal da representação desses espaços.

Colagem 5 - Feira e comércio.
Fonte - Google Earth (2022). Dia-
gramação autoral.



Colagem 6 - Área livre. Campos de futebol improvisado.
Fonte - Google Earth (2022). Diagramação autoral.



Colagem 7 - Estação de Tratamento de Esgoto ou Bos-
tão nos anos de 2010.

Fonte - Google Earth (2022). Diagramação autoral.



3.3 O BAIRRO BENEDITO BENTES

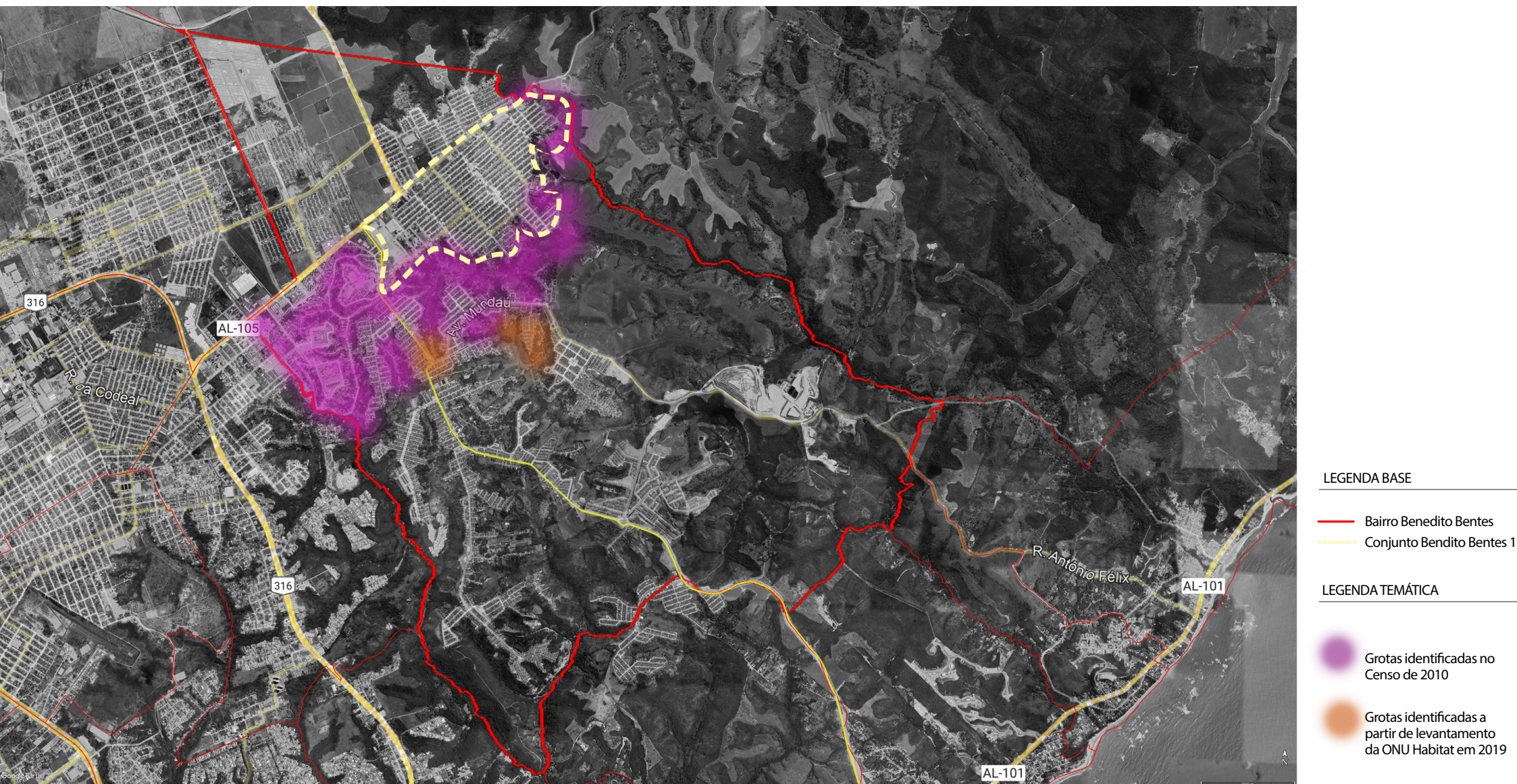
Naquela época muita gente invadia terreno. O pessoal invadiu tudo por aqui, aqui em frente, nessa parte ali atrás. Aquelas casas todas indo pra casa da sua tia é invasão... Só é da Cohab do nosso lado pra cá. Seu pai ia invadir, eu que não deixei, fiquei com medo de sei lá... invadir terreno assim, vai que dava alguma coisa, mas nunca deu em nada. Essa grota aí foi feita, logo no começo já tinha um pessoal morando nas grotas

(Rose, Benedito Bentes, julho de 2021).

Para falar do Bairro Benedito Bentes é importante compreender que sua formação se deu a partir do parcelamento do solo resultante da implantação de vários Conjuntos de diferentes programas habitacionais ao longo dos últimos 36 anos. O processo vertiginoso de ocupação do bairro que - hoje, segundo o censo 2010 do IBGE, apresenta população de 88.084 é marcado também por ocupações irregulares em bordas de encosta, como possibilita sua conformação geográfica. Essa é uma forte resposta ao processo excludente de meios de aquisição de moradia. Forma-se aqui um recorte de classe dentro de um recorte já pré determinado. As discrepâncias do ponto de vista socioeconômico podem ser inferidas a partir do próprio parcelamento do solo, sendo atribuídos os terrenos em bordas de encostas e demais situações adversas aos menos favorecidos econômica e socialmente, em habitações irregulares. Nesse sentido, em 2019 a ONU Habitat junto ao Governo do Estado de Alagoas, realizou para o Programa Vida Nova nas Grotas, um levantamento quantitativo e qualitativo - sob ponto de vista urbanístico e social, das chamadas “ocupações subnormais” nas áreas de grotas em toda cidade de Maceió. Nesse documento constatou-se 26 novas ocupações que não constavam para

as fontes oficiais e foram integradas aos dados do IBGE, totalizando 100 grotas em toda cidade de Maceió. Dessas, 10 estão localizadas no Bairro Benedito Bentes (Fig. 11). A desigualdade na desigualdade é uma característica latente do Bairro Benedito Bentes, como pode ser observado nos dados apresentados mais adiante.

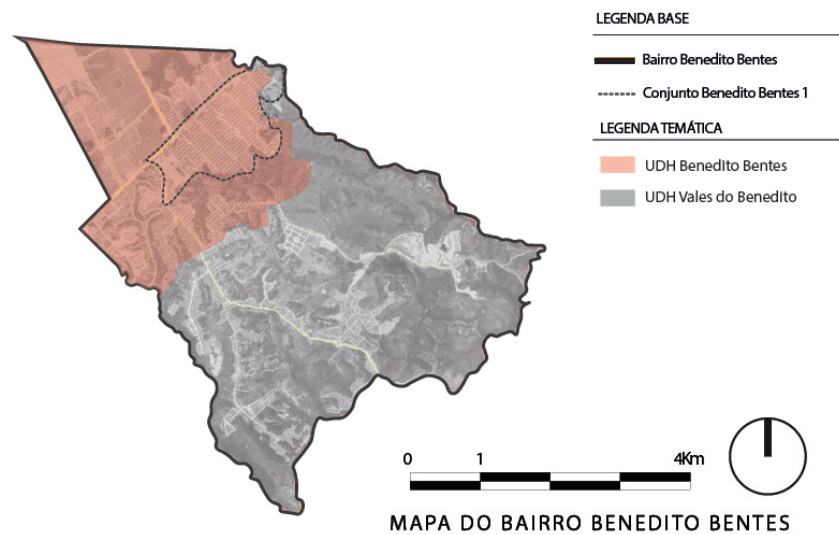
Figura 11 - Mapeamento das grotas da cidade de Maceió.



Fonte - Google Earth (2022); Onu Habitat (2019), adaptado pela autora.

Para melhor compreender essas discrepâncias, podemos associar a nossa análise à metodologia das UDH - as chamadas Unidades de Desenvolvimento Humano, utilizadas por órgãos como o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Na metodologia que agrupa parcelas do território que possuem características físicas e sociais semelhantes, dentro do Bairro Benedito Bentes apresentam-se duas UDH distintas. A UDH Benedito Bentes: cujo Conjunto Habitacional Benedito Bentes 1 está inserido, bem como os primeiros parcelamentos de solo, e a UDH Vales do Benedito, onde concentram-se fundamentalmente conjuntos habitacionais mais recentes (Fig. 12).

Figura 12 - As duas UDH do bairro Benedito Bentes.

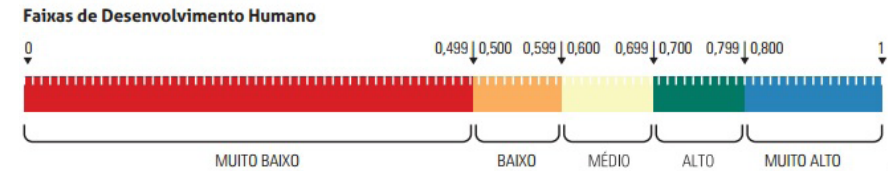


Fonte - Google Earth (2022). Adaptado pela autora.

Soma-se ao conceito de UDH o IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Trata-se de uma escala (Fig. 13) que de 0 a 1 indica o nível de desenvolvimento de diversos setores da cidade. Nesse sentido, o IDHM médio do Brasil equivale a 0,727 - considerado

de alto desenvolvimento, se aproximando da UDH Benedito Bentes (0,721) que, por sua vez, se distancia do índice correspondente da UDH Vales do Benedito (0,522) de baixo desenvolvimento (ATLAS BRASIL, 2022).

Figura 13 - Escala de desenvolvimento humano.



Fonte - Atlas Brasil (2013). apud COSTA (2016).

Por outro lado, esses índices ainda apresentam um abismo se confrontados com o bairro de maior IDH da cidade e de maioria populacional branca. O Bairro Ponta Verde tem um IDH de 0,956 e em termos de desenvolvimento, a média local faz alusão a padrões noruegueses ao apontar o IDH idêntico das duas regiões. Por outro lado, a região Vales do Benedito - área de recente ocupação no bairro Benedito Bentes, está na faixa muito baixa e, de acordo com Costa (2016), se aproxima dos índices globais de países como Gana (0,573), na África e Mianmar (0,524), no sul da Ásia continental.

Se a Noruega está para a Ponta Verde, assim como a Gana está para parte do Benedito Bentes, para além dos índices de desenvolvimento, é importante que sejam minuciosamente cuidados os dados raciais uma vez que, é sabido que em todo o mundo, territórios negros e não brancos possuem os menores índices de desenvolvimento humano e urbano (infraestrutura, equipamentos e serviços). A racialização do território é um efeito colonialista, fundado na herança escravocrata que apoia a história do nosso país. Gabriela Pereira (2019) nos diz que

Mesmo após 130 anos de abolição, são perpetuados os efeitos do racismo como elemento estruturador no pensamento e formação das cidades. As próprias condições da abolição, conforme código de posturas editado na época, proibiam a posse de terras por negras e negros, dando continuidade e atualizando a desigualdade racial até os dias de hoje (PEREIRA, Gabriela 2019).

Nesse sentido, podemos inferir que essas práticas fundamentam também o planejamento, resultando em índices como os demonstrados. Com isso, para além dos IDHM, outros índices são considerados para que se constituam uma UDH, de acordo com o Atlas Brasil (2022). Nos quadros abaixo (Quadros 2-4), evidências das diferenças sociais e econômicas das duas parcelas de um mesmo bairro:

Quadro 2 - População total, por gênero e probabilidade de envelhecimento.

Territorialidades	População total Censo	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos Censo	População total masculina Censo	População total feminina Censo
	2010	2010	2010	2010
Brasil	190.755.799	84,05	93.406.990	97.348.809
Benedito Bentes (Maceió, - Maceió)	19.511	82,12	9.044	10.467
Vales do Benedito (Maceió, - Mac...	33.472	77,19	16.263	17.209

Fonte - PNUD, Ipea e DJP apud Atlas Brasil (2013).

Quadro 3 - Índices de educação.

Territorialidades	IDHM Educação Censo	Subíndice de escolaridade - IDHM Educação Censo	% de 25 anos ou mais de idade com ensino médio completo Censo	% de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo Censo	Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade Censo
	2010	2010	2010	2010	2010
Brasil	0,637	0,549	35,83	11,27	9,54
Benedito Bentes (Maceió, - Maceió)	0,709	0,650	43,23	6,63	10,88
Vales do Benedito (Maceió, - Mac...	0,381	0,290	10,05	0,14	7,43

Fonte - PNUD, Ipea e DJP apud Atlas Brasil (2013).

Quadro 4 - Índices de empregabilidade.

Territorialidades	Taxa de desocupação - 18 anos ou mais de idade Censo	% dos ocupados com ensino fundamental completo Censo	% dos ocupados com ensino médio completo Censo	% dos ocupados com ensino superior completo Censo	Rendimento médio dos ocupados Censo	Renda per capita Censo
	2010	2010	2010	2010	2010	2010
Brasil	7,29	62,29	44,91	13,19	1.296,19	793,87
Benedito Bentes (Maceió, - Maceió)	10,08	72,32	52,74	8,59	848,67	525,10
Vales do Benedito (Maceió, - Mac...	18,63	33,83	13,80	0,21	500,28	214,18

Fonte - PNUD, Ipea e DJP apud Atlas Brasil (2013).

A fim de humanizar os dados de probabilidade de envelhecimento, educação e empregabilidade eu trago um fragmento da narrativa de Tia Rosa, acerca da trajetória de minha avó Estela, que desencarnou aos 74 anos - contrariando as estatísticas, mesmo tendo sua saúde debilitada em virtude de más condições de trabalho. Assim, no trecho a interlocutora narra direitos trabalhistas negados à mulher que concluiu o ensino médio aos 60. Devemos destacar que a divisão sexual do trabalho é parte que fundamenta e estrutura a sociedade capitalista, sobrando às mulheres, além do trabalho doméstico, o trabalho reprodutivo. Quando falamos das mulheres negras, o grau de precariedade ainda é pior: mais da metade das trabalhadoras domésticas são mulheres não brancas, constituindo uma categoria ainda mais vulnerável que tem carga de trabalho em média de 8 horas a mais do que os homens (HELENE, 2019, p. 256). A chamada PEC das empregadas domésticas só entra em vigor em 2015, contribuindo para certa melhoria das condições trabalhistas da classe ao regulamentar intervalo para alimentação ou descanso, registro da jornada, trabalho noturno, multa de rescisão, FGTS, previdência e contribuição social e outros (BRAGA, 2020). É sintomático dizer que tal regulamentação é muito recente, o trabalho doméstico ainda hoje muitas vezes não é considerado trabalho. Por outro lado, foi com este trabalho - atuando na cozinha do Palácio do Governo do Estado durante a semana e na cozinha da casa de um dos governantes aos domingos, que minha querida avó fundamentou toda uma estrutura para que minha mãe,

minhas tias, minhas primas e eu, não precisássemos ocupar esse lugar que historicamente foi nos destinado.

Como era o nome daquela moça que mamãe gostava e trabalhava lá na Dona L.? Ela foi pra tirar as férias dela...

Respondo que não sei, então ela continua:

Uma morena! Todo dia ela chegava falando que essa moça mandava umas coisinhas pra você, quando você era pequena, besteirinha, um doce, essas coisas... ela mandava umas coisas pra você.

Nesse ponto eu continuo sem lembrar do nome da moça “morena” que minha tia se refere, mas ainda lembro de ficar ansiosa todo domingo, esperando minha avó chegar com as bobagens carinhosas que ela mandava.

[...] mamãe tava trabalhando lá [na cozinha do Palácio do Governo] e essa menina ia tirar férias porque ela era do interior, passava a semana na Dona L. e sábado a tarde ia pra casa, fazia as comidas e deixava congelada pro fim de semana e só voltava na segunda-feira. Então sempre que ela tirava férias... Meu deus, tá aqui na ponta da língua o nome da mulher e eu esqueci... Aí no tempo que ela foi tirar umas férias, lá no Palácio pediram pra indicar uma pessoa de confiança pra ficar na casa do Seu Divaldo, então indicaram mamãe e mamãe foi, trabalhou lá um mês e gostaram dela, foi no tempo do PDV [Pedido de Demissão Voluntária] muita gente recebeu porque com essa demissão voluntária iam pagar os direitos das pessoas né [...]

Veja como Deus faz as coisas... minha mãe tinha assinado o PDV e já estava pra sair [...] Mas no final não demitiram ninguém.

Mesmo assim, ele [o patrão] conversou com mamãe e disse: “Estelinha, se você quiser vir pra dar uma ajuda a Lulu, venha e eu pago pra você trabalhar no domingo” e mamãe foi. Então foi isso...

Silêncio.

Marinete! Lembrei!

Nesse instante demos risada e eu realmente me recordo desse nome, ela lembra da Marinete e de outras colegas de trabalho da minha avó que cheguei a conhecer quando estudava próximo ao Palácio e ia lá com quinze ou dezesseis anos. Quando eu precisava passar o dia no Colégio costumava ir lá almoçar e descansar um pouco na dependência que tinha colada na cozinha, não tenho muita memória desse espaço, só me lembro que era minúsculo. Lembro, sobretudo, da minha avó me recebendo com um abraço, de subirmos juntas no elevador e de ser apresentada a todos orgulhosamente por ela.

Sua avó se aposentou no final de 2013, início de 2014, mandaram chamar urgente da Secretaria de Planejamento, já tinha passado dois anos que ela devia ter se aposentado. Foi aposentadoria compulsória. Mas eu já falava pra ela: “Mãe, eu acho que esqueceram da senhora” Na época não podia trabalhar depois dos 70 anos e ela já estava com 72, mas agora aumentou, só depois dos 75. Eu via as mulheres lá no trabalho que chegavam chorando, dizendo que aguentavam trabalhar, mas por que? por causa da gratificação e tudo mais né, quando se aposenta perde tudo. Sua avó morreu com 74 e se aposentou com 72. É... morreu tudinho... Morreu mamãe, Marinete, Dona Maria que era macumbeira, estava sempre de turbante Comento que Dona Maria é uma das poucas que eu tenho memória Dona Maria morreu muito antes de mamãe, também com problema nos rins.

Minha avó morreu em 2016, no dia em que eu fazia fotos de aprovação do vestibular para sair no outdoor da escola, com uma complicação nos rins que veio a partir de um AVC. Na época, atribuíram a falha nos rins à desidratação causada pelo consumo insuficiente de água durante os longos anos de trabalho em um ambiente quente como a cozinha.

Já tem quase seis anos que mamãe morreu... O tempo passa rápido, Amanda, piscou já foi, daqui a pouco faz dois que seu pai morreu, não é brincadeira. A Tia Lenira fazem quase 12 anos já, ela morreu dia 8 de abril de 2010.

*Comento que ela é boa de data.
Silêncio.*

Pronto, aí foi isso... Marinete... Marinete mandava uns docinhos pra tu e tudo.

Rimos e eu falo das lembranças dos domingos em que recebia de Marinete, pelas mãos da minha avó, os doces, os queijos e o jornal do dia. Dele, a sessão das novelas eu lia com minha mãe, as palavras cruzadas eu corria pra resolver com meu pai.

(Rosa, Benedito Bentes, setembro de 2021).

Aqui, peço licença ao feminismo “universal” para contemplar e até romantizar esse momento de estereótipo de gênero - dos interesses femininos serem lidos como futilidades ao passo que os masculinos são relacionados à racionalidade -. Porque o que me salva a sanidade são, por vezes, memórias dos momentos bons, como esses, que vivi na infância. E é preciso falar também da saúde mental da mulher negra. Do colo da minha mãe ao ler futilidades sobre o próximo capítulo da novela ou do colo do meu pai na atividade lógica de desvendar pala-

avras cruzadas, eu confortavelmente fui poupada de saber que o racismo e o sexismo desidratavam a minha vó um pouco a cada dia. Nesse ponto, o prejudicial estereótipo de gênero torna-se quase irrelevante frente às devastadoras resultantes das encruzilhadas do racismo e do sexismo. Penso que o feminismo “universal” ao desconsiderar o recorte racializado não entendeu nada.



Colagem 8 - Vó
Estela e toda água
que Oxum puder
oferecer.

Fonte - Elabora-
ção autoral (2022).

3.3.1 AS DINÂMICAS DO BAIRRO: OBSERVAÇÕES IN LOCO

Diante dos dados apresentados, podemos inferir que em um mesmo recorte existem perfis socioeconômicos distintos e, portanto, necessidades também diferentes. Por outro lado, os espaços públicos do Benedito Bentes, como a Praça Padre Cícero, são a intersecção e ponto de encontro das duas UDH. Aqui, trataremos um pouco desse espaço.

A LÓGICA DA ALDEIA

“Gueto é o lugar para onde eles nos empurram. Quilombo é o lugar que a gente escolhe ir, o espaço que escolhemos para viver, para se organizar. Quilombo é uma escolha, Gueto é para onde te expulsam”
(Miriam Alves por Conceição Evaristo).

Cresci indo à escola com meus primos e primas sob um revezamento altamente organizado da agenda de qual dos nossos pais ou mães nos levaria e buscava todos os dias. Alguns dias meu Tio Ná nos buscava, por outras vezes minha avó nos levava. Lembro-me bem de quando começamos a voltar sozinhas e sozinhos, do olhar atento da minha avó no portão de casa esperando a gente chegar na hora do almoço. Lembro-me das aulas de reforço na casa da Tia Flávia, nossa vizinha, com quem fui alfabetizada. Lembro-me da Lu, esposa do meu Tio Ná, nos ensinando a andar de bicicleta, das tardes em que minha mãe pagava à Daniele, filha adolescente de uma vizinha, para ficar comigo e com meu irmão em casa. Lembro-me ainda dos aniversários coletivos que por longos anos dividi com meu primo João, que faz aniversário no mesmo dia 28 que eu, e das tardes que precediam as festas em que minhas tias, minha avó e outras mulheres da família se juntavam para preparar o bolo, os doces, os salgados - os homens compravam o refrigerante e a cerveja, com excessão do Luiz, um vizinho homos-

sexual que preparava a decoração. Quando ouvi pela primeira vez o provérbio africano “É preciso uma aldeia para se educar uma criança” entendi-o e me conectei a ele por completo porque a periferia sempre foi aldeia, ou quilombo, pela definição de Miriam Alves (2021).

Em 2020, realizei visita de campo na Praça Padre Cícero, localizada no Benedito Bentes - e na praça Acauã, no Village, para contemplar uma das etapas metodológicas de minha pesquisa Pibic, com o objetivo de compreender as apropriações e vivências femininas nos espaços públicos de lazer do bairro. Assim, ao imergir nas dinâmicas da cidade de Maceió, investigando-as e realizando visitas de campo, foi possível resgatar memórias pessoais - e fazer com que essas impulsionassem questionamentos críticos, desde as minhas próprias vivências enquanto usuária de transporte público até como moradora do Benedito Bentes. Com isso, vêm à memória percepções que inferem para um criticismo quanto à disparidade de gênero no uso dos equipamentos dos espaços públicos da cidade. Ao observar, portanto, sob uma perspectiva de gênero, de raça e de classe como as mulheres estão ocupando esses espaços, ficou evidente nas visitas de campo, a figura feminina como agente de cuidado, tanto em áreas periféricas - como as de minha pesquisa, quanto em áreas abastadas, como mostrou a pesquisa de outras colegas. Isto é, as mulheres vistas em espaços livres de lazer, como as praças observadas, não usufruem do espaço para divertimento próprio, estão quase sempre desempenhando a função reprodutiva de cuidar, seja de uma criança, de uma pessoa idosa ou de um animal doméstico. Além disso, é importante destacar, ainda, como as disparidades de apropriação dos espaços livres públicos por gênero se explicitam ainda na infância. É comum ver a cena de grupos de meninos reunidos, com os pés descalços jogando bola ou ensaiando passinhos de brega funk, mas isso não se repete com facilidade quando tratam-se de meninas (Fig. 15). Essas são vistas quase sempre brincando isoladas, apenas na companhia de algum(a) responsável, ou ainda, reproduzindo as funções de cuidado:

meninas mais crescidas já cuidavam de crianças de menos idade. Essa última cena foi especialmente constatada na Praça Padre Cícero, no Benedito Bentes. Desse modo, relaciono o que na minha infância já era evidente, bem como vieram à tona nos depoimentos de minha tia e de minha mãe: mulheres estabelecendo redes de cuidado e apoio para com suas crianças, e aqui acrescento o que foi notório em minha visita à Praça Padre Cícero: meninas muito jovens participando ativamente dessa rede de apoio ao cuidar de crianças mais jovens do que elas. Neste ponto das minhas considerações associo imediatamente esse fato com a história narrada por Grada Kilomba em *Memórias da Plantação* (2020):

Quando eu tinha entre 12 e 13 anos, fui ao médico por causa de uma gripe. Após a consulta, ao me dirigir à porta, ele, de repente, me chamou. Ele estivera olhando para mim, e disse que havia tido uma ideia. Ele, sua esposa e dois filhos, de aproximadamente 18 e 21 anos, estavam indo viajar de férias. Haviam alugado uma casa no sul de Portugal, em algum lugar no Algarve, e ele estava pensando que eu poderia ir com eles. O médico propôs que eu cozinhasse as refeições diárias da família, limpasse a casa e eventualmente lavasse suas roupas. “Não é muito”, disse ele, “alguns shorts, talvez uma camiseta e, claro, nossas roupas íntimas!” [...] Olhei para ele, calada. Eu realmente não me lembro se fui capaz de dizer algo. Acho que não. Saí do consultório em um estado de vertigem [...] (KILOMBA, 2020, p. 93).

A menina da narrativa de Kilomba e as meninas da Praça da Formiga são atravessadas pela raça e pelo gênero como marcadores sociais que as condicionam a serem lidas socialmente, muitas vezes, como “serventes”, como define Kilomba. Ora pelo olhar de um médico branco, ora pela necessidade de fortalecer uma rede de apoio em suas comunidades, cujo Estado se omite de assegurar um dos seus direitos básicos: à proteção ao trabalho¹. Nesse sentido, a encruzilhada de gênero

e raça se expressa muito bem nos dois cenários, uma vez que dificilmente o médico branco faria a mesma proposta a um menino negro, tampouco a um menino branco ou a uma menina branca. Por outro lado, nas praças, meninos negros e brancos brincavam livremente,

Figura 14 - Praça Acauã - menina andando de patins sob supervisão de uma adulta e meninos em grupo jogando futebol sem supervisão ao fundo.



Fonte - Elaboração autoral, 2020.

jogando bola descalços ou ensaiando seus passinhos de brega funk. Assim, podemos discutir aqui como os espaços públicos contribuem para o desenvolvimento de redes de sociabilidade desde a infância até a vida adulta, reforçando - ou não, estereótipos de gênero, bem como o planejamento participativo acolhe - ou não, as demandas das diferentes parcelas da população discriminadas por gênero, raça e classe. É, portanto, importante frisar a relevância de um planejamento que englobe e olhe para necessidades distintas dos mais variados grupos sob um ponto de vista, sobretudo, interseccional.

¹ Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A LÓGICA DE TRANSPORTE E MOBILIDADE

[...] Naquela ocasião me chamou a atenção o perfil de usuárias do transporte público. Por volta de 17h, no Biu/Ponta Verde a maioria das mulheres que estavam sentadas no ônibus eram mulheres negras, sacolas grandes nas mãos, perfumadas - pareciam ter acabado de tomar banho, pegaram o transporte saindo da Ponta Verde e desciam todas no Terminal Integrado do Benedito Bentes - também era o meu destino final, as conversas giravam em torno da mesma temática: as relações trabalhistas e interpessoais com suas patroas. Durante esse relato a Líris, uma amiga, me interrompeu: “Nossa! Sim! A minha mãe quando trabalhava “lá embaixo” conta que esse perfil dos ônibus antes da reforma trabalhista das domésticas sempre acontecia depois de 23h que era a hora do final do expediente”. Aí eu me lembrei: Minha avó, aos domingos, dia em que ela trabalhava como cozinheira na casa de uma família na Ponta Verde, sempre chegava depois do Fantástico. Eu lembro que era tarde e eu ficava esperando o jornal com as palavras cruzadas que ela sempre trazia da casa do Seu Divaldo. Certamente a vó estava nesse ônibus das memórias da mãe da Líris. (Relato pessoal nos encontros do Grupo de Pesquisa Morfologia dos Espaços Públicos, falas entrelaçadas nas narrativas das nossas impressões e vivências na cidade de Maceió, 2019).

Esse tipo de relação calcada na desigualdade se reflete nas políticas de transporte e mobilidade, por exemplo. Em que a lógica de mobilidade de Maceió é pensada a partir do favorecimento das áreas abastadas da cidade explicitando a servidão que as áreas desfavorecidas estão submetidas em relação às áreas nobres.

Composta por um eixo estruturante, que parte do entroncamento de duas vias federais, a área urbana de Maceió é disposta em uma malha que possui algumas vias principais sobre as quais a maior parte dos deslocamentos, principalmente entre tabuleiro-planície, são realizados. [...] Nesse contexto, a relação entre as, denominadas pela população, “parte alta” e “parte baixa”, se fazem extremamente importantes para a compreensão da mobilidade da cidade. Dado o contexto de segregação sócio espacial que o espaço urbano apresenta, é possível relacioná-lo também nessa relação (PAULA, 2019, p. 70).

Diante da lógica da conformação da cidade em tabuleiro e planície - se destacando as planícies litorâneas como as zonas mais abastadas da cidade, quando a autora narra as dinâmicas de funcionamento da mobilidade na cidade de Maceió frente à articulação da rede de transportes públicos vigente em Maceió, é nítido que a estrutura do sistema de transporte está condicionada à lógica de servidão da classe trabalhadora, moradora da “parte alta”, em relação aos seus empregos localizados na “parte baixa”. A problemática da mobilidade limitando acesso, pôde ser vista na narrativa da minha mãe no que tange às dificuldades do seu acesso desde o ensino básico até a universidade:

Não tinha como eu vir todos os dias pro Biu, ônibus era uma coisa horrível. A Tia Lenira morava na Jatiúca, sua Tia Rosa ficou morando com ela e eu fiquei com a Cida, lá no Santo Eduardo. Morei um ano e aí quando eu terminei o ano [letivo] lá em 87 eu vim embora pra cá. Quando foi em 88 mamãe fez minha matrícula lá no Colégio São José - minhas primas estudavam lá, era um colégio de freiras, mamãe pagava caro, mas pagou tudo certinho... porque eu não consegui a vaga no Bom Conselho, onde minha amiga Cláudia estudava. Mas aí no ano seguinte [1989] mamãe conseguiu minha vaga lá e eu já vim definitivamente pra cá [pro Benedito Bentes] porque eu ia ter que pegar ônibus de qualquer

maneira... Teve uma vez que eu peguei o ônibus errado, fiquei perdida no meio do nada, não conhecia nada ali no Tabuleiro, mas depois eu acertei. Eu vinha pra casa de noite, lá do Colégio São José, largava tarde e peguei o ônibus lá pro Eustáquio Gomes. Lá eu estudava à tarde e largava de noite, mas foi só um ano de São José. Eu fiz o primeiro ano no São José e no segundo ano eu fui pro Colégio Bom Conselho, saía daqui cedo da manhã, pegava o ônibus pro Farol e descia a ladeira do Calmon, ali perto do Hospital Sanatório, todo dia. Tinha um ponto e eu ia caminhando, era uma andada da poxa. Quando o pai da Betânia, uma colega, ou uma das professoras, a Maria Rosa, não dava carona, a gente descia a ladeira e ia. Então eu saía daqui pro Farol, chegava no Hospital Sanatório e descia a ladeira pra Bebedouro todo dia. Pra voltar eu não subia não. Quando as professoras não davam carona, a gente descia pro Centro andando pra pegar o Biu. Daqui do Biu não tinha ninguém, só eu. Tinha a Cristina que morava no pé da ladeira, tinha a Betânia que morava no Sanatório e o pai dela levava a gente e a Cláudia que morava na Jatiúca. Ai pronto. Mamãe só me dava o dinheiro da passagem de ida e de volta. Lá no Bom Conselho eu ficava o dia todo na Casa Rosa porque a gente fazia magistério, tinham as refeições lá e eu só chegava em casa à noite. [...]

Pra eu ir pra UFAL era uma tortura. Não tinha ônibus. O ônibus vinha de lá daquele terminal pra esse daqui. Saía de lá e andava todo o Conjunto. Não existia esse Terminal aqui. O ônibus vinha de lá, passava por todo o meio do Conjunto, fazia a volta no Pastor e ia. Eu pegava o ônibus ali onde é a Casa das frutas. A gente andava tudo pendurado. Não tinha ônibus que ia para a UFAL, nós pegávamos o Iguatemi, descíamos na Federal e ia ou por dentro do hospital ou pegava carona. E pra voltar do mesmo jeito. A gente tinha o ponto das caronas, só não pegava carona sozinha e a gente pegava mais com mulher. Só a Eliane que era atrevida, pegava com homem também. Mas nós pegávamos juntas, nun-

ca sozinhas. Eu, Eliane, Maria e uma que hoje não lembra de mim, mas eu lembro dela... Ela não podia ir na frente porque o marido não podia saber que ela estava pegando carona. Aí ela só ia atrás, era uma resenha [...] Quando não era isso era correria, pra poder chegar no trabalho de 1h da tarde. Eu trabalhava no Mini Pronto Socorro, dava Plantão. Quando você nasceu eu tava fazendo faculdade, com quinze dias de você nascida eu já estava na UFAL. As meninas não acreditavam que eu já estava lá. Num instante meu corpo voltou pro lugar. As meninas todas me ajudaram, fizeram prova pra mim, com quinze dias eu voltei, mas elas colocavam meu nome nos trabalhos, tudo direitinho... Saía do plantão ia direto pra UFAL, seu pai ficava com você.

(Rose, Benedito Bentes, julho de 2021).

Quando eu entrei na universidade minha mãe me advertiu: “Não pegue caronas com estranhos, como eu fazia!”. De fato nunca peguei. Nem sei se hoje em dia existe o ponto das caronas. Mas o fato é que da minha casa para universidade, um trajeto de aproximadamente 8km de Biu/UFAL - o único ônibus que faz esse percurso, eu nunca levei menos de 1h30 para chegar na universidade. Para voltar para casa então... no mínimo 2h. Oito quilômetros. Duas horas. Um trajeto que de carro faz-se em até 20 minutos. Depois de ter sido furtada na primeira semana de aula e de muitas idas e vindas no Biu/UFAL, no quarto período, após ser assediada por um cobrador e ter tirado satisfação, eu - que já dirigia e sabia dos planos que meus pais tinham de me dar um carro, pedi por favor: “Se vocês realmente planejam me dar um carro, por favor façam isso logo. Eu não aguento mais”. Pouco tempo depois, meus pais com todo esforço me deram um carro. Um Cherry QQ azul, 2012, mais conhecido como Smurf, pelos meus colegas. Minha mãe e tantas outras mulheres não tiveram o mesmo privilégio. Quantas outras não concluíram ou tiveram suas performances nos estudos afetadas em virtude da falta de acesso ao transporte

público de qualidade, assédios e tantas outras violências enfrentadas apenas no trajeto para universidade?

É interessante e simplório ao capital setorizar a cidade a partir de uma lógica colonialista, como “casa grande” e “senzala”¹ contemporâneas (VIDAS NEGRAS, 2021) com todos os privilégios e privações inerentes a cada um desses territórios empregando uma lógica de servidão inclusive no transporte público, uma vez que esse serviço é montado pensando em horários, volume de fluxo de veículos e rotas para viabilizar essa servidão. Além de não considerar a dinâmica e condições de vida das pessoas que permanecem nesse território no dia-a-dia, principalmente as mulheres e crianças. Isto é, a compreensão errônea do Estado de que a porção menos abastada do território são “cidades dormitórios” - àquela porção em que as pessoas apenas dormem e saem rumo aos seus postos de trabalho, é legitimada publicamente. Em contrapartida, é importante demarcar que essa visão parte de uma ótica branca, hegemônica, patriarcal e capitalista, que não compreende integralmente a potência das periferias, sua vivacidade, dinâmicas e individualidades dos usuários que ali vivem. Helene (2019) nos indica que o conceito de Direito à Cidade cunhado por Henri Lefebvre vem constantemente se expandindo, à medida em que novos conceitos se entrelaçam e explica:

Esse autor parte da segregação socioeconômica para explicar as diferenças de acesso aos direitos dentro da cidade. Segundo ele, o morador pobre periférico, não apenas enfrenta longas horas de transporte público ao sair para trabalhar e voltar para casa, como é propositalmente alienado dos espaços urbanos de centralidade. O direito à cidade surgiria, portanto, como contrário à alienação provocada pela urbanização segregadora. Ademais,

a ideia por trás do termo “direito à cidade” coloca em destaque não apenas quem sofre pela forma segregadora das nossas cidades, mas também o direito a fazer parte das decisões sobre como acontece a urbanização (HELENE, 2019, p. 967).

Ao observar essa segregação socioespacial por um prisma de gênero podemos inferir que as mulheres é a parcela que mais sofrerá tais impactos. Helene (2019, p. 962) exemplifica como a cidade de Duque de Caxias - que, por sua vez, faz divisa com Nova Iguaçu, é um exemplo disso:

As características relacionadas à constituição dessa cidade enquanto “cidade-dormitório” e zona de sacrifício ambiental (PEREIRA, Gabriela 2013) atingem de forma diferenciada as mulheres e as crianças moradoras da região, que sofrem com doenças relacionadas à poluição ambiental e à debilidade do saneamento de forma mais expressiva que seus pares masculinos adultos. Por estarem mais presentes e realizando atividades vinculadas organicamente ao seu espaço de moradia (HELENE, Diana 2019, p. 967).

O Leandro estudava no Rosalvo Lobo, mas quando viemos pra cá não tinha condições de ele ficar estudando na Jatiúca. O Rosalvo Lobo era um colégio do estado que tinha uma parte do infantil, era bonitinho, tinha um cercado que dividia. Mas aí viemos pra cá e ele ficou um ano no Pastor [Colégio Estadual Pastor José Tavares, existe até hoje]. Assim que o Conjunto inaugurou já tinha colégio porque quando viemos pra cá ele foi direto pro Pastor, mas ele só ficou pouco tempo porque a gente fez sacrifício pra colocar ele no Muniz Falcão [Escola particular], não porque o Pastor não era bom, mas porque não tinha quem levasse e buscasse ele na escola, sua mãe só tinha quatorze anos e eu arrumei um emprego em 86, então tava trabalhando lá embaixo. O Leonardo ainda não tinha idade escolar, mas o Lean-

¹ Destaco que nesse trabalho busca-se compreender os territórios negros como quilombos, verdadeiros espaços de resistência, resiliência e lutas na cidade contemporânea.

dro já tava com seis anos quando nos mudamos pra cá então quando eu ia trabalhar ele ia comigo e eu deixava e buscava na escola. Porque quando eu não estava trabalhando ainda ele ficou no Pastor, mas em 2 de junho de 1986 arrumei esse emprego. Nesse segundo semestre eu já coloquei ele e Leonardo. Quando eu engravidei do Júnior o Leandro tinha 10 e o Leonardo 7

Alguém bate na porta e eu me levanto para ir abrir. Era o Leô, filho dela, meu primo, que mora ao lado, numa casa construída no mesmo lote. Ele brinca comigo, disse que estava bebendo, afinal era sábado e ele merecia. Senta no sofá próximo a gente e começa a mexer no celular. Tia Rosa retoma a história

Quando o Mi tava trabalhando ali na Sinimbu eu tava de licença [maternidade] e matriculei eles no Colégio Batista. Pra levar os meninos pro colégio era um inferno, não existia esse terminal [se referindo ao terminal Integrado] mas já tinha o Terminal do Mocambo, os ônibus saíam todos de lá, tinham só duas linhas: o Jacintinho e o Salvador Lyra. Sabe que horas eu saía daqui? Antes das 6h, umas 5h50min para pegar o ônibus de 6h e estar lá às 7h, só que antes o trânsito não era tão demorado...

Nesse instante Leonardo interrompe, diz que sempre foi demorado e era muita nostalgia a nossa pensar assim. Ela discorda e continua

Antes você tirava 1h pra chegar no Centro, 50 minutos até, porque ia direto, não tinha muito carro, não tinha esses conjuntos só era esse conjunto aqui! Depois que criou o 2 [Conjunto Benedito Bentes 2]

Leonardo questiona e brinca dizendo que as pessoas costumam chamar o bairro de Infinito Bentes, por ser tão longe. Ela então, retoma a conversa

Isso que eu estou falando! Hoje a gente leva 1h30 e às vezes até mais para você chegar em casa de noite e antes não era assim porque o ônibus ia direto, parava nos pontos, pegava as pessoas... Não tinha tanto carro na rua, não havia esse fluxo de gente aqui pra cima e não tinha nada aqui não, Leonardo. O que era realmente pior era a quantidade de ônibus, mas cada ônibus tinha sua horinha de sair então, normalmente, levava-se 1h e agora você leva quase 2h.

(Rosa, Benedito Bentes, setembro de 2021).

Nos afastando de uma ótica capitalista, é importante compreender que tais porções do território - as menos abastadas, são onde as dinâmicas da vida real acontecem. Isto é, levar seus filhos na escola era uma tarefa, um trabalho, mas também um investimento, um vislumbre de futuro, além de a fazer compreender as lógicas de mobilidade da cidade por meio dessa ação. Conceição Evaristo (2020) nos ensina que “Toda mulher negra é uma intelectual porque carrega consigo lições interseccionais que só ela consegue explicar”. E é justamente a partir da sua vivência enquanto mãe, trabalhadora e mulher negra, que Tia Rosa expressa suas considerações acerca da mobilidade urbana em Maceió nos últimos trinta anos. A sutileza de compreender esse fenômeno só nos é possível quando partimos de um ponto de vista interseccional. Com isso, ao entender as dinâmicas que a maternidade conduziu a rotina de minha Tia Rosa, posso aqui suscitar um paralelo com a minha realidade e meus pensamentos sobre maternidade, vida, futuro e anseios... Certo dia em uma conversa com uma das minhas melhores amigas, Dimitria, daquelas que perdemos a hora madrugada adentro e quando nos damos conta já amanheceu, falávamos sobre nossas vidas e angústias inerentes aos nossos vinte e poucos anos. Dimitria confessou que estava quase certa de que não teria filhos, mas se por acaso mudasse de ideia tinha apenas um parâmetro: “Só tenho filho no dia em que eu tiver certeza de que não vou precisar pegar um

ônibus com ele. Você já pegou ônibus com criança? É loucura! sofrido demais!”. Na hora achei graça, mas também a achei gênia. É um parâmetro interessante e diz muito sobre a mobilidade das nossas cidades para mulheres. Esse planejamento familiar foi negado à minha tia, à minha mãe e à minha avó. Eu nunca peguei ônibus com criança, a menos quando eu era a criança. Informação, educação e métodos contraceptivos permitem que eu, Dimitria e outras tantas mulheres hoje escolham se terão ou não filhos e quando.

Na adolescência vi algumas colegas de turma engravidarem, ouvia os boatos daquelas que abortavam. Eu não sabia muito da vida aos dezesseis - não que eu saiba muito mais agora, mas antes mesmo de iniciar minha vida sexual, eu e a maioria das meninas da minha idade, na minha escola sabia em qual farmácia encontrar cytotec, à quem se dirigir e o código verbal que deveria utilizar para conseguir o fármaco. Eu sabia também o suficiente sobre métodos contraceptivos. Pra minha mãe era fundamental que eu soubesse. O diálogo sobre sexualidade na minha casa nunca foi aberto, era tratado até com certo “proibitismo”, como algo que deveria ser evitado, especialmente por parte da minha mãe. Já meu pai dizia: “Deixa a menina, ela vai crescer, errar, acertar. Deixe que ela cometa novos erros, nós já cometemos os nossos”. Meu pai gostava de devanear sobre a vida e tinha até certa poética nisso. Enquanto ele narrava sobre a importância de ser livre financeiramente e emocionalmente de qualquer homem, de estudar, fazer dinheiro, viajar, conhecer outros lugares e jogar o corpo no mundo, minha mãe tinha as mesmas preocupações mas cabia somente à ela a tarefa de falar sobre anticoncepcional, camisinha e abstinência - o último pra ela era até preferível, e garantir que eu não engravidasse cedo. Meu pai se preocupava, mas penso que ele achava que nunca aconteceria comigo, de fato nunca aconteceu, mas poderia e minha mãe sabia que poderia. Aconteceu com ela, hoje eu entendo sua dureza. No fundo acho que os dois me falavam sobre liberdade, cada um a partir do que entendia sobre. Mas minha mãe entendeu

cedo e sozinha que o poder sobre o próprio corpo é a maior liberdade que uma mulher negra pode ter, tenho a sorte de ter tido ela pra me ensinar.

4. APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PRIVADO: A ESCALA DO LOTE

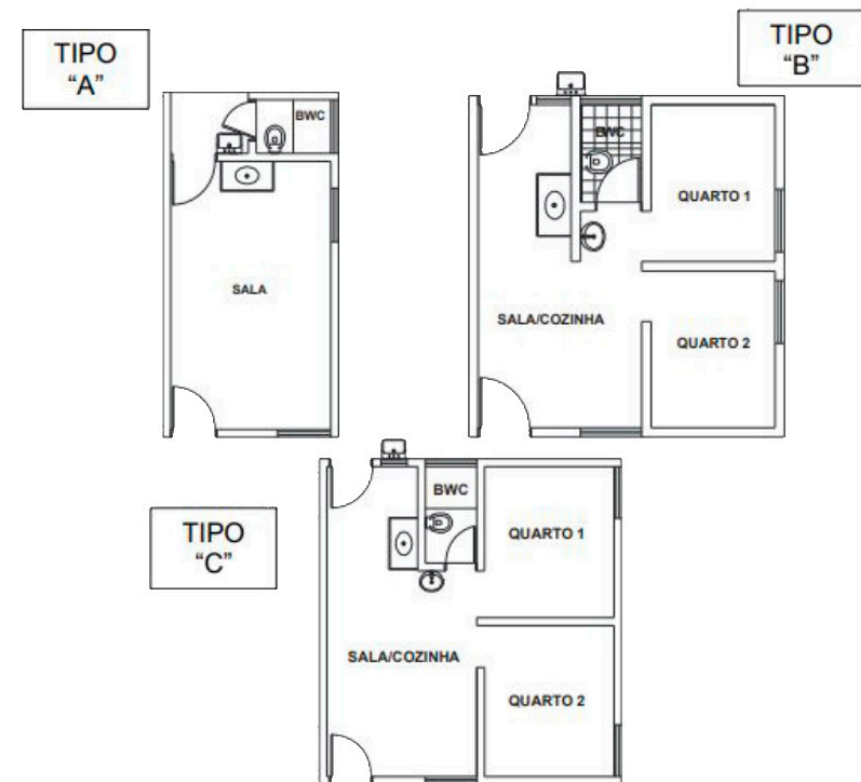
Em ambas as narrativas surgiram referências das tipologias das habitações originais do Conjunto: Tipo A, Tipo B, Tipo C (Fig. 15). Essas três tipologias de unidades habitacionais foram empregadas visando diversificar as classes sociais inseridas no contexto urbano:

O plano urbanístico torna-se consequência da proposta habitacional [...] É importante que se ofereça aos moradores do conjunto habitacional, não uma classificação econômica setorizada em núcleos de mesmo padrão de renda, mas uma condição de aspiração social (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2022).

A intenção projetual de Acácio Borsoi, responsável pelo projeto do Conjunto, apesar de benéfica, não se aplica plenamente uma vez que as políticas públicas direcionaram a aquisição do terreno às faixas de renda de até três salários mínimos (COSTA S., 2008, p. 68. apud CORREIA, 2021, p. 91). Além disso, o próprio movimento de escolha de terreno fora de uma malha que já dispunha de infraestrutura

urbana já pode ser considerado um fator segregatório. Nesse sentido, pode-se dizer que o projeto urbano como instrumento político só é possível quando está atrelado às políticas públicas adequadas. Isto é, há uma ideia de inclusão válida nas intenções de projeto, porém é notória que as decisões cunhadas pelo Estado desenham a efetividade ou não dessas intenções.

Figura 15 - Tipologias Habitacionais do Conjunto Benedito Bentes I.



Fonte - ALVES (2006) apud COSTA (2008)

Figura 16 - Fotografia de um dos postes da Avenida Garça Torta, no Conjunto Benedito Bentes I.

Grande parte dos lotes do conjunto possui dimensão de 9,60x20 (192m²), com exceções das quadras abauladas que possuem suas extremidades lotes com área até 271,30m². Nesses lotes as tipologias variavam entre a A - 19m²; B - 27m² e C - 36m² (COSTA S. 2008, p. 75 - 76). A tipologia A [...] possuía uma sala/cozinha e um banheiro. As tipologias B e C, apresentava dois quartos, banheiro, sala, cozinha e uma lavanderia nos fundos da casa. As tipologias A e C eram do tipo geminada de modo que sua área de quintal no terreno ficava concentrada na frente, lateral e fundos; já a tipologia B se encontrava no centro do terreno estando desvinculada dos muros que a circundavam e com toda a área perimetral livre para quintal (CORREIA, 2021).

A memória dessas tipologias ainda são vívidas até hoje em ambas as narrativas das interlocutoras. Embora todo o bairro tenha passado pelo processo de descaracterização dessa arquitetura, as/os moradoras/es mais antigas/os ainda se referem às suas casas seguindo esse raciocínio tipológico. Ainda hoje é possível encontrar anúncios de venda de imóveis no Conjunto utilizando-se dessa nomenclatura (Fig. 16).

Tais intervenções na arquitetura dessas habitações foram permitidas sobretudo em virtude das dimensões dos lotes e da implantação das edificações nestes. Essas características faziam parte do pensamento projetual, o cerne da ideia era de que as famílias pudessem visualizar a potencialidade de crescimento de suas próprias casas, utilizando-se da sua própria força de trabalho para isto. E assim, de “puxadinho” em “puxadinho” essa decisão de projeto foi assertiva e de fato contribuiu para a melhora da qualidade de vida dos usuários e usuárias e de suas famílias, bem como para o direito à moradia de tantas outras que foram beneficiadas com o desmembramento desses lotes.



Fonte - Acervo pessoal (2021).

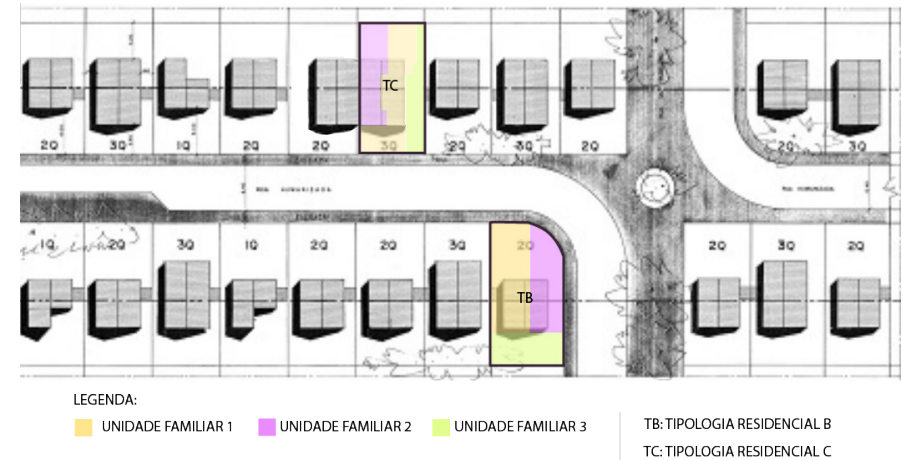
De acordo com as duas narrativas de minhas interlocutoras, à medida que as famílias foram crescendo, os filhos de minha avó e de minha tia foram se casando e tendo seus filhos, os lotes foram sendo desmembrados (Fig. 17). Para essa segunda decisão projetual a força de trabalho dos próprios moradores foi considerada, assim como o po-

tencial de organização deles e possíveis políticas de acesso facilitado a materiais de construção e outros insumos. Porém, de acordo com as narrativas, esses incentivos não foram empregados. Esse vislumbre foi assertivo para que a tendência do crescimento fosse atendida. Desse modo, podemos dizer que das duas principais intenções projetuais (mescla de classes sociais e crescimento das moradias), por meio da autogestão e autoconstrução -, apenas a segunda funcionou. E, não por acaso, foi justo aquela que não necessitava da ação do Estado. Isso nos diz que, o povo pobre e, sobretudo o povo preto, há quinhentos anos vem se aquilombando, se organizando e gerindo suas vidas frente à ausência do Estado.

[...] Uma casa modulada, passível de ser construída em etapas, inserida no lote, na razão direta da renda. Para isso, invertemos o processo de alinhamento das casas no lote - passando-o para o eixo do bloco d'água, que permite o morador as condições de transformação, utilizando a força do trabalho da família [...] A planta modulada permite ao usuário, uma visão do crescimento da própria casa, facilitando-o no dimensionamento econômico de sua ampliação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2022).

Na Figura 17, veremos um esquema de desmembramento realizado pelo núcleo familiar de minha tia Rosa e de minha avó Estela, nas diferentes tipologias habitacionais. A primeira, residindo em uma habitação Tipo C e a segunda em uma Tipo B. Esse esquema foi realizado em rua aleatória, porém foram mantidas as morfologias empregadas nos dois desmembramentos. Ambas repartiram seus lotes com seus filhos e, conforme visto nas narrativas, as construções foram realizadas pelas famílias ao longo dos anos, sem assessoria técnica ou estatal e com recursos próprios.

Fig. 17 - Esquema de desmembramento de lotes do Conjunto Benedito Bentes I

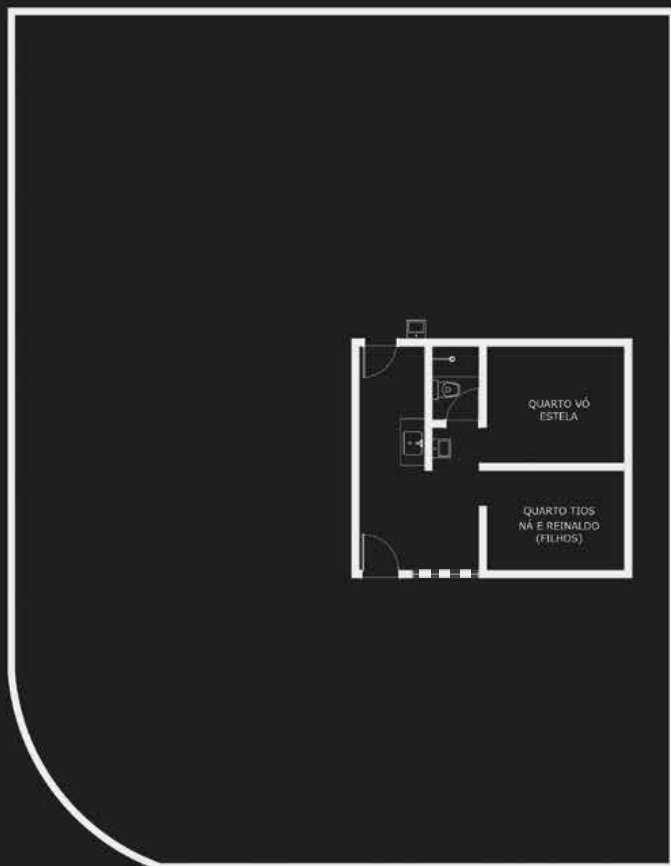


Fonte - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (2022) adaptado pela autora.

Ao tocar no tema da autoconstrução, as minhas próprias memórias se entrelaçam com as de minha mãe. Cresci presenciando as reformas inacabáveis e as várias configurações morfológicas da nossa casa, centralizadas na figura de meu pai que sempre geriu e, com sua própria força de trabalho, se dedicou a “projetar” e construir uma moradia digna para a nossa família ao longo de quase 30 anos. Os estereótipos de gênero aqui se expressam fortemente na figura masculina associada à construção civil. Isto é, cabia ao meu pai - quase que exclusivamente, sem aceitar muitas opiniões -, a tarefa da construção. Nesse sentido, as modificações se iniciam a partir do surgimento dessa figura paterna e se potencializam com o nascimento dos filhos ao longo dos anos. Para esboçar essas mudanças, por meio de fotografias, memórias pessoais e das descritas por minha mãe em sua narrativa, estão expressas a seguir em colagens e plantas baixas de demolição/construção uma linha do tempo que conta as mudanças morfológicas dessa habitação (Colagem 9).

Inaugura-se o Conjunto
Benedito Bentes

1986



PLANTA BAIXA - UNIDADE HABITACIONAL
TIPOLOGIA B ORIGINAL



LEGENDA:
CONSTRUIR DEMOLIR

“Eu conheci seu pai quando vim
morar aqui em 89”

(Rose, Benedito Bentes, julho de 2021).

1989

“Casinha B, um murinho baixinho, muito barro... Ainda vieram dois
primos meus morar aqui”

(Rose, Benedito Bentes, julho de 2021).



Conjunto Benedito Bentes, anos iniciais.
Fonte: TICIANELI (2022).

Meus pais, Rose e Renilton.

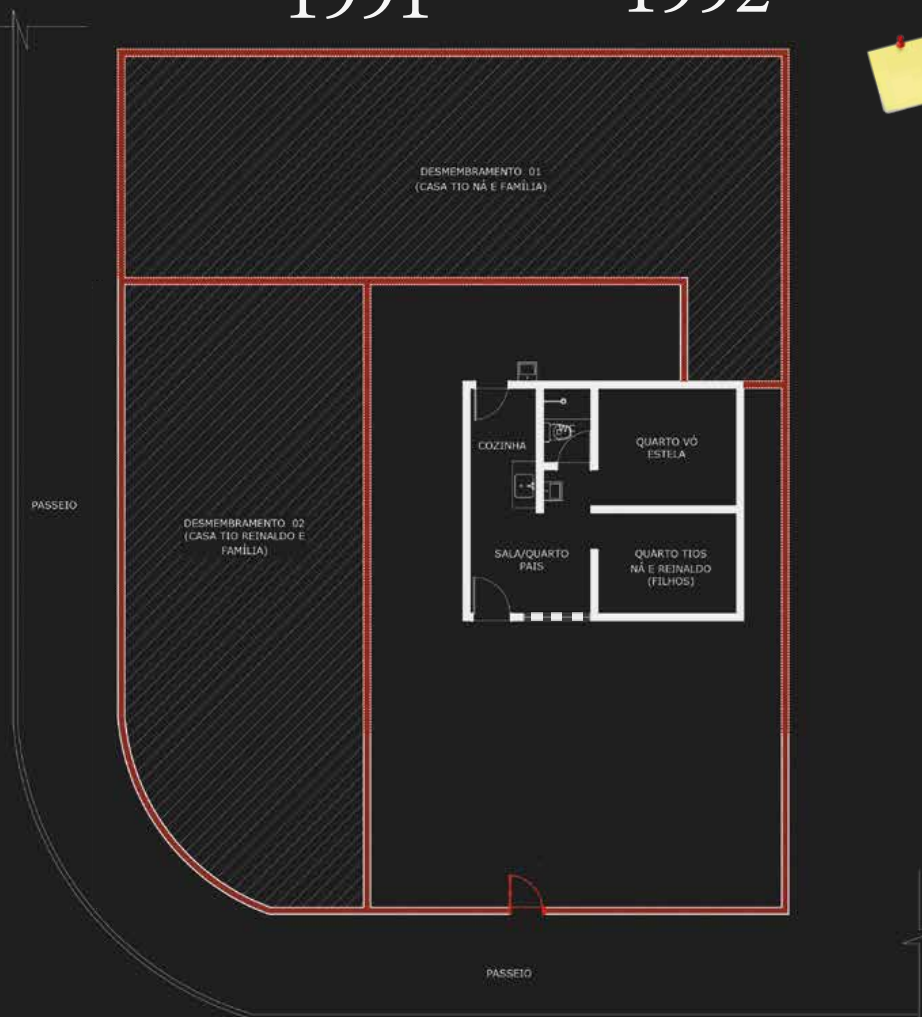
Fonte: Acervo pessoal (2022).

Nasce Thiago, primeiro filho do casal.

Rose acessa a Universidade e passa a cursar Pedagogia na UFAL.

1991

1992



Nos anos iniciais da casa de Tipologia B que minha avó foi contemplada moravam ela, minha mãe e meus dois tios: Ná e Reinaldo.

Nos anos seguintes esse lote foi desmembrado e cada um dos dois filhos de minha avó, ficaram com uma porção do lote e construíram suas casas. Assim, na casa original morou minha mãe, meu pai, minha avó e meu irmão Thiago.



À esquerda: Júnior, filho mais novo de Tia Rosa e Thiago, meu irmão. Destaque para as "metralhas" - lixo de construção civil. À Direita: Rose e Thiago.

Fonte: Acervo pessoal (2022).

PLANTA BAIXA - DESMEMBRAMENTO E CONSTRUÇÃO DE MURO



Rose se forma pedagoga e nasce Amanda, segunda filha.

1996



PASSEIO

PLANTA BAIXA - AMPLIAÇÃO
ESTAR E VARANDA



LEGENDA
CONSTRUIR DEMOLIR

“Renilton cobriu às pressas a sala pra gente vir logo, bateu um concreto no piso e foi isso. Ele e os amigos retelharam, colocaram um contra piso e a gente foi com todos os móveis. A geladeira ele puxou uma telhinha atrás pra cobrir... E tudo da gente ficou empilhado. Dormia eu e seu pai em um colchão no chão e sua avó e Thiago na cama atrás do sofá. Isso porque os outros cômodos estavam descobertos, reformando. Mas não foi muito tempo não, logo ele cobriu tudo. Eu engravidei de você nessa época”.

(Rose, Benedito Bentes, julho de 2021).



À esquerda: Rose forma-se pedagoga. À direita: Rose e eu, recém chegada da maternidade.

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Demolição e Construção dos banheiros

1999

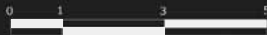
Renilton torna-se servidor do município.

2002

2001



PLANTA BAIXA - DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO BANHEIRO



LEGENDA:
CONSTRUIR DEMOLIR

“Primeiro seu pai colocou a cerâmica quadradinha, porque nós íamos fazer um aniversário seu aqui... Quando foi aquele seu aniversário de sereia, que você vestiu um vestido de crochê verde, bem bonitinho que a Lu fez?”

[...] Você era menorzinha... Pronto! Quando foi que o Brasil foi penta? 2002? Então... foi em em 2002! Colocou [a cerâmica] só na sala, depois colocou no resto da casa todinha...”

(Rose, Benedito Bentes, julho de 2021).



À esquerda: Eu e Vó Estela; No meio: Tia Rosa, Thiago (meu irmão) e Vó Estela dois dias antes do Penta (2002); À Direita: Eu, aniversário de seis anos.

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Nasce Miguel, terceiro e último filho do casal.

2009

2005

“Depois fez seu quarto e o do Thiago, porque Miguel já era nascido, você e Thiago já estavam maiores, ele queria dar mais privacidade pra vocês, principalmente pra você por ser menina. Você tinha o que? Uns treze anos quando foi pro seu quarto?”

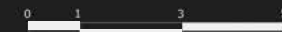
(Rose, Benedito Bentes, julho de 2021).



10/02/2006 20:53:09



PLANTA BAIXA - CONSTRUÇÃO QUARTOS



LEGENDA
CONSTRUIR DEMOLIR

Rose e Miguel.

Fonte: Acervo pessoal (2022).



2011

Rose é aprovada em seu segundo concurso público, tornando-se professora em duas Prefeituras de Alagoas.

2013

“Depois disso ele endoidou pra bater laje né... Não se aquietava não... Onde hoje é a escada era meu quarto, então enquanto ele fazia a escada eu, Miguel e ele (meu pai) ficávamos onde era o quarto Thiago, você não lembra não? Uma cama de casal dormíamos eu, seu pai e Miguel - que era pequenininho, e Thiago em uma cama de solteiro”.

(Rose, Benedito Bentes, julho de 2021).

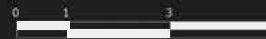


Renilton na autoconstrução da sala de casa.

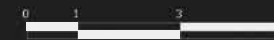
Fonte: Acervo pessoal (2022).



PLANTA BAIXA - AMPLIAÇÃO ESTAR, CONST. ESCADA E LAJE (TÉRREO)



LEGENDA:
CONSTRUIR (Red hatched area)
DEMOLIR (Yellow dashed area)



PLANTA BAIXA - AMPLIAÇÃO ESTAR, CONST. ESCADA E LAJE (SUPERIOR)

2014

“Depois que fez a escada ainda demorou um bom tempo pra construir o meu quarto e o do Miguel lá em cima [...] Foi quando eu peguei um empréstimo, a gente foi a Salvador e ele fez em cima [...]”

Não tenho lembrança quando foi, mas eu entrei em Atalaia [Prefeitura] em 2013... mamãe morreu em 2016... Deve ter sido em 2014, 2015 por aí. Depois dos quartos, deu uma demorada pra ele fazer o banheiro aqui de cima. Ele mesmo fez né, decidi não contratar ninguém.

Seu pai quando cismava com alguma coisa viu... Mas também ele fez no ritmo dele, foi fazendo devagarzinho, nas folgas... Uma hora terminou... Mamãe já tinha morrido quando a gente fez esse banheiro?”

(Rose, Benedito Bentes, julho de 2021).



PLANTA BAIXA - TÉRREO



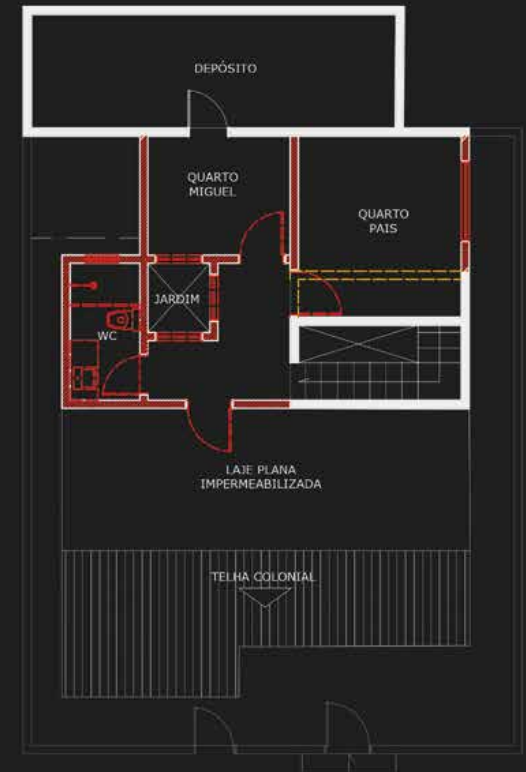
LEGENDA:
[Red hatched box] CONSTRUIR [Green dashed box] DEMOLIR

Meus amados pais, Rose e Renilton em Salvador - BA.

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Desencarna Estela, mãe de Rose e minha avó, aos 74 anos, vítima de um AVC.

2016



PLANTA BAIXA - CONST. QUARTOS E BANHEIRO (PAV. SUPERIOR)



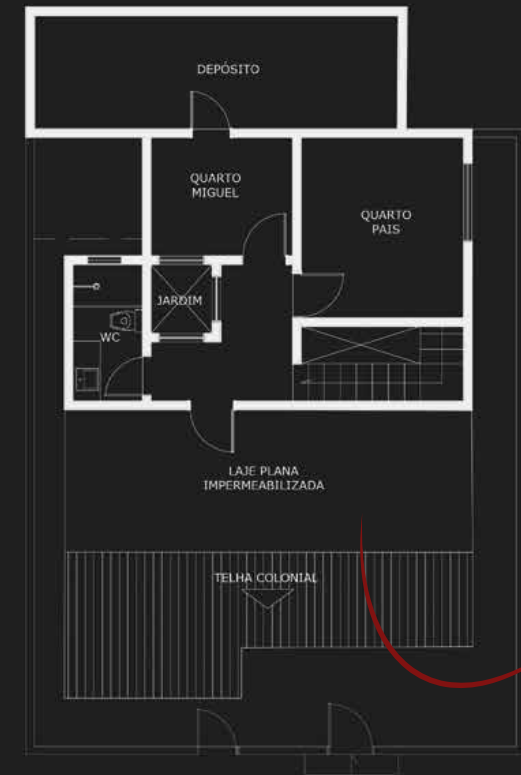
2017

“Ele queria descer pro antigo quarto da sua avó e queria que você subisse. Depois disso acho que em 2017 ele começou a construir o banheiro de baixo, isolar o antigo e aumentar a cozinha... Amanda, ainda tem aquele quadradinho que era o banheiro lá embaixo... O quê que a gente vai fazer com isso?”

(Rose, Benedito Bentes, julho de 2021).

Aqui minha mãe se refere a um ambiente que estava destinado a ser uma despensa para a cozinha. Mas faltou fôlego.

Daqui, eu e Thiago juramos um dia que vimos um disco voador em uma noite estrelada, quando faltou energia. Até hoje eu acho que vimos mesmo.



PLANTA BAIXA - REFORMA COZINHA E BANHEIRO (TÉRREO)

PLANTA BAIXA - PAV. SUPERIOR

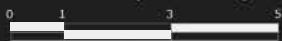
LEGENDA:
CONSTRUIR DEMOLIR

2019

É finalizada a última grande intervenção na casa.



PLANTA BAIXA - REFORMA DA FACHADA (TÉRREO)

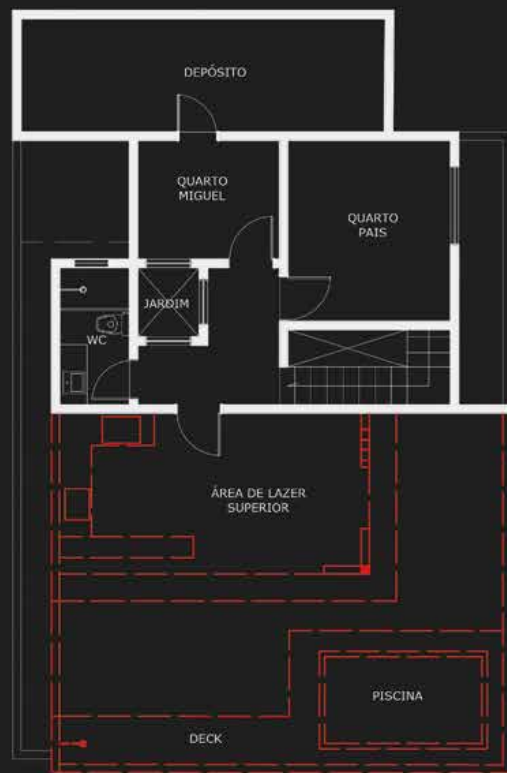


LEGENDA:

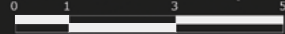
	CONSTRUIR		DEMOLIR
--	-----------	--	---------

2020

Desencarna Renilton, meu pai, aos 51 anos, após um infarto fulminante.



PLANTA BAIXA - CONST. ÁREA DE LAZER SUPERIOR (PAV. SUPERIOR)



“[...] eu dizia: “Renilton... pelo amor de deus...” e ele: “Eu vou terminar essa porra, eu vou terminar essa porra” E assim foi indo, e assim terminou...”

(Rose, Benedito Bentes, julho de 2021).



Eu, meus pais e meus irmãos em 2015.

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Não foi surpresa descobrir que a habitação de tipologia B, entregue em 1986, contendo dois quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro, passou por nove mudanças significativas ao longo dos últimos 36 anos. O redesenho da casa passa a ser compreendido a partir das memórias de minha mãe e vale pontuar que a maternidade é um dispositivo importante para ativar essas lembranças. Partindo da construção de um muro, junto ao desmembramento do lote (1991), passando pela adição de uma sala de estar e varanda mais ampla (1996), ampliação do banheiro e da cozinha (1999), construção de dois novos quartos (2009), somado a reformas na sala de estar e um novo pavimento superior - (2011), que passa a conter dois novos quartos (2014), retornando ao térreo para isolamento de um banheiro e construção de um novo (2016), culminando, finalmente, na reforma da fachada principal e construção de uma área de lazer no pavimento superior (2019). Todas essas modificações podem ser associadas com as datas chave presentes na linha do tempo: casamento dos meus pais, nascimento dos filhos, aquisição de algum título ou posições melhores no mercado de trabalho. Meu pai tinha um fascínio peculiar por construções. Não tinha formação técnica na área, como 85% dos brasileiros que constroem sem auxílio técnico (ARCHDAILY, 2022) no Brasil, e isso acarretou em obras sem planejamento técnico e financeiro, levando a soluções improvisadas e a despesas desnecessárias. É apenas a partir de 2015, quando obtenho o título de Técnica em Edificações pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, que consigo intervir timidamente nas decisões construtivas de meu pai. As obras passam a ter um pouco mais de qualidade técnica, mas a palavra final sempre advinha de meu pai, um homem branco, sem instrução formal na área da construção que ali não me levava tanto à sério enquanto profissional, fosse pelos meus marcadores identitários ou até mesmo pela pouca idade. Na última reforma (2019) com um pouco mais de maturidade e já estudante de Arquitetura e Urbanismo, meu pai me leva um pouco mais à sério e passa a considerar boa parte de minhas opiniões técnicas. Não foi fácil. “Vocês são iguaizi-

nhos! Dois bichos não se beijam!” era o que minha mãe mais dizia, exausta dos nossos dramas construtivos. Meu pai desencarnou em maio de 2020, em outubro de 2019 finalizamos a última obra da casa. Em vida dizia, orgulhoso e feliz com o resultado: “Esse é o primeiro projeto executado da Amanda”. E foi, mesmo que enquanto técnica em edificações. Posso dizer que meu primeiro cliente era exigente. E me sinto honrada por ter sido um homem que, ao lado de duas mulheres pretas - minha mãe e minha avó, lutou pelo direito à moradia digna, ao subverter lógicas capitalistas, até o fim da sua vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do entendimento da cidade como um organismo passível a reflexões de interações sociais, percebe-se a repercussão dessas variáveis, fatores estruturantes de uma sociedade, no planejamento e desenho urbano, nas produções de arquitetura e no comportamento dos usuários da cidade. No que constitui as cidades brasileiras é possível perceber que a segregação socioespacial é marcada na paisagem e no tecido urbano, seja pelo direcionamento de investimentos em infraestrutura e serviços urbanos, seja nos modos de assentamento em sua própria geomorfologia. Com isso, pode-se afirmar que o acesso aos equipamentos urbanos qualificados é restrito à uma parcela da população fundamentalmente de maior poder econômico, enfatizando, portanto, a luta de classes nas cidades. Nesse sentido, romper com a lógica de construção do saber científico hegemônico, branco e masculino foi uma das premissas dessa pesquisa. Reconhecendo, então, que os saberes, conhecimentos e trocas ocorrem também - e especialmente, fora da academia. Desse modo, não me eximo da relevância desse trabalho ser desenvolvido por mim, autora e mulher negra, ancorada na ideia de que minhas experiências e vivências múltiplas corroboraram para a construção desse trabalho. Assim, entendo que a minha vivência interseccional, bem como a relação do meu corpo com esse território contribuiu para o fazer científico não hegemônico

e plural. Fazendo uso, ainda, da epistemologia e perspectiva feminista como instrumento de análise.

Beatriz Nascimento (1989 apud RATS, 2006) nos ensina que em certo ponto dos estudos sociais, o quilombo passa a ter uma conotação ideológica, no que tange à agregação, à resistência e à luta para melhores condições de vida. O que vemos na história de mulheres negras em suas comunidades é, sobretudo, um aquilombamento constante. Consciente ou por muitas vezes inconsciente, essas mulheres precisam se fortalecer em redes para (sobre)viver. Seja resignificando seus lares, ao fortalecer as suas residências preenchendo-as com o afeto que lhes é constantemente negado na vida urbana, onde impera os desejos da branquitude, ou criando estratégias para vencer a lógica racista e cisheterocapitalista nos espaços urbanos, ao reivindicar o seu direito à cidade. Rats (2006) complementa Beatriz Nascimento ao evidenciar os quilombos que sofrem uma transposição na contemporaneidade e nos centros urbanos. O autor aponta que as favelas, as casas de culto afro-brasileiro, as próprias organizações dos movimentos negros e as escolas de samba são os quilombos contemporâneos. E eu, que cresci ouvindo histórias de carnaval, que percebo por diversas vezes durante a coleta das narrativas que compõem esse trabalho o uso do carnaval como dispositivo de memória e marco temporal e que entendo que o carnaval também é sinônimo de resistência, decido finalizar este trabalho com a letra do samba-enredo da escola Beija-Flor de Nilópolis - escola do coração de minha mãe, de minha avó e de minhas tias, intitulado “Empretercer o Pensamento é Ouvir a Voz da Beija-Flor”. Em 2022 a escola, que é predominantemente negra e tradicional no carnaval carioca, levou para avenida autoras negras - que compõem o referencial bibliográfico deste trabalho, como Conceição Evaristo, Djamilá Ribeiro, Miriam Alves, Elisa Lucinda e Ana Maria Gonçalves. A escola reivindica sambando a “retirada do pensamento da entrada de serviço”.

A nobreza da corte é de ébano
Tem o mesmo sangue que o teu
Ergue o punho e exige igualdade
Traz de volta o que a história escondeu
Foi-se o açoite, a chibata sucumbiu
Mas você não reconhece o que o negro construiu
Foi-se o açoite, a chibata sucumbiu
E o meu povo ainda chora pelas balas de fuzil
Quem é sempre revistado é refém da acusação
O racismo mascarado pela falsa abolição
Por um novo nascimento
Um levante, um compromisso
Retirando o pensamento da entrada de serviço


Versos para a cruz, Conceição no altar
Canindé Jesus Ô Clara!
Nossa gente preta
Tem feitiço na palavra
Do Brasil acorrentado ao Brasil que escravizava
E o Brasil escravizava!

Meu pai Ogum ao lado de Xangô
A espada e a lei por onde a fé luziu
Sob a tradição nagô
O grêmio do gueto resistiu
Nada menos que respeito, não me venha sufocar
Quantas dores, quantas vidas nós teremos que pagar?
Cada corpo um orixá! Cada pele um atabaque
Arte negra em contra-ataque!

Canta Beija-Flor! Meu lugar de fala
Chega de aceitar o argumento
Sem senhor e sem senzala, vive um povo soberano
De sangue azul nipolitano!

Mocambo de crioulo: sou eu! sou eu!
Tenho a raça que a mordada não calou
Ergui o meu castelo dos pilares de cabana
Dinastia Beija-Flor!

Samba-enredo número 1 - Beija-Flor de Nilópolis
Carnaval 2022: "Empretecetec o Pensamento é Ouvir a Voz da Beija-Flor"
Compositores: J. Velloso, Léo do Piso, Beto Nega, Júlio Assis, Manolo e Diego Rosa.



Colagem 11 - Tia Rosa, Mãe (Rose) e Vó Estela - da esquerda para direita.

Fonte - Elaboração Autoral (2022).

6. REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AKOTIRENE, Carla. **Você é escravo intelectual de qual corrente?** Salvador, 2021. Instagram: @carlaakotirene. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSwPPeCrEP/>. Acesso em: 15/09/2021.
- AMARAL, Vanine Borges. **Expressões arquitetônicas de modernidade em maceió: Uma Perspectiva de Preservação**. Maceió-AL. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFAL). Maceió, 2009.
- BERTH, Joice. O Caminho da equidade no Planejamento do Espaço Urbano. **Arquitetas Invisíveis**, Brasília, n.1, p. 73-74, 2015.
- CAU/AL. **1o Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo em Alagoas**. Maceió, 2021.
- CAU/BR. **Diagnóstico revela o perfil da desigualdade de gênero na Arquitetura e Urbanismo**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, 2020. Disponível em: <<https://caubr.gov.br/diagnostico-revela-o-perfil-da-desigualdade-de-genero-na-arquitetura-e-urbanismo/#>>. Acesso em: 04/09/2021.
- CARVALHO, Marlise Lila Silva. **A evolução do parcelamento do solo na cidade de Maceió entre 1950 e 1970**: uma análise dos bairros do Farol, Pinheiro, Pitanguinha e Gruta de Lourdes. Recife-PE. Dissertação de mestrado. Centro de Artes e Comunicação (UFPE). Recife, 2007.
- CORREIA, Dandara Melo. **No quintal**: anteprojeto paisagístico de um parque urbano no Conjunto Benedito Bentes I, Bairro Benedito Bentes, Maceió-AL. Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFAL). Maceió, 2021.
- COSTA, Alisson; SOUZA, Bruna Rodrigues; SARAIVA, Gilsilene Sampaio; PEREIRA, Pedro Augusto Miranda; OLIVEIRA, Tácio Rodrigues Batista. **Análise espacial da evolução do IDHM do município de Maceió**. Maceió: 3º Geo Alagoas: Simpósio sobre as geotecnologias e geoinformação no estado de alagoas, 2015.
- CURSO HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES, 1., 2020, Brasília. **Oficina com Paloma Abelin**. Brasília, 2020.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2016.
- FARIA, Geraldo Majela Gaudêncio. **Proposta de Macrozoneamento para Maceió**. Texto produzido para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas, CAU-AL, no âmbito de revisão do Plano Diretor.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

GAMA, Franklin. **Morar em Jatiúca era morar distante, algumas pessoas recusavam este bairro**. 2021. 1 fotografia. Facebook: Maceió Antiga. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4500574026666393&set=g.259971557420379>. Acesso: 25 de outubro de 2021.

GOMES, Jairo da Silva. Espaços, Trajetórias e Violências. In: GOMES, Jairo da Silva. **Habitação, desorganização social e violência: Situação e perspectiva no bairro Benedito Bentes, Maceió - AL**. 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino Americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HELENE, Diana. **Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia**. São Paulo: Cadernos Metrôpole, 2019.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2020.

HOOKS, Bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Elefante, 2019.

IBGE. **Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça - 2008**. Rio de Janeiro, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2011.
INSTITUTO IBIRAPITANGA. **Branquitude: racismo e antirracis-**

mo. Rio de Janeiro: Instituto Ibirapitanga, 2021.

IPEA. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

LEAL, Maria. et. al. **A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil**. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, 2017.

LIMA, Bruno; ZANIRATO, Silvia. **Uma revisão histórica da política habitacional brasileira e seus efeitos socioambientais na metrópole paulista**. Paris: I Seminário Internacional De Pesquisa Em Políticas Públicas E Desenvolvimento Social, 2014.

MOTTA, Júlia. **Trançar histórias, cantar memórias: narrativas e deslocamentos de uma mulher em situação de refúgio**. Rio de Janeiro: Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, 2021.

ONU HABITAT. **Relatório contendo conjunto de dados atualizados sobre grotas**. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 2019. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/relatorios-descritivos-dos-mapas-rapidos-participativos-mrp-das-grotas-de-maceio/resource/b069789b-ec0e-47a0-88e5-27d5bde77fbe>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

PAULA, Mayara Almeida. de. **Análise Interseccional da Vida Urbana: Reflexões acerca da condição das Mulheres Negras na cidade de Maceió-AL**. Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFAL). Maceió, 2019.

PEREIRA, Gabriela. et. al. **Des-embranquecendo a cidade: desafios e propostas no campo dos estudos urbanos**. Natal: ENANPUR, 2019.

PREFEITURA DE MACEIÓ. **Rota do Mar avança: 80% concluída! 2021**. 1 fotografia. Facebook: Prefeitura de Maceió. Disponível em: <https://d.facebook.com/PrefeituraDeMaceio/photos/a.3799968570025864/4615483248474388/?type=3&source=48>. Acesso: 25 de outubro de 2021.

SANDERCOCK, Leonie. **Debatendo o preconceito**: a importância das histórias e de sua narração na prática do planejamento. Rio de Janeiro: CADERNOS IPPUR, ano XIX, n. 1 e 2, jan/dezembro, 2005.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SILVA, Kamila. **O direito à cidade e à moradia das mulheres beneficiárias do Programa Minha Casa, Minha Vida no município de Curitiba**. Dissertação de mestrado. Setor de Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano (UFPR). Curitiba, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, **Laboratório de pesquisa em tecnologia**. Acervo Acácio Gil Borsói, Pernambuco, 2015. Disponível em: <http://acaciogilborsoi.com.br/projetos-sociais/benedito-bentes/>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

VIDAS NEGRAS. Entrevistada: Gabriela de Matos. [Locução de:] Tiago Rogero. [S.l.] Rádio Novelo, 9 jun. 2021. Podcast. Available at: <https://spoti.fi/2TKsCDd>. Viewed on: June 11, 2021.